



AMAR LUCIANA
CULTURA ISSN 1414-3089 DESIRÉE
E-ISSN 1981-4798
DOMI AÇÃO SELETIVIDADE LISBOA
JEKUPÉ AFIA
CARLOS o BAZZO
FOUC ESE
REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PUBLICAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO DA
UNIOESTE / CAMPUS DE TOLEDO
Volume 24 - Número 47
RAD E F
JU AMENTO
TER ÓRIOS DI VA
PAU SOCIAL MATHIEU
JOVENS CONFIGURAÇÃO ALINE BRASILEIRO
OCUPAR BAO ESPETÁCULO
HISTÓRICA VANIA CONTEXTO OLÍVIO RELAÇÕES
LÓGICA GERALDO APORTES WEY ÉTNICO
ADOLF TEORIA DIZER
SANDELEIA RENDA XAVIER LIVRO
ANTÔNIO EMPRESA GAUTMAN QUER POSSÍVEL
BRUNO



Tempo da Ciência

Volume 23 Número 46 2º semestre de 2016
Volume 24 Número 47

E-ISSN 1981-4798
E-ISSN 1981-4798
ISSN 1414-3089
ISSN 1414-3089

Dossiê: Fronteiras

INDEXADORES:
LATINDEX
SUMÁRIOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE

REITOR

Paulo Sérgio Wolff

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

Remi Schorn

DIRETOR DO CCHS – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMPUS DE TOLEDO

Silvio Colognese

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Osmir Dombrowski

T288 Tempo da Ciência: revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE, Campus de Toledo. Revista de Ciências Sociais do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais - mestrado da Unioeste / campus de Toledo – v. 1, n. 1(1994), -- Toledo : Ed. Toledo, 1994.
Semestral
E-ISSN: 1981-4798
ISSN: 1414-3089
Indexadores: Latindex; sumários

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciências Humanas – Periódicos I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo II. Revista de Ciências Sociais do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais - mestrado da Unioeste / campus de Toledo

CDD 20. ed. 300.5

Ficha Catalográfica: Marilene de Fátima Donadel – CRB 9/924

Revisão ortográfica
Equipe Entre Letras

Diagramação
Victor Hugo Junior

Suporte técnico - Publicação Eletrônica
Paulo Konzen

Endereço para correspondência

UNIOESTE – Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP
Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle – Toledo – PR CEP 85903-000

e-mail: revistatempodaciencia@yahoo.com.br

EDITOR

Paulo Henrique B. Dias

COMISSÃO EDITORIAL

Andréia Vicente da Silva
Gustavo Biasoli Alves
Marco Antonio Arantes
Osmir Dombrowski
Vania Sandeleia Vaz da Silva

CONSELHO ACESSOR CIENTÍFICO

Adriano Premebida – FADB
Alberto Paulo Neto – PUC-PR
Allan de Paula Oliveira - UNESPAR
Ana Cleide Chiarotti Cesário- UEL
Carla Cecília Rodrigues Almeida-UEM
Celso Antonio Fávero- UNEB
Emilce Beatriz Cammarata- NM,Argentina,
Eric Gustavo Cardin - UNIOESTE
Eric Sabourin - CIRAD, França
Ernelo Schallenberger – UNIOESTE
Evaldo Mendes da Silva- UFAL
Gabriel Feltran – UFSCAR
Geraldo Magella Neres – UNIOESTE
Ileizi Luciana Fiorelli Silva- UEL
Joana Coutinho – UFMA
João Virgílio Tagliavini- UFSCar
José Lindomar C. Albuquerque- UNIFESP
Juan Carlos Arriaga- Rodríguez- Universidad de Quintana Roo- México
María Lois - Universidad Complutense de Madrid
Maria Salete Souza de Amorim – UFBA
Martha C. Ramirez-Galvez - UEL
Miguel Angelo Lazzaretti – UNIOESTE
Oscar Calavia Sáez-UFSC
Otávio Velho - UFRJ
Paulo Roberto Azevedo – UNIOESTE
Rafael Antônio Duarte Villa - USP
René E. Gertz - PUCRS e UFRGS
Ricardo Cid Fernandes – UFPR
Rosana Kátia Nazzari - UNIOESTE
Senilde Guanaes – UNILA
Wagner Pralon Mancuso- USP
Yonissa Marmitt Wadi - UNIOESTE

TEMPO DA CIÊNCIA
VOL. 24 Nº 47

Apresentação

Paulo Henrique Barbosa Dias

6

**Programa y acción de un sujeto político.
La Confederación General Económica ante
la insurrección popular de los 70s. en Argentina**

Veronica Baudino

11

Lógica Histórica e Interculturalidade: um diálogo possível

Carlos Eduardo Bao

26

**Jovens e seletividade étnico racial: educação,
trabalho e renda na microrregião de Toledo, PR**

Luciana Vargas Netto Oliveira

Silvio Antônio Colognese

45

**Entre a unidade e a distinção: a configuração paradoxal das relações de
dominação e das relações de reciprocidade na teoria social de Simmel**

Robson Rocha de Souza Junior

58

Ocupar territórios imaginários: a narrativa ficcional de Olívio Jekupé

Paulo Victor Albertoni Lisboa

68

O julgamento espetáculo de Adolf Eichmann

Aline Xavier

Desirée Soares

Beatriz Wey

76

**Aportes foucaultianos para uma etnografia da empresa moral do
bullying no contexto contemporâneo brasileiro**

Juliane Bazzo

91

Foucault and the Kamasutra,

de Sanjay K. Gautam

Geraldo Magella Neres

Vania Sandeleia Vaz da Silva

100

O que amar quer dizer, de Mathieu Lindon

Flavia Bruno

104

APRESENTAÇÃO

Vidros coloridos, espelhos inclinados

Paulo Henrique Barbosa Dias¹

TEMPO DA CIÊNCIA não está nesta edição organizada em torno de uma temática específica. Ela apresenta artigos que abordam assuntos distintos desde perspectivas também diversas. Não há um fio único a alinhar os artigos apresentados e o volume mais se assemelha a um artesanato produzido com materiais heterogêneos cuja liga é dada pelo vínculo dos textos ao universo das Ciências Humanas e em particular das Ciências Sociais. A imagem composta nos faz lembrar aquelas produzidas pelo efeito de vidros e espelhos de um caleidoscópio.

A partir da análise historiográfica de uma instituição patronal particular, Baudino descreve no artigo “Programa y acción de un sujeto político. La Confederación General Económica ante la insurrección popular de los 70s. en Argentina” a configuração de uma etapa da consolidação burguesa na Argentina. O período analisado é relativamente recente e caracterizado por acentuada instabilidade política. Não são poucos os elementos do processo narrado por Baudino que encontram similaridades em fatos e movimentos ocorridos em outras regiões do continente sul-americano.

Criada em 1952, A Confederación General Económica (CGE) apresenta um programa que remete a políticas econômicas, postas em ação em todo o continente, atualmente consideradas por muitos como ultrapassadas. Associam-se a um modelo que se convencionou chamar “desenvolvimentista”. Observamos na história recentíssima do Brasil acirradas discussões acerca da sua eficácia. De forma bastante esquemática podem ser elencados alguns dos princípios norteadores do programa encampado pela CGE: substituição de importações; fomento da compra de bens produzidos a partir do desenvolvimento de setores estratégicos da indústria nacional; crescimento econômico sustentado pelo incremento do consumo interno. A autora nos informa que a CGE pode ser considerada “representativa de una fracción muy numerosa de la burguesía nacional políticamente activa en Argentina, especialmente en el período 1969-1976”. Aí reside, aliás, seu interesse maior.

Ao longo de todo o texto percebemos o esforço de Baudino em Identificar e expor as maneiras como a Confederação estabeleceu alianças, coalisões, enfrentamentos com segmentos sociais diversos no período da história argentina assinalado no título. O texto enfatiza particularmente a confluência da entidade junto a um setor da classe operária e ruptura com frações do empresariado. Lugar de destaque é conferido à Confederación General de los Trabajadores (CGT), entre os interlocutores e eventuais aliados da CGE. A burguesia politicamente dominante em cada etapa histórica da Argentina adotou modelos específicos de acumulação. Agroexportador, industrialização por substituição de importação e um terceiro designado neoliberal. Se opondo à centenária UIA (Unión Industrial Argentina) a CGE caracterizava-se como expoente por excelência de uma burguesia “nacional industrialista”. Em larga medida interesses desta base social colaboraram para que em sua atuação a CGE

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas; Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: phbdias@gmail.com

se aproximasse gradativamente das organizações representativas das classes trabalhadoras. Restauração democrática, distribuição das riquezas e defesa da indústria nacional foram lemas que nos anos 70 viabilizaram acordos entre o peronismo, o radicalismo e ainda outras forças políticas. Convergência traduzida em slogans como “la hora del Pueblo” ou “trégua social”, possibilitou o protagonismo de políticas reformistas. O posicionamento da CGE ao final do período histórico analisado por Baudino é descrito por ela de forma sintética como marcado pela “la intención de conciliar expresiones obreras y capitalistas, así como remarcar la peligrosa brecha que abría el Cordobazo. El proyecto reformista se presentaba entonces, no solo como una alternativa sectorial para las empresas pequeñas y medianas, sino como expresión de un interés general de la nación para resguardarla de un posible colapso”

Em registro bem distinto, o texto de Bao aborda os temas da História, da América Latina e das classes sociais. A partir de uma proposta inusitada seu artigo propõe uma comparação entre perspectivas “decoloniais” e uma sugestão metodológica do autor de *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Mas a obra de Thompson que serve de referência ao estudo de Bao é outra: *A Miséria da Teoria*. Livro no qual o autor inglês se contrapõe à análise do materialismo histórico formulada por Althusser. O artigo “Lógica Histórica e Interculturalidade: um diálogo possível” reconhece e explicita as limitações do seu intento. A lógica histórica, método recomendado e utilizado por Thompson é tributária do que Bao qualifica como um “constructo racional baseado nos fundamentos do pensamento ocidental que se mantém eurocêntrico.” Vai além: como praticar a lógica histórica (disciplinar) entre “povos sem história”? Tais dificuldades não o demovem do exercício teórico proposto: “dialogar com a perspectiva decolonial, sugerindo como algumas abordagens do pensamento decolonial podem auxiliar a redimensionar o alcance analítico da proposta Thompsoniana, indicando os “pontos cegos” desse olhar analítico para o conhecimento da história e da vida social.”

Um governo para “todos” e não um governo indianista foi o apelo dos segmentos deslocados do poder por Evo Morales. (Walsh, 2006). A relação entre mestiçagem e cidadania tem baseado um imaginário da nação que exclui povos indígenas e os de origem africana. Povos que mais do que excluídos do imaginário, são excluídos da história em si. A ideia de multiculturalidade é uma das quais o posicionamento intercultural deve enfrentar sistematicamente. Aquela pode ser apreendida como estratégia que sustenta a produção e administração da diferença dentro da ordem nacional e fomenta a expansão do neoliberalismo. Neoliberalismo e capitalismo transnacional são, evidentemente, alvos de críticas elaboradas por Thompson. Os termos das críticas são outros, contudo. Em *A Miséria da Teoria* o esforço maior de Thompson é contrapor ao estruturalismo – não nos esqueçamos que seu interlocutor é Althusser – a primazia da atuação humana no curso histórico. “Subalternidade” é uma noção cara às duas perspectivas confrontadas em “Lógica Histórica e Interculturalidade: um diálogo possível”. Não é, contudo, conceito localizável no vocabulário de Thompson. Mas poderia ser nele incluída sem prejuízo dos seus argumentos. Seu livro mais notório é dedicado à tarefa de descrever e compreender o processo de formação de uma classe subalterna. Colonialidade, por seu turno, não é passível de um tal “deslocamento terminológico”. O texto informa-nos porque é possível associar em um corpo teórico, abordagens distintas e críticas sobre dinâmicas sociais pós-coloniais. O argumento é: O projeto em comum que une esses/as pensadores/as é o reposicionamento da colonialidade na conformação da modernidade, indicando não apenas como a epistemologia ocidental coisificou a alteridade, mas como essa mesma alteridade constitui o lado invisibilizado da trama moderna e, logo, como não há uma “modernidade” essencial e universal a não serem

relação com seu Outro, a colonialidade. A possibilidade de um diálogo tão improvável é a aposta que seu artigo encarna.

Desde as primeiras linhas de “Jovens e Seletividade Étnico Racial: Educação, Trabalho e Renda na Microrregião de Toledo, PR” sobressaem suas principais características: clareza e objetividade. Colognese e Oliveira apresentam uma análise sóbria acerca do impacto dos traços étnico raciais sobre a atividade profissional, a educação e a renda dos jovens daquele espaço geográfico. É importante sinalizar que as categorias étnico-raciais utilizadas são aquelas autodeclaradas. Os autores salientam a manifestação nas experiências vividas pelos jovens das contradições e desigualdades típicas da sociedade brasileira. Propõe um modelo de análise que incorpora abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas de dados obtidos em fontes secundárias. Entre elas estão dados produzidos pelo IBGE, pelo IPARDES, pelo IPEA e pelo INEP. O estudo demonstra, por exemplo, a partir de dados do censo de 2013, as distorções do acesso ao ensino baseadas nas diferenças de étnico raciais entre os jovens da região pesquisada. As desigualdades e distorções se repetem quando o que é avaliado é a renda e a participação no mundo do trabalho. Além dos dados agregados sobre cada uma das variáveis analisadas, a investigação apresenta informações referentes a localidades específicas da microrregião. Com variações importantes, os dados obtidos no estudo demonstram clara correlação entre “corda pele” esituação laboral, educacionaleeconômica. Se desconsiderarmos na análise as informações sobre jovens indígenas, cuja representação é extremamente baixa, e agregarmos as categorias branco e amarelo, percebemos sem dificuldade que na região estão reproduzidos os fatores constitutivos da estrutura etnico-racial da sociedade brasileira. Nesta estrutura, as desvantagens ou situações de precariedade em cada uma das dimensões investigadas aumenta à medida que a pele escurece. É assim por exemplo que entre 1413 jovens pretos, apenas 9 têm renda superior a quatro salários mínimos. Somam 743 os que recebem de 1 a 2 salários mínimos. Não há representantes pretos nas faixas de renda superior a 10 salários mínimos. A clareza e objetividade mencionadas encontram-se expressas nas linhas finais do artigo: “Com esse panorama, percebe-se que ser jovem nesse espaço regional e não pertencer à categoria dos autodeclarados “brancos” envolve proporcionalmente mais riscos de não conseguir alcançar níveis de escolaridade elevada, trabalhos estáveis e/ou com garantias sociais e, conseqüentemente, níveis de renda que proporcionem maior qualidade de vida.”

A tensão entre duas forças antagonônicas é, de acordo com Rocha Junior, o que Simmel considera os alicerces da vida social. Encontramos em “Entre a unidade e a distinção: a configuração paradoxal das relações de dominação e das relações de reciprocidade na teoria social de Simmel” uma reflexão sobre tal afirmação. As referidas forças são aliança e dominação. Na reciprocidade estaria, para o Sociólogo alemão, a sustentação dos vínculos sociais. A tendência à unidade e à harmonia dos grupamentos sociais é sustentada pelas interações entre indivíduos movidas pela gratidão, sempre associada ao dever de retribuir. Mas, evidentemente, os vetores da vida social não residem exclusivamente aí. As sociedades se movimentam impulsionadas também por formas de dominação. A propensão ao poder e à dominação se combina paradoxalmente com as tendências promotoras dos vínculos que permeiam as interações entre os homens. Uma vida comum e estável entre eles é possível, mesmo depois da interação, por conta de elos gerados a partir da reciprocidade ou, se preferirmos, da troca dos dons. Ajuda-nos a compreender melhor este fenômeno a seguinte formulação de Rocha Junior: “a gratidão é um sentimento socialmente constituído que expressa a ‘memória moral da humanidade’”. O autor adverte que tal gratidão não supõe que o dado e o recebido se refiram a qualidades homogêneas. Há cooperação de distintas

naturezas e produtoras de consequências também diversas. Cooperações específicas devem estar presentes em relações de dominação. A eficácia desta supõe a avaliação, por parte dos dominados, de que nela reside algum grau de legitimidade. Ela se vê comprometida quando baseada exclusivamente no arbítrio. Simmel supunha o inverso. Ainda que só uma das partes nas relações de dominação saia beneficiada, tais relações não se estabelecem sem alguma convergência entre dominantes e dominados.

O autor deixa evidente como compreende os argumentos de Simmel quanto aos temas abordados. Sua interpretação caminha em direção da identificação dos vínculos paradoxais que permeiam as interações humanas e dão forma às distintas formas de coletividade.

Literatura, formas de narrativa, temas ficcionais são os “elementos-chave” do artigo “Ocupar Territórios Imaginários”. Nele Lisboa recupera eventos da biografia de Olívio Zeferino da Silva para, entre outras coisas, discutir a temática dos trânsitos culturais. É batizado como Jekupé após ter se aproximado de aldeias Guarani em São Paulo. Jekupé já tinha alguma experiência na produção literária quando foi “impulsionado pelas experiências em educação escolar diferenciada, tal qual definida pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas”. Sua literatura passa a ser consumida simultaneamente pelo público indígena e um outro infante-juvenil, que interpretam sua obra com códigos culturais distintos.

Através de interpretações das obras de Jekupé, Lisboa dedica-se à discussão da ficção de movimento. O que encontra é a expressão do trânsito cultural na ficcionalidade do texto e na recepção, ou seja, a inscrição narrativa dos trânsitos no texto e o trânsito do texto entre leituras culturais distintas. Distintas porque assentadas no imaginário Guarani e em um outro não indígena. Tal diferenciação não é suficiente para inviabilizar atravessamentos de fronteiras, trânsitos, circulações e aproximações. Não apenas entre imaginários, mas neste caso particular entre o terreno e o espiritual. Diante da dificuldade de abordar as formas de leituras e recepção da produção literária de Jekupé, fincadas em cada um daqueles imaginários, Lisboa opta por buscar indícios da expectativa de interação com a sua obra

Otto Adolf Eichmann, ex-tenente coronel das SS, vivia desde 1950 na Argentina sob um passaporte falso. Eichmann foi sequestrado no dia 11 de Maio de 1960, na rua de sua casa. E no dia 11 de Abril de 1961, iniciava-se, em Jerusalém, o seu julgamento pelos crimes de guerra. Como sugere o título do artigo, “O julgamento espetáculo de Adolf Eichmann”, seu objetivo é analisar rito e performances observados no tribunal. As autores partem de avaliações de Foucault sobre transformações ocorridas nos julgamentos penais. Entre elas a substituição do carrasco por um corpo técnico imediatamente associada ao deslocamento da repressão do corpo para a alma ou consciência do julgado. Busca-se no estudo compreender a teatralização dos processos de julgamento. Vale ressaltar que os julgamentos medievais eram espetaculares na acepção mais estrita do termo. Apresentando vasto material iconográfico as autoras propõem uma análise do que se poderia chamar “encenação jurídica”. Outro eixo teórico que orienta o estudo são as observações feitas por Hannah Arendt em um livro no qual analisa o mesmo julgamento. Nele também a dimensão cênica das sessões no tribunal constitui o alvo principal. Daí o destaque que o artigo confere a transformações cenográficas e arquitetônicas dos espaços teatrais. A história destes é acionada para a compreensão do processo no qual o tribunal tornou-se um palco no qual se deu a performance em que Eichmann foi julgado, não apenas pelos crimes que cometeu, mas também por todos os demais cometidos contra todos os judeus. As acusações sobre Eichmann referiam-se, além deste últimos, a crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Após defini-los, Xavier; Soares; Wey, comentam sobre as motivações da escolha do advogado por Eichmann. Ele defendera réus nazistas condenados nos Tribunais de Nuremberg. A “estranha” escolha

poderia ser qualificada como uma tentativa de “roubar a cena”. “A opção por Servatius, nessas circunstâncias, leva-nos a crer que o acusado não apenas previa, mas até mesmo apetecia o mesmo destino dos nazistas e colaboradores do sistema nazista, entrando para a história do Terceiro Reich a todo custo”. Assim, é razoável afirmar que além de importantes dados historiográficos obtidos na pesquisa, o método de proposto para analisa-los, mostra-se profícuo para investigações de temas diversos

O último artigo que integra este volume de **TEMPO DA CIÊNCIA** aborda o tema do *bullying* orientado, sobretudo, conforme explicitado no seu título, por conceitos adotados por Michel Foucault e autores que analisam sua obra. A pesquisa na qual Bazzo se baseou para discutir o tema proposto, realizada em municípios do Rio Grande do Sul, foi desenvolvida em “duas frentes”. Uma delas contemplou entrevistas com diversos atores envolvidos com a temática do *bullying* bem como o acompanhamento de eventos a ele relacionados. A outra envolveu “observações e entrevistas com funcionários, professores e estudantes, de diferentes níveis de ensino, em duas instituições educacionais, uma pública e outra privada, voltadas a camadas médias da população de [municípios serranos do estado]”.

“Aportes foucaultianos para uma etnografia da empresa moral do *bullying* no contexto contemporâneo brasileiro” volta-se para o debate acerca da “preocupação moral” em torno de antigas práticas que já foram tomadas por brincadeiras, e situam-se hoje em outro patamar. Patamar este associado a novos vocabulários que dariam origem a “efeitos performativos” sobre a realidade relacionados a atitudes condenatórias. Estas vinculam-se a uma noção cara para Foucault: “trauma” O termo *bullying* extrapola os domínios da ciência e torna-se recurso da “inteligência social dos atores”. Para alcançar sua meta Bazzo dá ênfase a um conceito estratégico da obra de Foucault: trata-se da noção de dispositivo. Conceito do qual se apropria com a qualificação específica “*psi*”. É conhecida a centralidade dos conceitos “campo de saber”, “tipos de normatividade” e “formas de subjetividade” na obra de Foucault e sua forte conexão com a noção de dispositivo. Esta última teria sido, de acordo com Bazzo, definida de forma mais clara por Agamben. Dispositivos estão “voltados para o gerenciamento de populações de uma forma entendida como mais útil e adequada”. E podem compreender, entre outros fatores, práticas, conhecimentos, técnicas, discursos. Dispositivos *psi*, seriam aqueles que ganharam visibilidade e notoriedade no mundo ocidental moderno, originários das disciplinas psicocientíficas. Tais dispositivos adquirem caráter civilizatório, concorrendo para o manejo de alteridades, impedimento de conflitos, pacificação social democrática.

Estes são alguns dos recursos mobilizados pela autora com a intenção de compreender o fenômeno investigado superando os argumentos de natureza criminológica.

Esta edição de **TEMPO DA CIÊNCIA** é completada por duas resenhas. Ambas abordam obras, cada uma a sua maneira, relacionadas a Michel Foucault. Magela e Sandeleia avaliam **Foucault and the *Kamasutra*, de Sanjay K. Gautam**. Uma interpretação do livro de Mathieu Lindon **O que amar quer dizer** é assinada por Flávia Bruno.

Programa y acción de un sujeto político. La Confederación General Económica ante la insurrección popular de los 70s. en Argentina

Veronica Baudino¹

Resumen: El presente trabajo busca *observar las principales formulaciones políticas, alianzas y determinaciones de la Confederación General Económica (CGE) como sujeto político en un momento específico de su accionar.* Dicha institución es considerada representativa de una fracción muy numerosa de la burguesía nacional políticamente activa en Argentina, especialmente en el período 1969-1976. El análisis pormenorizado de sus acciones y enunciaciones dan cuenta de la confluencia de la entidad junto a un sector de la clase obrera en un proceso de subjetivación política en que re-emerge el discurso reformista. La alianza con la clase obrera y la ruptura con una fracción del capital pueden entenderse como las formas políticas adoptadas por los sujetos para garantizar su reproducción, signada por la apropiación de renta de tierra privilegiadamente mediada por el Estado, en un momento de alza abrupta y repentina de la misma.

Palabras clave: Burguesía; Sujeto político; Confederación General Económica; Reformismo.

Political action of a political subject. The intervention of General Economic Confederation at the 70s popular uprising in Argentina.

Abstract: This paper seeks to observe the main policy formulations, alliances and determinations of the General Economic Confederation (CGE) as a political subject at a specific moment. This institution is considered representative of a very large fraction of the politically active national bourgeoisie in Argentina, especially in the period 1969-1976. The detailed analysis of their actions and statements realize the confluence of the entity and a part of the working class in a political process. The alliance with the working class and the break with a fraction of capital can be understood as political forms taken by subjects to ensure their reproduction, signed by the appropriation of income of privileged land mediated by the state, at a time of sharp rise and sudden thereof.

Key words: Bourgeoisie; Political subject; General Economic Confederation; – Reformism.

Introducción

La pregunta acerca del comportamiento de la burguesía en Argentina ofrece prolíferas y variadas formulaciones. La respuesta al interrogante, más allá de la peculiaridad de su objeto,

1 Doutora en Historia – Universidade de Buenos Aires –UBA. Investigadora de Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales IDIHCS- Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Conicet. Jefa de Trabajos Practicos en Universidad de La Plata. E-mail: veronicabaudino@yahoo.com.ar

no es ajena a las reflexiones más generales acerca de la forma y determinación de la acción de los sujetos; cuestión discutida desde diferentes vertientes teóricas y orientadora de acciones políticas del más variado cariz. Desde posiciones que asumen una vinculación refleja entre estructura y superestructura, en las que el sujeto no cuenta con autonomía política, a aquellas que sostienen su total distanciamiento e independencia de la estructura económica (LACLAU, 2008; ZIZEK, 2012; ALTHUSSER, 1965). Las interpretaciones acerca de la acción de la burguesía muestran exponentes de todo el espectro mencionado, primando aquellas en las que la acción se encuentra autodeterminada. Es decir, sus decisiones económicas y políticas no tienen un condicionamiento más relevante que su propia voluntad. El “contexto” político y social influye, argumentan, pero de manera contingente.

A lo expuesto se suma otra cuestión: la acción de la burguesía no suele ser tomada en términos de acción política. Por lo general, no se mira a la burguesía industrial argentina como sujeto/actor político. Debido a que su representante político general de la burguesía es el Estado capitalista, en las versiones marxistas, o el mismo ha sido colonizado progresivamente por sus representantes, la burguesía argentina, y también la latinoamericana, falta de un proyecto y acción política de desarrollo nacional se habría constituido en un grupo de presión más. La consecuencia más notoria sería la búsqueda de beneficios individuales ocasionando el persistente estancamiento económico nacional relativo (ACUÑA, 2014). En algunas versiones se tiene por sujeto político a aquellas fracciones del capital identificadas con lo que se esperaría de una “burguesía nacional”, aunque en el aspecto teórico-ideal, ya que ningún sujeto real suele cumplir los requisitos del modelo.

Por esta razón nos interesa observar la acción de los capitalistas individuales como necesariamente atravesados y orientados por la política, como forma de la relación directa en una sociedad regida por la relación indirecta entre poseedores de mercancías (MARX, 2002), más allá del tamaño/origen de sus capitales y, al mismo tiempo, pensar a qué determinaciones más generales obedecen los cursos que toman sus intervenciones.

En este trabajo nos centraremos en la acción política de la Confederación General Económica (CGE), institución representativa de una fracción muy numerosa de la burguesía nacional, que ha intervenido activamente en la arena política argentina, especialmente en el período 1969-1976². *Nos preguntamos a qué relaciones más generales obedecen sus formulaciones programáticas y la alianza con el sector de la clase representado por la Confederación General de los Trabajadores.*

Estado del arte y aspectos teóricos

Los resultados más profusos del estudio de la burguesía industrial en Argentina se centran en su comportamiento económico estrechamente ligado a su participación como base social de las distintas políticas económicas implementadas a lo largo del período. La interpretación más difundida sostiene la esencia de un carácter especulativo de la burguesía nacional (SÁBATO, 1988; PEÑA, 1986) que habría sido estimulado por el Estado. Ciertos elementos culturales, como la búsqueda de evitar riesgos económicos y la multiimplantación, sumado a la falta de políticas estatales que disciplinen tales comportamientos, habrían delineado el comportamiento errático del desarrollo económico argentino (SCHVARZER, 1996; SÁBATO, 1988; ROUQUIE, 1978). Deudora de la mencionada teoría, aunque con matices, es la que hace hincapié en los modelos de acumulación implantados por la fracción de la burguesía políticamente dominante en cada etapa histórica (BASUALDO, 1984, 1987,

² Nos concentraremos en el período 1969-1973, entre el fenómeno llamado Cordobaza y el retorno del peronismo al gobierno nacional.

1997, 1998, 1999; AZPIAZU, 1984, 1986, 1998; CASTELLANI, 2008; SCHVARZER, 1996; AZPIAZU; SCHORR; 2010; RAPOPORT, 2000; FERRER, 2008; VERBITSKY, 2013).

Los trabajos en dicha dirección identifican tres modelos: Agroexportador, ISI y neoliberal, delineados a imagen de la oligarquía terrateniente, la burguesía nacional (pequeña) y la oligarquía diversificada respectivamente. En la mencionada línea se inscriben estudios de empresas, centrados en las dificultades del empresariado local (ROUGIER, 2007; PAMPIN, 2008), o bien que resaltan las conductas positivas de casos excepcionales (ROMAN; DI SALVO, 2008; DETHIOU, 2008; SCHVARZER; ROUGIER, 2006).

Identificados con las corrientes dependentistas, ciertos trabajos vinculan las características especulativas del empresariado nacional con su relación con el capital extranjero, centrándose en la rivalidad nacionalista-dependiente (RAMIL CEPEDA, 1972; FRONDIZI, 1955; ECHAGÜE, 2004; PEÑA, 1986; ASBORNO, 1993). En una línea semejante O'Donnell caracteriza que determinados actores del empresariado promueven estrategias de acumulación a corto plazo, que redundan en la escasez de desarrollo de la industria nacional (O'DONNELL, 1982).

Entre quienes han analizado las formas políticas adoptadas por la burguesía en Argentina encontramos estudios de *think thanks* del estilo de FIEL, CEMA y Fundación Mediterránea, como las usinas de pensamiento que dieron origen a los programas económicos de la gran burguesía (HEREDIA, 2003; RAMIREZ, 2007), así como estudios sobre la intervención reciente de las corporaciones empresarias (BELTRAN, 2012). Asimismo, trabajos sobre la Unión Industrial Argentina la han caracterizado como una corporación representante de la franja mono u oligopólica del capital, tendiente a efectuar movimientos pendulantes y “acomodarse” a cada coyuntura persiguiendo sus intereses a corto plazo (O'DONNELL, 1982, ACUÑA, 1996). Se ha hecho especial énfasis en su carácter de subsidiario de las condiciones de dependencia del capital extranjero, y por lo tanto aliado natural del imperialismo en Argentina (NIOSI, 1974; CÚNEO, 1967), o su peculiar propensión a políticas no industriales – especulativas (SCHVARZER, 1991) debido a su composición nutrida de burguesía diversificada.

La mirada que se tiene de la CGE se encuentra más dividida. En un extremo, ha sido caracterizada como la exponente por excelencia de una burguesía nacional industrialista, en una oposición diametral respecto de la UIA. Se argumenta que la burguesía nacional nació durante el peronismo, gracias a una serie de medidas que privilegiaron la economía mercado internista, y dieron lugar al desarrollo de los pequeños y medianos capitales. La Confederación General Económica fue, según Eduardo Basualdo (2006), la institución que aglutinó los intereses de esta fracción de la burguesía y permitió su conformación como sujeto social. La bibliografía pone el acento en la contradicción entre un programa “nacionalista e industrialista” (BRENNAN, 1998) propulsor de una alianza con el movimiento obrero (GALETTI, 2006), propia de las fracciones adheridas a la CGE, con el “dependentismo” de la dirigencia tradicional (UIA, SRA) que, a pesar de ocupar los resortes del poder, no se ha erigido en una clase dominante con interés en el “engrandecimiento del conjunto nacional” (CÚNEO, 1967; NIOSI, 1974). En función de las distinciones mencionadas se encuentran asimismo trabajos periodísticos que buscan resaltar el programa propio de la burguesía nacional defendido por Gelbard (líder de la CGE), signado por la construcción de una estructura nacional “sin excluidos” (SEOANE, 2003). Se trata de posturas similares a la historia oficial de la entidad (CGE, 2000; GELBARD, 1972).

Las posiciones que no exaltan a la CGE acentúan que su accionar responde a sus intereses económicos inmediatos y resaltan los límites insalvables del discurso de conciliación

de clases sostenido por la entidad (BRENNAN; ROUGIER, 2013; WALKMAN, 1985). Asimismo, se pone en cuestión la imagen inmutable y monolítica de estrategia político-económica de la corporación en cuestión (BELLINI, 2014; JÁUREGUI, 2003; BAUDINO, 2016).

Parecería entonces sostenerse que sólo es política la acción de aquél sector de la burguesía que persigue el desarrollo nacional, y en consecuencia el bienestar de general. Mientras el carácter corto placista y especulador de los capitales representados por la UIA la constituiría más en un grupo de presión, en tanto núcleos de lobby para realizar sus intereses económicos inmediatos, la CGE transitaría la escena de la política. Ésta, debido a la pequeña escala de sus capitales se habría desarrollado al calor del peronismo y por eso visto compelida a una acción en el campo político más precisa. Así, podría suponerse que la CGE se ha constituido, para la bibliografía, como un sujeto político, es decir como un agente que delinea un programa y relaciones políticas particulares que exceden a sus representaciones e intereses particulares, a diferencia de la UIA, que sólo intervendría en el ámbito corporativo-sectorial. No obstante, la acción política sólo estaría delineada por expresar los intereses económicos nacionales y no por el simple hecho de entrar en la lucha para asegurarse su reproducción. En esta clave, aquellos trabajos que no ven en la CGE un “verdadero” sujeto de desarrollo nacional, ponen su acción en idéntica línea que la UIA.

En debate con las posturas expuestas asumimos que la acción de los capitalistas nucleados en corporaciones es política. Aquello que suele diferenciarse como acción corporativa, de presión o política, la unificamos bajo la última nominación, como la forma en que se relacionan directamente sujetos cuyo vínculo en la sociedad capitalista se encuentra mediado por la mercancía.

Entonces, los sujetos entran en relaciones políticas necesariamente, pero, y aquí una cuestión nodal a discutir ¿qué es lo que determina la acción política de los sujetos? Tomemos dos exponentes muy influyentes que han abordado la problemática desde el cruce del análisis político y el psicoanálisis, y difieren entre si. Desde la perspectiva de Ernesto Laclau se sostiene que los sujetos, y luego los sujetos políticos, en el sentido de agentes que intervienen en las relaciones y disputas de poder, no se encuentran determinados por las relaciones sociales fundamentales, si no que es lo político (la disputa misma y su resultado) lo que constituye el vínculo social primordial.³ Zizek, en debate con Laclau postula que “La lucha de clases presupone un grupo social particular (la clase obrera) como agente político privilegiado; este privilegio no es el resultado de la lucha hegemónica, sino que se funda en la “posición social objetiva” de este grupo, la lucha ideológico-política se reduce así, en última instancia, a un epifenómeno de los procesos sociales y poderes “objetivos” y a sus conflictos.” (ZIZEK, 2006, apud LACLAU 2008, p. 14)

Más cercanos a la posición de Zizek, consideramos que la acción particular de ellos como agentes voluntarios se encuentra determinada por su ser social, por ser vendedores o compradores de fuerza de trabajo (MARX, 1973). Sin embargo, de ser sujetos que personifican una determinada mercancía a constituirse en sujetos políticos que adoptan formas particulares existe un hiato. Y en esas formas políticas se combinan y entrelazan personificaciones antagónicas unificadas tras acciones políticas conjuntas. Tal como adelantamos, de lo que se trata este trabajo es de mirar cuáles son las formas políticas que adopta determinado sujeto político, la CGE, luego del Cordobazo. Cuáles son las razones por las cuales adopta

3 “No hay ningún sustrato último, ninguna *natura naturans* a partir de la cual las articulaciones sociales existentes podrían ser explicadas. Tales articulaciones no son las superestructuras de nada sino el terreno primario en la constitución de la objetividad social” (LACLAU, 2008, p.51)

el discurso reformista⁴ y de dónde surge la potencia para su articulación como discurso predominante. A fin de responder las preguntas formuladas reconstruiremos la acción política, dando cuenta de los discursos enunciados, las alianzas trazadas en función de los discursos, y los momentos políticos y económicos que habilitan el desenvolvimiento de determinada acción. Recurriremos al análisis de fuentes primarias y secundarias, bibliografía sobre el período y problemática así como a formulaciones más generales sobre las particularidades del capitalismo argentino que puedan dar cuenta de las formas políticas adoptadas por los sujetos. El uso de fuentes de circulación masiva es indispensable para la reconstrucción de la acción política de las corporaciones, ya que es donde éstas son expuestas sistemática y detalladamente, a diferencia de las fuentes primarias (como las *Memorias y Balances* y otras publicaciones de la entidad), lugar de formulaciones demasiado generales para el propósito del presente artículo.

El momento político y económico en la antesala del cordobazo

La situación política y económica que catalizó el golpe militar de 1966 se caracterizó por una caída generalizada de los indicadores económicos en un clima de alta movilización obrera. Persistía aún la dificultad del Estado nacional en tanto representante del capital social (ALTVATER, 1976) de consolidar un régimen político que exprese las necesidades de relanzamiento de la acumulación de capital y regulación de la lucha de clases (PORTANTIERO, 1977; DE RIZ, 2000; VERONE, 1985; PERALTA RAMOS, 2007; ROUQUIE, 1983).

El régimen militar autodenominado Revolución Argentina disolvió las legislaturas nacionales y provinciales y proscribió a los partidos políticos. Implementó políticas de control de la actividad sindical mediante la SIDE (Secretaría de Inteligencia del Estado), delineadas en el CONASE (Consejo Nacional de Seguridad). Intervino los medios de comunicación y las universidades nacionales, proceso que terminó en la represión de la resistencia estudiantil en la “Noche de los bastones largos”⁵ (BRA, 1985; ANZORENA, 1998; PERINA, 1983; CASANOVA, 1998).

En materia económica, el esquema de políticas fue llevado adelante por el ministro de economía Krieger Vasena. Anunciado en marzo de 1967, consistió en una devaluación del 40% del peso y la imposición de retenciones a las exportaciones agropecuarias que oscilaban entre el 16 y el 25%. Dado que la devaluación actuaba como una barrera de contención de productos importados se redujeron los aranceles aduaneros en un 50%, con el objetivo de habilitar la importación de maquinarias para modernizar los sistemas de producción y comprar los insumos necesarios sin aumentar los costos finales de producción.

El ministerio de economía a su vez congeló los salarios mediante un decreto de fines de marzo de 1967, restringiendo los aumentos hasta fines de 1968. Al mismo tiempo incrementó las tarifas de los servicios públicos, los impuestos a las ventas y propiedades y redujo el empleo público. Dentro del recorte de conquistas gremiales se modificaron los regímenes

4 Entendemos por “reformista” la forma política que se asume en momentos de auge del ciclo económico, que implica transferencias a los capitales individuales y mejoramiento de las condiciones de vida de la clase obrera. Por oposición, la estrategia denominada “liberal” aparece en momentos de contracción económica, recortando transferencias y en consecuencia eliminando capital sobrante. Ambos momentos se corresponden con los ciclos de renta de la tierra y endeudamiento, especificidad del capitalismo argentino (INIGO CARRERA, 2007)

5 Este último conflicto comenzó cuando a fines de julio de 1966 el Poder Ejecutivo Nacional, por ley 16.912, dictaminó que el gobierno de las Universidades estaría a cargo de los rectores, decanos o presidentes, cancelando el sistema de gobierno universitario. Las atribuciones de los consejos superiores o directivos se traspasarían al Ministerio de Educación.

de trabajo en los puertos y ferrocarriles y se profundizó la reestructuración de los ingenios azucareros, iniciada con Salimei⁶ en 1966. Se sancionó la Ley de Arbitraje Obligatorio que posibilitaba la intervención del Estado en los conflictos obrero-patronales y propiciaba los despidos sin indemnización.

Los indicadores económicos de la época dan cuenta de cierta recuperación de las diferentes variables durante los primeros años del gobierno de Onganía. La tasa de ganancia del capital industrial subió desde 1967 (IÑIGO CARRERA, 2007) y la productividad del trabajo de la industria argentina en relación a Estados Unidos comenzó a recuperar sus niveles anteriores a 1966. El PBI también se incrementó, principalmente en el sector construcción, incentivado por el plan de obras públicas direccionado a mejorar la infraestructura para la industria. Las ramas que más crecieron fueron: minas y canteras, electricidad, gas y agua, comercio, hoteles y restaurantes, transporte, almacenamientos y comunicaciones, finanzas, seguros y bienes inmuebles (RAPOPORT, 2000). Por su parte, el sector agropecuario, que venía recuperándose de un largo proceso de estancamiento iniciado en los '40, todavía no había logrado reposicionarse del todo. A su vez, los precios internacionales no acompañaron, lo que se manifestó en la profundización de la tendencia a la baja de la renta diferencial.

El gobierno de Onganía impulsó un proceso de desconcentración y centralización de muchas ramas del capital, ocasionando el aumento de la tasa de explotación y el desplazamiento de los sectores más débiles de la burguesía debido a la quiebra de sus capitales, y la consecuente desocupación que acarreó.

La huelga general de masas conocida como Cordobazo estalló en este momento político y económico. La Unión Obrera Metalúrgica de Córdoba había organizado un paro para el 6 de mayo de 1969, en reclamo de que los capitalistas locales se atuviesen a la derogación de las quitas zonales, lo que no estaban haciendo.

El sector estudiantil, que venía de protagonizar una serie de movilizaciones e insurrecciones (como en Rosario) a lo largo de todo el país, en defensa de los comedores universitarios y contra los cupos de ingreso, confluyó con el sindical, con diversos reclamos en cada una de las provincias movilizadas. La violenta represión al movimiento estudiantil, que se cobró varias víctimas fatales a lo largo de mayo, generó las condiciones para la confluencia. En un clima de agitación y movilización, que se extendió a lo largo de todo el mes de mayo, con huelgas parciales, movilizaciones y enfrentamientos con las fuerzas del orden, las centrales obreras en la provincia de Córdoba decretaron un paro general para el 29 de mayo. Las centrales sindicales nacionales convocaron a un paro de similares características para el 30 de mayo. Los enfrentamientos de los sectores movilizadas con la policía y la fuerte represión del 29, que causó una nueva víctima fatal, fueron el puntapié inicial de la insurrección (DE RIZ, 2007). La lucha en las calles desbordó a la policía y los manifestantes ocuparon la ciudad durante todo el 29 y parte del 30, hasta que el gobierno recuperó el control de la ciudad recurriendo al Ejército.

El Cordobazo inaugura un proceso de radicalización política, en el que crecieron los partidos de izquierda y las organizaciones armadas, confluyendo con las organizaciones sindicales obreras. La emergencia y constitución de fuerzas políticas de la clase obrera de tendencia revolucionaria obligó a la burguesía al reacomodamiento de alianzas y discursos para bloquear su desarrollo, por qué tuvo más fuerza el discurso reformista frente al liberal es una pregunta que intentaremos respondernos.

La repercusión más inmediata fue la decisión de Onganía de desplazar a Krieger Vasena

⁶ Jorge Salimei ocupó durante un breve lapso la dirección del ministerio de economía de la dictadura militar.

de su puesto. Fue reemplazado por José María Dagnino Pastore, también proveniente de la facción paternalista, que venía de desempeñarse como ministro de Economía de la Provincia de Buenos Aires en la gobernación de Francisco Imaz y en el CONADE. El reemplazo respondía al balance que la conducción política nacional había realizado a partir del Cordobazo, por el que, implícitamente, se responsabilizaba a Krieger Vasena y a la excesiva orientación liberal que había adquirido el ministerio bajo su mando.⁷

A mediados de junio de 1970 se asiste al derrocamiento de Onganía encabezado por el General Lanusse, líder de la facción liberal del Ejército, que contó con un amplio apoyo. El suceso que desencadenó el golpe interno fue el secuestro y fusilamiento del General Pedro Eugenio Aramburu, dirigente del golpe que derrocó a Perón en 1955, por parte de la organización Montoneros. Para esa altura la conflictividad social y la actividad de la guerrilla habían asumido grandes proporciones, y las variables económicas comenzaban a desequilibrarse. En el lugar del fundador de la Revolución Argentina, asumió Roberto Marcelo Levingston, quien provenía de la facción “nacionalista” del Ejército. Su gabinete estuvo compuesto por funcionarios afines a Lanusse.

Otro de los problemas que comienza a poner sobre la mesa la crisis de la Revolución Argentina es la de la apertura democrática. En 1970, el peronismo, el radicalismo y otros partidos políticos emitieron una declaración, “La hora del pueblo”, en la que se solicitaba la restauración democrática, distribución de la riqueza más equitativa y protección de la industria y de la burguesía nacional. Pedían asimismo elecciones sin proscripciones ni vetos. Así, la estrategia reformista comenzaba a reunificar sus fuerzas en un contexto de fuerte agitación social. La presión ejercida para buscar nuevas alternativas para cerrar el proceso insurreccional abierto, implicó un nuevo golpe dentro de la Revolución Argentina: el derrocamiento de Levingston, el 23 de marzo de 1971. La presión política para que se obture una salida democrática y el estallido de una nueva insurrección en Córdoba, el “Vivorazo”, que ponía nuevamente sobre la mesa el “peligro rojo” y actualizaba las presiones en función de una apertura política, terminaron con su breve gobierno. Ahora sí, el poder fue asumido por los sectores liberales de las FFAA, encabezados por Lanusse, quien se puso al frente del Estado y comenzó a gestar su propuesta de transición política: el Gran Acuerdo Nacional (GAN).

Rearticulación de la política reformista

Aunque las críticas de la CGE a las políticas implementadas por Krieger Vasena se hicieron sentir tempranamente, cuestionando particularmente las medidas que tendían a “desproteger” a la pequeña y mediana industria cuya representación se arrogaba (La Nación, 28/1/1968, 19/1/1969 y 23/4/1969), es recién con el Cordobazo que emerge una impugnación global al programa económico de la Revolución Argentina. La dirigencia de la entidad aprovechó el espacio político que abría la creciente conflictividad social para comenzar a plantear una alternativa que la tuviera como protagonista. La CGE comienza a reposicionarse como sujeto político, o mejor dicho parte de la alianza reformista en tanto tal, entablando alianzas con la CGT y el peronismo, aunados en un discurso reformista, que expresaba la unidad entre los capitales individuales más pequeños y un sector importante de la clase obrera. A diferencia de la ruptura entre la CGE y la CGT a finales del gobierno de Illia, el nuevo clima político prefiguraba un discurso que pasaba de la tensión a la confluencia política con la clase obrera peronista (BAUDINO, 2016).

⁷ Entrevista realizada a Dagnino Pastore, en poder de la autora.

Su balance del Cordobazo, que coincidía con el de la CGT, cargaba las tintas sobre la gestión de Krieger Vasena, adjudicando la explosión social a la política económica “liberal”, “extrajerizante” y carente de “contenido social” promovida por el entonces ex ministro (O’DONNELL, 1982; BRENNAN, 1998). La crítica se hizo extensiva al sucesor de Krieger Vasena, Dagnino Pastore, denunciando que ponía la estabilidad monetaria como “fin primordial y a cualquier costo” (BAUDINO; SANZ CERBINO, 2011). Como principal problema ubicaban el “proceso de concentración en todos los órdenes y [el] desnivel en la distribución de ingresos entre regiones y sectores [que] se agudiza”. Esta política económica sería la causa central de los estallidos sociales: “las expresiones inquietantes que llegan del interior están enraizadas también en la ya impostergable necesidad del país de enfrentar su desarrollo”. Para resolver la crisis proponían un programa de “desarrollo planificado” elaborado con la plena participación de “todos los sectores” (Cronista Comercial, 13/1/1970).

En el tiempo post Cordobazo, la CGE comenzó a buscar restablecer las relaciones con la CGT, en “stand by” durante la ofensiva represiva de Onganía. El movimiento obrero organizado se encontraba ante al menos dos formas políticas a adoptar: por un lado, la adopción de un discurso de confrontación abierta con la clase capitalista, y el cuestionamiento del sistema social en su conjunto. Por otro lado, la distribución de la riqueza social y la conciliación entre trabajadores y empresarios. A esto último apuntaba la CGE, que militaba para materializar esta alternativa e impedir la profundización de los conflictos entre capital y trabajo.

La CGE resaltaba la intención de conciliar expresiones obreras y capitalistas, así como remarcar la peligrosa brecha que abría el Cordobazo. El proyecto reformista se presentaba entonces, no solo como una alternativa sectorial para las empresas pequeñas y medianas, sino como expresión de un interés general de la nación para resguardarla de un posible colapso.

El golpe interno que depuso a Onganía, en junio de 1970, expresaba la consistencia de la crisis de política. Se avizoraba la posibilidad de una transición democrática, lo cual aceleró las negociaciones entre fuerzas políticas y corporativas para preparar ese proceso. La confluencia entre la CGE y la CGT se acentuó en este momento. En julio de 1970, delegados de la CGT participaron de la Reunión Regional del Noroeste del Congreso Nacional de la Economía organizado por la CGE. Allí, el secretario regional de la CGT, Salvador Avallay, expresó las coincidencias de la central obrera con el diagnóstico que el titular de la CGE, José Ber Gelbard, hizo sobre la situación socioeconómica (La Nación, 12/7/1970). A partir de ese momento, representantes de ambas entidades comenzaron a reunirse periódicamente para estudiar en conjunto los problemas económicos y sociales del país (La Nación, 14/8/1970). A su vez, ambas entidades comenzaron a hacer pública la confluencia, con muestras de solidaridad como el repudio de la CGE al asesinato del dirigente gremial José Alonso. Sumado al comunicado de prensa, la CGE llamó a las empresas afiliadas a permitir a sus trabajadores cumplir con el paro de quince minutos decretado por la central obrera para condenar el hecho (Cronista Comercial, 28/8/1970). Los dirigentes de la Confederación Económica también comenzaron a manifestarse públicamente en favor de conceder aumentos salariales para reactivar el mercado interno, en confluencia con las reivindicaciones de sus aliados (Cronista Comercial, 6/11/1970).

La acción política en que confluyeron la CGE y la CGT era la primera manifestación de la puesta a punto nuevamente de las formas reformistas del discurso político, relegadas a posiciones marginales en los años previos. El lanzamiento de “La hora del pueblo” ponía nuevamente en carrera al Peronismo para asumir la dirección de esa alianza, y de la transición democrática que comenzaba a abrirse paso. La declaración fue emitida el 11 de noviembre de

1970, y dio nombre a la coalición de partidos políticos que, bajo esa misma denominación, comenzó a operar para conseguir encauzar la agitación social tras la apertura electoral. En su primera declaración, el agrupamiento abogó, a su vez, por una distribución equitativa del ingreso y la reactivación de la industria local, mostrando que en sus objetivos estratégicos coincidía con los planteos defendidos en el plano corporativo por la CGE y la CGT. En estos sectores se apoyó el General Lanusse para derrocar a su predecesor en marzo de 1971. Desde la presidencia, recogiendo el guante, lanzó el Gran Acuerdo Nacional, un plan de transición democrática que contemplaba (con algunas restricciones) la participación electoral del Peronismo, hasta ese momento proscrito. Demostrando su voluntad de poder, tras asumir Lanusse, la CGE y la CGT asistieron a una entrevista conjunta con el nuevo mandatario, a la que llevaron su propuesta de establecer una “tregua social” en la que empresarios, trabajadores y gobierno acordaran las condiciones para sobrellevar la transición. Era una propuesta similar a la que, de la mano de ambas corporaciones, puso en marcha el gobierno peronista en 1973.

La influencia política del reformismo desató reacciones entre los capitalistas ajenos a la CGE. Algunos comenzaron a acercarse a la mencionada corporación, como aquellos nucleados en ciertas cámaras provinciales y líneas internas de la UIA. Otros, capitalistas concentrados de las ramas rural, comercial y financiera que dominaban ACIEL⁸, y también dentro de la UIA, se enfrentaron a la CGE y CGT. Un hecho significativo, que da cuenta de las tensiones que generaba el ascendente camino de la CGE, se produjo a fines de 1970. El 5 de diciembre de ese año, en Corrientes, se llevó a cabo un encuentro de industriales del que participaron los máximos dirigentes de la UIA y la CGE. Era una confluencia sin precedentes, ya que nunca habían coincidido ambas entidades en un congreso. El acercamiento a la UIA era un objetivo que la dirigencia de la CGE venía alentando desde los llamados al diálogo de 1969. A su vez, los sectores internos económicamente más débiles dentro de la UIA veían con buenos ojos un acercamiento que podía derivar en un polo favorable a una política de protección del mercado interno (BAUDINO, 2012). Por otro lado, los sectores nacionalistas de las Fuerzas Armadas, de los que provenía el entonces presidente Levingston, impulsaban una unificación de la que podía surgir una base de apoyo a sus planes políticos (Cronista Comercial, 4/12/1970). Aunque en la reunión ambas entidades manifestaron coincidencias en los diagnósticos y las propuestas, el presidente de la UIA, atendiendo a las posibles consecuencias en su frente interno, se negó a suscribir un documento conjunto (Cronista Comercial, 9/12/1970). No obstante, la sola realización del encuentro era una señal de los nuevos tiempos que corrían. Así lo interpretaron los dirigentes de ACIEL: su presidente, Fernández Riva (que provenía de la UIA), presentó a raíz de este hecho su renuncia, que no fue aceptada. Luego del escándalo suscitado, y ante la posibilidad de una ruptura de ACIEL, la dirigencia de la UIA minimizó el encuentro, señalando que solo habían asistido a él ante la insistencia del gobernador de Corrientes. Aclararon, a su vez, que el hecho no expresaba ningún tipo de acercamiento a la CGE (Cronista Comercial, 11/12/1970).

En julio de 1971 un nuevo escándalo tuvo como protagonistas a CGE y ACIEL. En el marco de un intento de acercamiento al reformismo, el presidente Lanusse designó a José Ber Gelbard, titular de la CGE, como delegado empresario a la Conferencia Internacional del Trabajo en Ginebra. El viaje fue aprovechado por Gelbard para estrechar los vínculos con Perón, con quien se reunió en Madrid. Ambos hechos fueron repudiados por ACIEL, que objetó tanto la designación de Gelbard como delegado (argumentando que la CGE no

8 Acción Coordinada de las Instituciones Empresarias Libres, que reunía a la Sociedad Rural Argentina, la Corporación Argentina de Comercio, La Bolsa de Comercio y a la UIA.

era una entidad representativa), como que se desvirtuara una misión oficial para alimentar ambiciones políticas personales (Cronista Comercial, 6/7/1971). En su respuesta, la CGE no solo defendió la reunión con Perón, y su “permanente vocación de diálogo”, sino que acusó a ACIEL de obstruir la organización del empresariado nacional y de expresar los intereses del capital extranjero (Cronista Comercial, 7/7/1971).

En estos enfrentamientos la alternativa representada por CGE a los empresarios “liberales” iría cobrando fuerza y erosionando a su rival. Las posiciones expresadas por CGE ejercían fuerte atracción en buena parte de los capitales integrados a la UIA, una de las cuatro columnas de ACIEL. Esta corporación, bajo una dirección representativa de los capitales más grandes de la industria argentina, escondía un extenso número de capitales más débiles, a los que seducía particularmente la alternativa propuesta por Gelbard (BAUDINO, 2012). En este contexto, la CGE se fortaleció con el ingreso de nuevas cámaras regionales que se incorporaron a ella. Fue el caso de las Entidades Empresarias de la Provincia de Córdoba, dominada por los metalúrgicos de la provincia, que en 1970 solicitaron el ingreso a la CGE (BRENNAN, 1998). La Confederación también se nutrió, como veremos, de las escisiones de la UIA.

Aprovechando la crisis política del régimen militar, y en plena transición democrática, la CGE pugnó abiertamente por la implementación de la alternativa reformista, que se apoyaría en la alianza con la CGT y políticamente se consumaría con el retorno de Perón. En mayo de 1971, la CGE de Capital Federal envió una nota al secretario de Industria y Comercio Interior solicitando “el establecimiento de una política de ingresos concertada mediante un acuerdo estatal, laboral y empresario, para que, a través de una política fiscal, crediticia y de precios posibilite una justa distribución del ingreso” (La Nación, 29/5/1971). A su vez, criticaron “la orientación que tuvo la programación iniciada en marzo de 1967 [que] desestimó [...] la importancia del mercado interno como factor que posibilite la absorción de la producción nacional, a la vez de estimular la inversión privada ante una segura colocación de esa producción.” (La Nación, 29/5/1971)

Las soluciones propuestas provendrían de la aplicación de un programa económico asentado en el incremento del salario real que dinamizara el mercado interno y la distribución de riquezas al pequeño capital nacional. Elementos que asociaban a la entidad empresarial al retorno del Peronismo. Por eso, paralelamente, se siguió insistiendo en la necesidad de una pronta restauración democrática (La Nación, 10/9/1971).

Al mismo tiempo, la CGE estrechaba el vínculo con la CGT. Luego de una reunión conjunta, en septiembre de 1971, la entidad empresaria anunció nuevamente la intención de iniciar un ciclo de reuniones periódicas con la cúpula de la central obrera para analizar la situación económica y social (La Nación, 22/9/1971; Cronista Comercial, 29/9/1971).

Con fines a evitar cualquier limitación a la candidatura de Perón, en marzo de 1972 ambas corporaciones convocaron a una reunión a los dirigentes políticos de la mayoría de los partidos, que suscribieron un documento a favor de acelerar la convocatoria a elecciones “sin restricción ni condicionamiento alguno” (O’DONNELL, 1982). En septiembre de 1972, ambas entidades celebraron un pacto en el que se comprometían a “propiciar la reactivación de la industria nacional y la recuperación de la capacidad adquisitiva del mercado interno” (O’DONNELL, 1982). El documento suscripto sentaba las pautas de la política industrial, salarial y agropecuaria que serían puestas en práctica poco tiempo después por Gelbard, al asumir como Ministro de Economía del tercer gobierno peronista.

Con la intención de ampliar las bases de sustentación para el proyecto reformista, a fines de 1972 la CGE y la CGT promovieron un nuevo encuentro con diversas fuerzas

políticas. Los participantes -la Unión Cívica Radical (UCR), el Movimiento de Integración y Desarrollo (MID), el Partido Demócrata Progresista (PDP), y varios partidos provinciales y fuerzas de menor envergadura-, suscribieron el acuerdo denominado “Coincidencias programáticas del Plenario de Organizaciones Sociales y Partidos Políticos” (LÁZZARO, 1974; 2010). Ese documento reiteraba los puntos del programa elaborado por la CGE y la CGT, con lo que ambas entidades, y el futuro gobierno, se aseguraron un amplio respaldo político.

Al mismo tiempo que se buscaba ampliar la fuerza propia, también se intentó desgastar a las tendencias políticas contrarias. En ese sentido se pueden leer las medidas de protesta a las que convocó la CGE a comienzos de 1972 movilizadas por fuertes críticas a la figura y plan económico de Lanusse (La Nación, 11/1/1972 y 26/1/1972). El otro blanco de los ataques de CGE en su ofensiva eran los empresarios reunidos en ACIEL. Esta asociación había sido el bastión más sólido de la burguesía reaccionaria y antiperonista, pero ante la nueva coyuntura, signada por una activación popular que socavaba el régimen militar, ACIEL comenzaba a resquebrajarse. El eslabón más débil, los capitales industriales más pequeños que se agrupaban en la UIA, era particularmente susceptible a las propuestas proteccionistas de CGE. Por esa razón, en la disputa con ACIEL, los voceros de CGE buscaron enfatizar que sus rivales no defendían los intereses de la burguesía nacional sino del capital extranjero (Cronista Comercial, 15/4/1972). Asimismo, nuclear a los capitalistas frente la activación popular y evitar el colapso político del capitalismo local.

Determinaciones de la política reformista

La pregunta a responder, de acuerdo a uno de los objetivos planteados en el trabajo, es a qué determinaciones más generales obedecen los movimientos descriptos. Observamos el pasaje desde el acuerdo con el gobierno militar denominado Revolución Argentina, y apoyo inicial al plan económico de Krieger Vasena en sintonía con los capitales más concentrados, a su total oposición. El discurso de tinte liberal (racionalización económica, baja salarial, discrecionalidad en el otorgamiento de subsidios, apertura de ciertas importaciones) que la CGE acompañó cedió paso a las formulaciones reformistas caracterizadas por el estímulo de los pequeños capitales y el mejoramiento de las condiciones de vida de la clase obrera.

Los capitales individuales, en su mayoría pequeños, que componían la CGE no fueron ajenos a las penurias económicas. Es que se implementó un plan que expresaba las necesidades de relanzar la acumulación de capital en un momento de descenso de tasa de ganancia. Se debía eliminar el capital sobrante del mercado: los pequeños capitales eran los candidatos.

La gran mayoría de los capitales que componen de la CGE eran capitales pequeños, que operaban a una escala reducida respecto de sus competidores. Su tamaño implica una productividad del trabajo menor, costos mayores, y en consecuencia menores ganancias. ¿Cómo es que sobrevive este tipo de capital a la competencia en Argentina? A partir de beneficiarse de transferencias de riqueza mediante diferentes mecanismos (tipo de cambio, aranceles, subsidios directos, etc.). Comparten la particularidad de la mayoría de los capitales que operan en Argentina: absorben riqueza adicional a la plusvalía apropiada de manera simple como forma de compensar su menor productividad. ¿De dónde surge la riqueza que permite sostener a capitales no competitivos? De la renta diferencial de la tierra agraria de la pampa húmeda (IÑIGO CARRERA, 1998). La misma se transfiere vía apropiación y recirculación por el Estado como forma privilegiada. El Estado redirige la renta diferencial desde las

manos de los terratenientes a los capitalistas industriales de manera directa (impuestos y subsidios) o indirecta (tasa de interés negativa, tipo de cambio).

En un momento de baja de la renta de la tierra, el Estado adopta políticas que ajustan la relación entre riqueza a distribuir y los agentes a apropiarla: el discurso liberal de modernización aparece a la orden del día. Los pequeños capitales de la CGE lo asumieron, o escondieron su programa reformista en un momento en que no tenía potencia. El cordobazo es la expresión más aguda de la contracción a la que la economía se sometió producto de la baja de la principal riqueza apropiable. El discurso revolucionario encarnado en un sector de la clase obrera aparecía, para ésta clase, como la opción para superar la crisis vigente.

La crisis internacional y su consecuente aumento de los precios de las mercancías agropecuarias a principios de la década de 1970, implicó una abrupta alza de la renta diferencial de la tierra. El discurso reformista comenzó así a recobrar peso, siendo posible una distribución mayor y más amplia de riquezas entre pequeños capitales y clase obrera. La alianza de la CGE con la CGT cobró una fuerza que hacía años no tenía. La misma puede relacionarse con la determinación de la acción política respecto de su posición (en tanto compradores o vendedores de fuerza de trabajo) y el momento (de alza o baja de la riqueza que otorga su particularidad) en la acumulación de capital en Argentina.

Conclusiones

En el presente trabajo hemos intentado dar cuenta del programa y acción de un sujeto particular: la clase capitalista. Más específicamente aquel fragmento de la misma que acumula en Argentina y es representada por la Confederación General Económica. Dicha entidad, se componía de capitales pequeños, en su mayoría nacionales, comerciales, industriales y agropecuarios. Nos preguntamos no sólo cuál es la forma política que desarrolló la corporación durante un período álgido de la lucha de clases en Argentina (y en el mundo), si no a qué determinaciones económicas, o estructurales (en el sentido de relaciones sociales fundantes), obedecieron.

La CGE emergió como sujeto político tras el cordobazo como forma de rearticular una alianza política que permitiera la reproducción de los capitales individuales que la componían. Sin embargo, el discurso radicalizado de parte de la clase obrera tiñó toda la arena política. A un movimiento que se postulaba portador de potencias revolucionarias, la CGE, en unión con la CGT y el peronismo asumió una acción política signada por el discurso reformista, en que el Estado como compensador privilegiado de las debilidades de los capitales locales y el mejoramiento de las condiciones de vida de la clase obrera funcionaron como articulador del lazo entre los sujetos. La potencia para su instauración parece haber provenido de un momento de subjetivación política en que el status quo se vio fuertemente cuestionado. Pero dicha potencia no puede soslayar un momento de particular alza de la principal riqueza de la que disponen los capitales débiles en Argentina para acumular y compensar su menor competitividad relativa. Dado el incremento abrupto de la renta de la tierra, el discurso reformista comenzó así a recobrar peso, siendo viable su realización gracias a que se abría la opción de una distribución mayor y más amplia de riquezas entre pequeños capitales y clase obrera.

Referências

- ACUÑA, C. Las contradicciones de la burguesía en el centro de la lucha entre el autoritarismo y la democracia (1955 – 1983). **Realidad Económica**, n.138, p. 52-71, 1996._____.
- ALTHUSSER, L. **Análise crítica da teoria marxista** . Tradução de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. Tradução de: Pour Marx, 1965.
- _____. El análisis de la burguesía como actor político. **Realidad Económica**, n.128, p. 45-77, 2014.
- ALTVATER, E. Estado y Capitalismo Notas sobre algunos problemas de intervención estatal. **Cuadernos Políticos**, n.9, p. 09-30, 1976.
- AZPIAZU, D., KOSACOFF, B. : “Monetarismo y crisis industrial. La experiencia argentina reciente”, **Revista Pensamiento Iberoamericano**, Nro. 6, Madrid, 1984
- AZPIAZU, D., BASUALDO, E., KHAVISSE, M. (1986): **El nuevo poder económico en la Argentina de los años ochenta**, Legasa, Buenos Aires, 1986
- AZPIAZU, D. **La concentración en la industria argentina a mediados de los años noventa**, FLACSO/Eudeba, Buenos Aires, 1998
- AZPIAZU, D.; SCHORR, M. **Hecho en Argentina**. Industria y Economía 1976-2007. Buenos Aires: SIGLO XXI, 2010.
- BASUALDO, E. **Estudios de Historia Económica Argentina**. Desde mediados del Siglo XX a la actualidad. Buenos Aires: SIGLO XIX, 2006.
- _____. **La estructura de propiedad del capital extranjero en la Argentina, 1974**, CET, Buenos Aires, 1984
- _____. **Deuda externa y poder económico en la Argentina**, Nueva América, Buenos Aires, 1987
- _____. **La estrategia de la UIA 1966-1976**. Tesis (Doctoral en Filosofía) - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2012
- BAUDINO, V. **El pequeño capital entre democracia y dictadura militar**. La Confederación General Económica, Argentina (1964-1968).Córdoba: JEC, 2016.
- BAUDINO, V.; SANZ CERBINO, G. (2011): Las corporaciones agrarias e industriales frente al golpe del '76: apuntes para la reconstrucción de la Fuerza Social Contrarrevolucionaria, Instituto Gino Germani. Buenos Aires: UBA.
- BELTRÁN, G. (2012): Las prácticas del poder. Discusiones en torno al problema de la acción política empresaria. Apuntes.
- BRENNAN, J. Industrialist and bolicheros: Business and the Peronist Populist Alliance 1945-1976. In: BRENNAN, J. (Org.). **Peronismo and Argentina**. Buenos Aires: Whitelongscholarly Resources, 1998.

- BRENNAN, J.; ROUGIER, M. **Perón y la burguesía argentina**. El proyecto de un capitalismo nacional y sus límites (1946-1976). Buenos Aires: Lenguaje Claro, 2013.
- CGE. Confederación General Económica de la República Argentina. **CGE: 50 años de historia 1950-2000**. Buenos Aires: CGE, 2000.
- CÚNEO, D. **Comportamiento y crisis de la clase empresaria**. Buenos Aires: Pleamar, 1967.
- DE RIZ, L. **La política en suspenso: 1966-1976**, Buenos Aires : Paidós, 2000
- DETHIOU, C. **Macar S.R.L**: Trayectoria de una empresa textil (1956-1990). Caseros: Historia Económica, 2008.
- FERRER, A. **La economía argentina**: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- GALETTI, P. Líneas contrapuestas en la evolución de las entidades empresarias. **Realidad Económica**, n.174, p. 88-102, 2000.
- GELBARD, J. **Las organizaciones empresariales en la evolución argentina**. Buenos Aires: CGE, 1972.
- HEREDIA, M. El proceso como bisagra. Emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático: FIEL, FM y CEMA. In: PUCCIARELLI, L. (Org.). **Empresarios, tecnócratas y militares**. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: SIGLO XXI, 2003.
- IÑIGO CARRERA, J. **La formación económica de la sociedad argentina**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2007.
- LACLAU, E. **Debates y combates** . Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008
- LÁZZARO, S. (Org.). **Estado y cuestión agraria en Argentina y Brasil**. La Plata: UNLP, 2000.
- MARX. K. **El Capital**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.
- NIOSI, J. **Los empresarios y el Estado Argentino (1955-1969)**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- O'DONNELL, G. **El Estado burocrático-autoritario**. Triunfos, derrotas y crisis. Buenos Aires: Belgrano, 1982.
- PAMPIN, G. La industria de bienes electrónicos y el desarrollo tecnológico en Argentina: expansión y crisis de Winco, S.A., 1954-1980. **Revista de Historia Industrial**, n.38, p. 51-78, 2008.
- PEÑA, M. **Industriolización y clases sociales en la Argentina**, Buenos Aires: Hyspamérica, 1986
- PERALTA RAMOS, M. **La economía política argentina: poder y clases sociales (1930–2006)**.
Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007

- PORTANTIERO, J. C. Los usos de Gramsci. In Antonio Gramsci, Escritos Políticos (1917-1933) **Cuadernos de Pasado y presente** , n° 54, México, 1977.
- RAMÍREZ, H. **Corporaciones en el poder**. Institutos y acción política en Brasil y Argentina. IPÊS, FIEL y Fundación Mediterránea. Buenos Aires: Lenguaje Claro Editora, 2007.
- RAPORT, M. **Historia económica, política y social de la Argentina , 1880-2003**. Buenos Aires, Ariel, 2000
- RAMIL CEPEDA, M. **Crisis de una burguesía dependiente: balance económico de la revolución argentina 1966-1971**, La Rosa Blindada: Buenos Aires, 1972
- RAPOPORT, M. et al. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000)**. Buenos Aires: Macchi, 2000.
- ROMAN, V.; DI SALVO, M. T. **Los “hombres de farmacia” como empresarios**. Caseros: Historia Económica, 2008.
- ROUGIER, M. Expansión y crisis de La Cantábrica (1940-1990). In: ROUGIER, M. (Org.). **Políticas de promoción y estrategias empresariales en la industria argentina 1950-1980**. Buenos Aires: Ediciones Cooperativas, 2007.
- ROUQUIÉ, A. **Poder militar y sociedad política en Argentina**. Emecé, Bs. As, 1983
- SÁBATO, J. F. **La clase dominante en la Argentina Moderna. Formación y características**. Buenos Aires: CISEA Grupo Editor Latinoamericano. 1988
- SCHVARZER, J. **Empresarios del pasado**. La Unión Industrial Argentina. Buenos Aires: Imago Mundi, 1991.
- _____. **La industria que supimos conseguir. Una historia político social de la industria argentina**. Planeta, Buenos Aires, 1996
- _____. **La industria que supimos conseguir**. Buenos Aires: Planeta, 1996.
- SCHVARZER, J.; ROUGIER, M. **Las grandes empresas no mueren de pie**: el (o) caso de SIAM. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- SEOANE, M. **El burgués maldito**: los secretos de Gelbard, el último líder del capitalismo nacional. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.
- ŽIŽEK, S. Against the populist temptation. **Critical inquiry**, v.32, n.3, p. 551-572, 2006.
- _____. **Mapping ideology**. Londres: Verso Books, 2012.

Lógica Histórica e Interculturalidade: um diálogo possível

Carlos Eduardo Bao¹

Resumo: O texto propõe um diálogo entre a lógica histórica, proposta metodológica do historiador inglês Edward Palmer Thompson, fundamentalmente em seu texto *A miséria da teoria*, e a interculturalidade, oriunda da perspectiva decolonial, sobretudo na chamada América Latina. O objetivo é revelar possibilidades e limitações de intercâmbio e entre ambas perspectivas, indicando que, apesar de suas diferenças fundamentais, o diálogo entre os campos torna-se prolífico na medida que permite suplementar o potencial heurístico de análise e compreensão da realidade histórica e sociocultural, adentrando o terreno da prática de pesquisa e reflexão intercultural.

Palavras-chave: Lógica histórica; Decolonialidade; Interculturalidade.

A dialogue between historical logic and interculturality

Abstract: The text proposes a dialogue between the historical logic, methodological proposal of the English historian Edward Palmer Thompson, fundamentally in its text “The misery of the theory”, and the interculturality, originating from the decolonial perspective, especially in the called Latin America. The objective is to reveal possibilities and limitations of exchange between both perspectives, indicating that, despite their fundamental differences, the dialogue between the fields becomes prolific in that it allows to supplement the heuristic potential of analysis and understanding of the historical and socio-cultural reality, the terrain of research practice and intercultural reflection.

Keywords: Historical logic; Decoloniality; Interculturality.

Introdução

Considerando que o mundo é um pluriverso cultural, político e cognitivo (OLIVÉ, 2009), que é possível experimentar e organizar a vida de muitas maneiras e que as formas de conhecimento são diversas tanto entre culturas como no interior de cada uma delas, torna-se explícita a dificuldade em categorizar-se a imensidão e a diversidade das relações sociais a partir de um protocolo de conhecimento exclusivo. Em outras palavras, uma vez que se considere a realidade empírica da diversidade, o projeto de universalizar os modelos de conhecimento a partir e dentro de uma particularidade epistêmica torna-se carcomido, senão improvável. A objeção, bem definida, não é com relação à possibilidade do conhecimento, da objetividade, mas à possibilidade de um único conhecimento que seja capaz de articular satisfatoriamente – leia-se “amplamente legítimo” – toda extensão da realidade, uma vez que

¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

essa é, também, produto objetivado da articulação entre os sentidos e a mente (MLODINOW, 2014). Faz-se, então, emergente e urgente o diálogo.

O relato moderno da história linear, evolutiva e objetivamente inteligível é fenômeno relativamente recente. Não mais velho que a Renascença nem mais novo que o Iluminismo e o protocolo disciplinar da racionalidade científica (KOSELLECK, 2006; LE GOFF, 2003; MIGNOLO, 2009). Na contemporaneidade, o relato da história enquanto disciplina especializada de conhecimento abrange correntes antagônicas e altamente sofisticadas como a história do tempo presente e o materialismo histórico, por exemplo. Outras formas de contar a(s) história(s) sobrevivem, entretanto, nas “periferias” do conhecimento especializado. Por isso, mais que interdisciplinaridade, podemos pensar nas possibilidades abertas pela interculturalidade (WALSH, 2012).

Na segunda metade do século passado, na Inglaterra, o historiador Edward Palmer Thompson (1924-1993),² propôs um *corpus* teórico-metodológico de análise da realidade chamado de “lógica histórica”, fundamentalmente arquitetado na obra intitulada “*The poverty of theory*” (*A miséria da teoria*), num debate contundente com o estruturalismo althusseriano. Na obra, o autor recupera o que designa como materialismo histórico, com fundamentação ontológica, e apresenta-nos os conceitos de experiência e cultura, tal como compreende, articulando dialogicamente “objeto” e “sujeito” na conformação do conhecimento histórico. Fertilizando o solo da disciplina histórica e mesmo das ciências humanas e sociais.

Como veremos mais detalhadamente a seguir, a lógica histórica é tanto uma espécie de reação à assepsia da teoria histórica e social provocada pelo impacto da perspectiva estruturalista de Louis Althusser sobre o legado marxiano quanto uma crítica ao funcionalismo – e, tangencialmente, ao chamado pós-modernismo. Como afirma Thompson (1981), seu interesse foi, fundamentalmente, reposicionar a história (como disciplina) dentro dos cânones ontológicos do materialismo histórico.

Esse fundamento da lógica histórica indica uma incongruência fundamental com a perspectiva decolonial: enquanto Thompson reafirma a razão ocidental (porém sem seu caráter burguês e racionalista), a decolonialidade indica o particularismo dessa mesma razão e a dimensiona no interior das relações de conhecimento inscritas em um campo de poder (geopolítica do conhecimento), evidenciando como a razão, embora fundamental para certo protocolo de conhecimento, é uma das dimensões representativas da realidade e do próprio conhecimento, não a única. Nesse aspecto, lógica histórica e decolonialidade são irreduzíveis; entretanto, podem estabelecer diálogos e mediações, onde se encaixa a proposta desse texto. O objetivo, portanto, é apresentar os pontos de divergência e de convergência de ambas perspectivas.

Paralelo ao construto disciplinar da história (mas geralmente invisível desde esse lugar de fala) existe uma diversidade de outras narrativas históricas, enunciações alternativas que ora confluem ora chocam-se com a narrativa histórica (supostamente) universal, oriunda do protocolo ocidental de conhecimento. Essas “outras” modalidades de pensamento, dispostas por meio de modos de conhecimento diferenciados da matriz eurocêntrica de conhecimento – e, no entanto, por mais de três séculos articuladas como objeto de conhecimento do pensamento eurocêntrico – emergiram também como sujeitos de conhecimento a partir do chamado “pós-colonialismo”. A emergência do “pós-colonial”, em meados do século passado,

2 Considerado um marxista humanista, Thompson foi militante ativo do comunismo e um historiador polêmico, também conhecido pelo profícuo círculo intelectual que integrou na chamada “escola de Birmingham” do qual também participaram Raymond Williams, Eric Hobsbawm e Stuart Hall (entre outros)

ressalta a relevância e a necessidade de formas alternativas de conhecer a realidade tanto como suplementos para o diálogo com o científico como enquanto protocolo epistêmico próprio (OLIVÉ, 2009).

A partir dessas colocações, o objetivo do texto gira em torno de propor um diálogo entre a lógica histórica Thompsoniana e a decolonialidade, indicando a interculturalidade epistêmica como possibilidade de articulação metodológica entre as duas perspectivas sem, entretanto, concluir o diálogo, visto que tanto a obra de Thompson como a perspectiva decolonial são sobejamente amplas e complexas. Além disso, seguimos a sugestão de Walsh (2012) quando indica que “*la Escuela de Birmingham en general*” (WALSH, 2012, p. 205), da qual Thompson faz parte, representa um legado relevante para o diálogo com a interculturalidade.

O intuito não é o de ocupar o espaço de um ecletismo acrítico, tampouco manipular retoricamente categorias analíticas no sentido de criar um sincretismo conciliador. Seguindo a postura de Mignolo (2003), entramos nesse diálogo a partir de uma dupla perspectiva “da estrutura do conhecimento (humanidade e ciências sociais) e das sensibilidades de determinados locais geoistóricos na formação e transformação do mundo colonial/moderno” (MIGNOLO, 2003, p. 13).

Um posicionamento liminar nos dá essa possibilidade de posicionamento analítico e de câmbios conceituais entre perspectivas, com o intuito de contribuir para o arcabouço de recursos metodológicos disponíveis aos agentes das ciências humanas e sociais, instigando a imaginação dos(as) pesquisadores(as) para a conformação de novas relações cognitivas, novas perguntas e novas respostas.

Panorama da decolonialidade e interculturalidade

A corrente de pensamento que ficou conhecida sob o rótulo genérico de “pós-colonialismo” é caracterizada por uma dupla crítica, política e epistemológica. É importante anotar que, enquanto movimento social, o pós-colonialismo é exterior ao universo disciplinar da academia ocidental.³ Mesmo em termos acadêmicos, é possível detectar pensadores pós-coloniais anteriores à institucionalização desta corrente de pensamento nas universidades (BALLESTRIN, 2013).

Entretanto, nos concentraremos na expressão (in)disciplinada do pós-colonialismo inserido nas cátedras e cadeiras universitárias, isto é, em suas versões acadêmicas. Nesse espaço social, a crítica pós-colonial surge a partir de intelectuais diaspóricos(as), em geral de origem não europeia ou estadunidense, mas que tiveram acesso a esses centros de produção de conhecimento. Esse trânsito entre fronteiras estimulou, nesses sujeitos, o estranhamento e a desnaturalização da realidade epistemológica urdida pelo ocidente, proporcionando-os(as) um lugar de enunciação “entre” epistemes diferentes. Assim, embora inicialmente afixa publicidade no centro (Europa e EUA), “a incitação da crítica pós-colonial não nasce na Europa mas em suas margens: este é o ponto crucial. [...] O peso da diáspora, inegavelmente, [...] forjou a crítica pós-colonial” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 06).

No final da década de 1990, surge o chamado “Grupo Modernidade/Colonialidade” nas Américas, formado por intelectuais cuja proposta lastreia-se em reposicionar a crítica pós-colonial a partir das contribuições próprias desse tempo-espço. Entre eles/as Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez,

3 Para uma crítica cf. BHABHA. *O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011; e CHATTERJEE, P. *La nación em tempos heterogêneos*. Buenos Aires: Siglo XXI. 2008.

Catherine Walsh, Immanuel Wallerstein, Boaventura de Souza Santos,⁴ Zulma Palermo, Edgardo Lander, Fernando Coronil e Arturo Escobar.

O projeto em comum que une esses/as pensadores/as é o reposicionamento da colonialidade na conformação da modernidade, indicando não apenas como a epistemologia ocidental coisificou a alteridade, mas como essa mesma alteridade constitui o lado invisibilizado da trama moderna e, logo, como não há uma “modernidade” essencial e universal a não ser em relação com seu Outro, a colonialidade. Além disso, indicam as ciências sociais como lócus de legitimação e reprodução do universalismo em detrimento de outras tantas formas epistêmicas existentes que, nesse projeto, pretendem ser redimensionadas no mesmo patamar de enunciação do “ocidentalismo”. Vamos nos ater mais detalhadamente a essa proposta, pois é a partir dela, mais especificamente, que estabelecemos cotejamento com a lógica histórica de Thompson.

As influências genealógicas de pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade são abrangentes, cobrindo desde os debates na filosofia e teologia latino-americanas, teoria da dependência, os debates sobre pós-modernidade na América Latina, os estudos subalternos estadunidenses e sul-asiáticos, estudos culturais, teorias críticas da modernidade, filosofia africana, feminismo chicano. Abarcando “uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos”, caracterizando um “programa de investigação” (ESCOBAR, 2003, p.53) que tende a contribuir para a oxigenação no campo das ciências sociais.

As categorias “diferença colonial” (Mignolo) e “colonialidade” (Quijano) são axiais no programa de investigação do Grupo Modernidade/Colonialidade, pois explicitam a inclinação eurocêntrica do imaginário ocidental e a articulação colonial das instâncias de poder e de saber da modernidade, como veremos abaixo. Como já indicado, na chamada América Latina, o fim do colonialismo não significa ausência da colonialidade.⁵ Isso porque a colonialidade é compreendida como o lado obscurecido da “modernidade” e, logo, do colonialismo, se entendido como um projeto de expansão vinculado ao engendramento da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2003). O que se compreende por colonialidade – ou colonialidade do poder/saber – é um dispositivo do poder que se perpetua como elemento ordenador das relações sociais no planeta, o lado invisibilizado da narrativa vigorante da modernidade que, como tal, contribui para a manutenção da dominação colonial no mundo contemporâneo, pretensamente “descolonizado”.

A colonialidade do poder deriva de uma diferenciação social fundante, a “diferença colonial”, fruto dos encontros entre os projetos globais e as histórias locais integradas (assimetricamente) ao plano universalista. A subalternização das populações colonizadas nos processos de conquista e hegemonia imperialista/colonial, sua inclusão desigual, subserviente na relação, só pode ser compreendida por meio de uma negação fundamental da alteridade, negação da coetaneidade que “se assenta sobre a negação da materialidade temporal da comunicação por meio da linguagem” (Fabian, 2013, p. 178). Isto é, a negação da simultaneidade temporal das cosmovisões em interação, uma forma de usar a diferença como distanciamento histórico, numa perspectiva histórica linear e evolucionista. De acordo

4 Embora vinculado ao grupo, o autor é de origem portuguesa, tida como semiperiferia.

5 De acordo com Mignolo (2003) a colonialidade do poder se articula a partir das seguintes relações: a) “a classificação e reclassificação da população do planeta”; b) “uma estrutura funcional institucional para articular e administrar tais classificações (aparato de Estado, universidades, igreja etc.)”; c) “a definição de espaços adequados para esses objetivos”; d) “uma perspectiva epistemológica para articular o sentido e o perfil da nova matriz de poder e a partir da qual canalizar a nova produção de conhecimento” (MIGNOLO, 2003, p. 41).

com Mignolo (2003) “a diferença colonial é o espaço onde emerge a colonialidade do poder” (MIGNOLO, 2003, p. 10), corresponde basicamente ao não reconhecimento da alteridade em termos equânimes. É o sentimento de superioridade que, segundo Chatterjee (2008), “se aplica quando se defende que uma proposição normativa de suposta validade universal [...] não se aplica à colônia em razão de alguma deficiência moral inerente a esta última” (CHATTERJEE, 2008, p. 30).

Nessa perspectiva relacional não há uma Modernidade, com um ponto de partida fixo e único ou mesmo uma etapa evolutiva. Há um complexo processo de interação entre os grupos envolvidos. Logo, com historicidades que emanam de vários pontos. A própria ideia de uma “Europa moderna” é uma criação datada. Segundo Dussel (2005) “o que será a Europa ‘moderna’ [...] não é a Grécia originária, está fora de seu horizonte, e é simplesmente o incivilizado, o não-humano” (DUSSEL, 2005, p. 56).

Os grupos dominantes do que conhecemos hoje como Europa lograram êxito no processo paradoxal de estabelecerem-se como uma civilização que se diz histórica e culturalmente peculiar, excepcional, e, no entanto, com exclusiva vocação universalista. Como estabelecer o universal por meio do particular? De acordo com Silva, Nopes e Vilela (2012), “esse projeto de Europa como criadora da cultura e da arte, só é possível de ser concretizado em uma figura anteposta a um espaço/tempo que é um “outro” (anterior a esse projeto paralelo com os descobrimentos iniciados pelos ibéricos) que o reflete, o imita em forma de simulacro ou tentando concretizar a referência na íntegra” (SILVA; NOPE; VILELA, 2012, p. 45).

Como em toda relação identitária, à autodenominada Europa moderna só é possível a existência mediante a constituição de uma alteridade projetada em outros grupos sociais. Particularmente, na América, os ditos selvagens, supostamente incivilizados e irracionais, em oposição aos europeus civilizados e racionais. Essa relação assimétrica fundante será a base para a conseguinte constituição de um imaginário de “Europa” num sentido eurocêntrico e etnocêntrico, apoiando a diferenciação nas noções de superioridade – culminância do processo evolutivo – e pureza de sangue.

Nesse sentido, o eurocentrismo é a maneira como a cosmovisão europeia de realidade institui-se como protagonista de uma suposta história universal, reclamando para si a propriedade do conjunto de valores, invenções e instituições com origens difusas que compõem o arcabouço do que conhecemos como “modernidade” (GOODY, 2008) e proporcionando, com isso, “uma universalidade radicalmente excludente” (LANDER, 2005, p. 27) na gênese do sistema-mundo colonial/moderno. De acordo com Dussel (2005). “o ‘eurocentrismo’ da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemonizada pela Europa como ‘centro’” (DUSSEL, 2005, p. 63). A “modernidade” é encarnada pelo pensamento eurocêntrico como uma necessidade histórica sob sua tutela⁶.

O eurocentrismo engendra uma lógica dualista/binária de conhecimento. Essa relação é comum ao pensamento eurocêntrico, cuja característica marcante é “a impossibilidade de co-presença do diverso e do heterogêneo” (NOPE, 2013, p. 04). Tal modalidade epistêmica

6 De acordo com Lander (2005), a categoria “modernidade” possui quatro eixos articuladores: a) “a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas”); b) “a ‘naturalização’ tanto das relações sociais como da ‘natureza humana’ da sociedade liberal-capitalista”; c) “a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade”; d) “a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (‘ciência’) em relação a todos os outros conhecimentos” (LANDER, 2005, p. 33).

é constituída por um modo de reflexão que opõe categorias tais como moderno *vs.* tradicional, branco *vs.* negro, história *vs.* mito, escrita *vs.* oralidade, desenvolvido *vs.* atrasado, Ocidente *vs.* Oriente, Norte *vs.* Sul (HALL, 1996; MIGNOLO, 2003; WALSH, 2012). De acordo com Fabian (2013), “o ato classificatório original, a primeira oposição binária [...] é aquela entre o texto nativo e o discurso taxonômico sobre esse texto” (FABIAN, 2013, p. 124).

A naturalização do tempo moderno, por um lado, envolveu o rompimento com a escatologia bíblica e a instituição de referenciais temporais obtidas pelo calendário ocidental e pela cronologia (LE GOFF, 2003). Por outro lado, exigiu o redimensionamento da relação entre passado e futuro em perspectiva teleológica, ordenada numa linearidade onde o passado é associado a um antes atrasado ou obsoleto, e o futuro relegado ao horizonte sempre incompleto da marcha do progresso (KOSELLECK, 2006).

O conhecimento científico e a expansão de sua racionalidade contribuíram decisivamente para a hegemonia da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2003), assim como as ciências sociais cooperaram largamente com a naturalização das relações gestadas no mundo liberal-ocidental e inculcadas aos povos de praticamente todo o planeta (LANDER, 2005).

Segundo Mignolo (2003), “da perspectiva epistemológica, o saber e as histórias locais europeias foram vistos como projetos globais, desde o sonho de um *Orbis universalis christianus* até a crença de Hegel em uma história universal, narrada de uma perspectiva que situa a Europa como ponto de referência e de chegada. A história universal contada por Hegel é *uma* história universal na qual a maioria dos *atores* não teve a oportunidade de ser também *narradores*” (MIGNOLO, 2003, p. 41).

Somente a partir desse escopo de pressupostos e abstrações foi possível surgir as ciências humanas e sociais como disciplinas, que acabaram contribuindo para legitimar a suposta superioridade do Ocidente com base em seus “avanços” sobre o “atraso” dos seus “objetos de estudo”. Caso exemplar é o da antropologia, também uma ferramenta muito eficaz de dominação colonial (FABIAN, 2013). Lander (2005) afirma ainda que é com as ciências sociais que se dá o “processo de cientificação da sociedade liberal, sua objetivação e universalização e, portanto, sua naturalização” (LANDER, 2005, p. 35).

A perspectiva decolonial pretende dialogar com o pensamento eurocêntrico movendo-se para além da crítica de suas fronteiras internas, confrontando-o (também) a partir de sua exterioridade. Para isso, retoma contribuições originais de pensadores(as) latino-americanos que servem de fundamentos para a expressão teórica e prática de nossas especificidades históricas. A intenção não é construir um novo paradigma, ou um novo universalismo; antes, construir um referencial dialógico que permita o duplo movimento de indicar os limites do ocidentalismo e possibilidades de expansão do conhecimento humano, propondo uma “unidade na diversidade” – um humanismo fundamentado na heterogeneidade?

O projeto da interculturalidade é justamente uma iniciativa nesse sentido: proporcionar a decolonialidade nas relações sociais por meio do diálogo entre a heterogeneidade humana em todas as suas esferas, orientando-se para “*mas alla de la busqueda de reconocimiento o de inclusion porque apela a cambios profundos en todas las esferas de la sociedad*” (WALSH, 2012, p. 26), isto é, perturbando o multiculturalismo do capitalismo global que centraliza a multiplicidade étnico-cultural e não a diversidade implicada na diferença colonial. Assim, se propõe a reestabelecer os “*conocimientos ancestrales sin dejar de lado los conocimientos de otras culturas, buscando asi construir relaciones simétricas con lo que ha sido considerado como ‘ciencia universal’*” (WALSH, 2012, p. 62). “*La interculturalidad ha llegado a ser la herramienta conceptual que organiza la rearticulación de la diferencia*

colonial y las políticas de la subjetividad del movimiento y su pensamiento y acciones en relación al problema de la colonialidad del poder. [...] los conceptos (de interculturalidad, diferencia colonial y colonialidad del poder), se encuentran inevitablemente inter-relacionados” (WALSH, 2012, p. 80)

A interculturalidade é, portanto, uma prática decolonial por excelência na tarefa de romper com o racismo epistêmico da “modernidade” em diálogo com o pensamento eurocêntrico, muito embora não tenha por suposição eliminar nem mesmo negar o conhecimento gerado desde o Norte Global, “*sino que la hace parte de un corpus e mirada más amplios, que apuntalan la pluriversidad y las distinciones importantes em sus lugares de enunciación*” (WALSH, 2012, p. 215).

Lógica histórica e decolonialidade: contribuições para um pensamento dialógico

Por lógica histórica consideramos a proposta metodológica delineada pelo historiador inglês E. P. Thompson, compreendida como “o processo mediante o qual os seres humanos fazem sua história” (THOMPSON apud MORAES; MÜLLER, 2009, p. 503). Concentraremos nossas observações mais especificamente na obra intitulada *A miséria da teoria* (1981) que, segundo Müller (2007), “ocupa um lugar original no conjunto de sua obra, tanto por seu caráter polêmico quanto porque nela Thompson expõe sua compreensão materialista da história e de luta política” (MÜLLER, 2007, p. 98).

É em meio a um debate constante com o estruturalismo althusseriano e a retomada metodológica crítica dos princípios do materialismo histórico que Thompson articula a lógica histórica, reavendo os princípios ontológicos da tradição marxista a contrapelo do que considera o idealismo praticado por Althusser, o qual “chegou ao irracionalismo por processos (ainda que falhos) racionais” (THOMPSON, 1981, p. 42). Portanto, o que está relacionado na lógica histórica, para Thompson, caracteriza(ria) mais que uma metodologia; é a “tradição marxista, é a defesa da própria razão” (THOMPSON, 1981, p. 12). De maneira geral, pode-se dizer que, em *A miséria da teoria*, além de apresentar uma defesa da razão, Thompson retoma a posição central da ação humana no processo histórico. Retoma, portanto, a tradição ocidental de conhecimento, ainda que com algumas sutilezas com respeito ao racionalismo e ao discurso científico nas ciências humanas e sociais.

Entretanto, focar a contenda do debate de Thompson com Althusser escapa aos objetivos aqui propostos. Doravante nos concentramos nos pontos fundamentais da lógica histórica em diálogo com a perspectiva decolonial, sugerindo como algumas abordagens do pensamento decolonial podem auxiliar a redimensionar o alcance analítico da proposta Thompsoniana, indicando os “pontos cegos” desse olhar analítico para o conhecimento da história e da vida social.

Thompson (1981) afirma que a lógica histórica desenvolveu “seu próprio discurso de demonstração”, pautada em “uma lógica característica, adequada ao material do historiador” (THOMPSON, 1981, p. 48). Essa lógica não atende aos critérios da física ou das ciências naturais/exatas, pois não atende a “leis”, mas a “pressões”. Assim como se diferencia da lógica analítica do filósofo; trata-se de uma lógica processual, adequada “aos fenômenos que estão sempre em movimento”. Diferente da “história real”, a lógica histórica é “um método lógico de investigação adequado a materiais históricos” (THOMPSON, 1981, p. 49) que envolve um “discurso histórico disciplinado da prova” baseado num “diálogo entre conceito e evidência”, isto é: “o interrogador é a lógica histórica” (THOMPSON, 1981,

p. 49). A lógica histórica, portanto, não é um exercício puramente teórico (lógica analítica) nem cegamente empirista. É um diálogo entre a hipótese (sujeito) e a evidência (objeto) que revela características próprias dos fatos e acontecimentos históricos, de acordo com as possibilidades do próprio conhecimento histórico.

Para definir mais precisamente tal lógica, Thompson indicou oito pontos a serem considerados como centrais para a prática do materialismo histórico (THOMPSON, 1981): 1) o conhecimento histórico toma como objeto os “fatos” ou evidências cuja existência é real. Esse conhecimento, no entanto, só é possível por meio da mediação do(a) historiador(a), isto é, “dos vigilantes métodos históricos” (THOMPSON, 1981, p. 49). 2) O conhecimento histórico é “incompleto”, “seletivo”, “limitado e definido” pelo diálogo entre hipóteses e evidências. É, portanto, “verdadeiro” dentro dessas possibilidades. Nesse ponto, descarta a necessidade de se considerar a lógica histórica como Ciência. 3) A evidência histórica tem “propriedades” que determinam as questões adequadas a serem indagadas pelo/a historiador/a. “É isto que constitui o tribunal de recursos disciplinar” (THOMPSON, 1981, p. 50). Embora sempre alguém de uma validação positiva, o conhecimento histórico falso pode ser desconfirmado. 4) A relação entre o conhecimento e o objeto histórico é sempre um diálogo. 5) “O objeto do conhecimento histórico é a história ‘real’. Cujas evidências devem ser necessariamente incompletas e imperfeitas” (THOMPSON, 1981, p. 50). A historiografia “não pode modificar, em nenhum grau, o *status* ontológico do passado. O objetivo da disciplina histórica é a consecução dessa verdade da história” (THOMPSON, 1981, p. 51). 6) A investigação da história como processo ocorre por meio de uma “dialética do conhecimento histórico” (THOMPSON, 1981, p. 54), garantindo o ajuste da “prática histórica” à “história real”. 7) O materialismo histórico é desprovido de um referencial teórico ideal, asséptico, “uma Sede numa prática teórica purificada. A pátria da teoria marxista continua onde sempre esteve, no objeto humano, no real” (THOMPSON, 1981, p. 55). 8) Certas categorias e conceitos críticos empregados pelo materialismo histórico só podem ser compreendidos *como categorias históricas*” (THOMPSON, 1981, p. 56).

Thompson nega a possibilidade de separação total entre fato e valor, a tentativa de neutralidade axiológica provocada pelo pensamento utilitarista. Entretanto, não nega a possibilidade de objetividade da história que, embora não seja caracterizada como Ciência, permite um conhecimento objetivo acerca dos acontecimentos. O conhecimento histórico não pode ser modificado arbitrariamente, pois parte de sua origem, que é factual-real-objetivamente determinada, mas apenas um protocolo de procedimentos poderia revelar a verdade histórica e seus encadeamentos processuais.

Embora opere de maneira relacional, a lógica histórica não descarta o caráter substancialista de análise. A evidência dos fatos mantém certas “propriedades” indelévels que tendem a limitar o conhecimento histórico a um campo de possibilidade de indagações. Isto é, a evidência subentende uma realidade que, ainda que não fale por conta própria, encerra suas próprias verdades. Esse cerne essencial do objeto histórico se mantém independentemente da ação do sujeito, não obstante o caráter dialógico da relação entre conhecimento e objeto histórico. A sofisticada articulação elaborada por Thompson permite que essa metodologia deslize entre a parcialidade e a totalidade do conhecimento histórico que, ainda que não seja “verdadeiro”, mantém a noção de falso conhecimento como horizonte limítrofe/referencial para a prática da desconfirmção.

O dito caráter dialógico da lógica histórica, no entanto, extravasa as possibilidades do diálogo quando propõe um resultado válido como exigência desse diálogo. Essa síntese é fruto da dialética entre a evidência e a hipótese, confirmada pelo “tribunal de recursos

disciplinar”, cuja razão desempenha o papel de arbítrio universal. Esse constructo racional é baseado nos fundamentos do pensamento ocidental e se mantém eurocêntrico na medida em que supõe um discurso que, ainda que não atópico, ao menos higienizado racionalmente para adquirir caráter de validade. Assim, ainda que se esforce por articular o produto da lógica histórica – o conhecimento histórico – ao desempenho da hipótese/sujeito do conhecimento, a proposta de Thompson consagra um ente desencarnado, atópico, como “ponto zero”⁷ (CASTRO-GÓMEZ, 2005) para a “explicação compreensiva” das relações sociais emaranhadas à complexidade da vida: a razão.

Mesmo considerando a afirmação de Thompson indicando que “a explicação histórica não pode tratar de absolutos e não pode apresentar causas suficientes, o que irrita muito algumas almas simples e impacientes. Elas supõem que, como a explicação histórica não pode ser Tudo, é portanto Nada” (THOMPSON, 1981, p. 61). O lugar de enunciação permanece desfocado e o sujeito epistêmico é destacado da relação de poder implicada na colonialidade do saber. Não o sujeito encarnado, imediato, mas a razão, que nos informa(ria) a partir da “eternidade”. Propomos que demonstração histórica ou historiográfica não é total nem nula, consiste numa construção discursiva (mesmo em diálogo com a evidência) que parte de uma realidade existencial cujo lócus epistêmico de enunciação engendra uma racionalidade particular que, mesmo num esforço metodológico complexo e cauteloso, encerra seus próprios pressupostos.

Leal aos fundamentos do pensamento marxiano, Thompson acaba por interiorizar a inclinação eurocêntrica de alguns de seus pressupostos, fundamentalmente, a naturalização de uma suposta diferença ontológica existente entre povos e culturas (PAULA JUNIOR, 2010). O constructo evolucionista é essencial para compreender a relação entre modernidade, colonialismo e ciências sociais. A abordagem de Thompson, ainda que não teleológica, endossa o evolucionismo darwinista (THOMPSON, 1981) e, logo, a relação colonial subjacente, considerando que *A origem das espécies* é um tipo de mito fundador da modernidade e de sua capacidade racional (SANTOS, 2000)⁸.

Para explicitar essa questão, poderíamos perguntar: como praticar a lógica histórica (disciplinar) entre “povos sem história”? Aqui surge uma limitação da lógica histórica, que desconsidera a enunciação própria dos povos sem escrita, a oralidade do relato histórico. Eis a suposta diferença ontológica entre os povos, melhor definida como diferença colonial, que maneja a tradução dos conhecimentos alheios alegando prerrogativa epistêmica devida sua complexa engenharia intelectual, cuja objetivação é a escrita. De acordo com Mignolo (2003), “a *tradução* apresentava-se como instrumento especial para estabelecer a diferença colonial no século 16 e atualizá-la nos séculos 18 e 19. [...] No século 16, a diferença colonial articulava-se espacialmente. Ao se aproximar o fim do século 18 e o início do 19, o critério de avaliação já não era a escrita, mas a história” (MIGNOLO, 2003, p. 23).

A dimensão do “quem”, do lócus de enunciação não é radicalmente criticada pela

7 Castro-Gómez chamou de “ponto zero” o lugar de observação eurocêntrico, supostamente universal e neutro, constituído a partir da razão ocidental iluminista vista como a mais perfeita forma de conhecimento humano existente.

8 O autor cita o exemplo da teoria da evolução das espécies de Darwin, amplamente aceita como verdadeira pela comunidade acadêmica, para indicar as fragilidades do racionalismo moderno demonstrando como Darwin foi influenciado pela noção liberal de sociedade do século 19 para criar a teoria da evolução. Dentro da lógica argumentativa de Boaventura, poderíamos afirmar que a teoria da evolução das espécies é uma espécie de mito fundacional do pensamento e da sociedade modernas, enquanto o criacionismo judaico-cristão seria outro exemplo de gênese da existência, ao lado de outras inúmeras cosmologias (SANTOS, 2000).

lógica histórica, deixando subentendido que a enunciação de um materialismo histórico exige o disciplinamento prévio da racionalidade do sujeito que maneja essa metodologia. Tal crítica não se trata necessariamente de uma negação da ontologia, mas de um redimensionamento de acordo com a diferença colonial, evitando que a categoria seja operacionalizada de acordo com as bases e os interesses do pensamento eurocêntrico.

Embora descarte a Teoria enquanto meta-narrativa da realidade (idealismo) em prol de um materialismo histórico, o constructo ocidental/eurocêntrico de racionalidade é residual à lógica histórica que desconsidera, portanto, a diferença colonial. Mesmo ponderando e se diferenciando da cientificidade que permeou a obra de Marx – entranhada no espírito eurocêntrico do século 19 – Thompson reitera tanto o evolucionismo como a colonialidade⁹. Assim, tal como Marx, Thompson “não escapa à trama léxico-ideológica do orientalismo”, ambos capturados “na emboscada da crença em uma história salvífica – a razão da (e na) História” (PAULA JUNIOR, 2010, p. 103). Nessa perspectiva, os povos “orientais” – leia-se o não ocidental, ou o que Stuart Hall (1996) chamou de “*the rest*” em oposição assimétrica ao “*the west*” – devem passar pelo processo histórico europeu e abandonar – ou inserir em segundo plano – todas as formas de racionalidade divergentes do protocolo ocidental de conhecimento.

Na esteira do eurocentrismo que permeia a lógica histórica, também fica evidente a operacionalização de um raciocínio dualista, que opõe noções como sujeito-objeto, moderno-tradicional e objetivo-subjetivo¹⁰. A separação entre o sujeito que conhece e o objeto passível de conhecimento é uma proposição tipicamente cunhada pela epistemologia europeia. No entanto, a dupla ruptura ontológica (do ser, do real) e epistemológica (do conhecimento) entre natureza e cultura esconde o fato de que todas as ciências são “sociais”, de que a “natureza” enquanto objeto de estudo é uma construção cultural da racionalidade humana, produzida por pessoas comuns envolvidas em suas respectivas sociedades. “A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade” (SANTOS, 2000, p. 84). Logo, o discurso científico sobre determinado “objeto” é sempre um discurso, uma interpretação e ainda que seja a mais sistematizada sempre terá uma carga de subjetividade, de humanidade. A noção de moderno-tradicional também indica um pensamento binário. De acordo com Lander (2005): “Caracterizando as expressões culturais como “tradicionais” ou “não-modernas”, como em processo de transição em direção à modernidade, nega-se-lhes toda possibilidade de lógicas culturais ou cosmovisões próprias. Ao colocá-las como expressão do passado, nega-se sua contemporaneidade” (LANDER, 2005, p. 37).

O recurso à história, em sua dupla abordagem diacrônica e sincrônica, é fundamental para se pensar as relações coloniais e, mais especificamente, a colonialidade. Entretanto, a lógica histórica, em seu conjunto, apresenta limitações para pensar as relações coloniais, pois não reconhece outras epistemes além da razão ocidental. Isto é, fica aquém da diferença colonial e reitera, assim, a colonialidade do saber.

Uma vez constatado que Thompson se apropria da tríade evolucionismo, razão ocidental e pensamento binário, há de se reconhecer que, ainda que com ressalvas,¹¹ a lógica histórica tende a incorporar aspectos do que Wallerstein (20079) chamou de universalismo

9 Mas não necessariamente o colonialismo.

10 A própria dicotomia ocidental entre idealismo e materialismo poderia ser metodologicamente questionada, uma vez que a realidade é constituída de maneira una e que são nossas abstrações mentais as responsáveis por esses esquemas conceituais.

11 Isso porque nega teleologia e racionalismo, dimensionando as ciências humanas e sociais em uma perspectiva não positivista (ainda que não considere a Nova Física, que redimensiona o alcance objetivo das próprias ciências “naturais/exatas”).

européu. Os pilares fundamentais do universalismo europeu assentam-se no “direito dos que acreditam defender valores universais e intervir contra os bárbaros”, no “particularismo essencialista do Orientalismo” e no “universalismo científico”, isto é, no fardo da civilização, no etnocentrismo europeu e na crença numa razão soberana capaz de ser enunciadora da verdade. Nessa perspectiva, o engendramento de uma “História Universal” é apresentado como um saber atópico, cuja enunciação vincula-se a uma “razão desencarnada” que nos informa a partir de algum limbo, “*es decir, la razón es una entidad que se produce a si misma sin ser el producto de otra*” (PESÁNTEZ, 2013, p. 15).

Mas se a lógica histórica tem suas sutilezas e diferenças com relação ao pensamento utilitarista/positivista/burguês, porque não enxerga a colonialidade do saber? Basicamente porque Thompson não é um intelectual diaspórico. Suas experiências e sua cultura definem seu pensamento. Além disso, na época em Thompson escreveu havia um intenso diálogo com a perspectiva pós-estruturalista emergente, contra a qual o historiador se posicionou de maneira veemente. De acordo com Müller e Munhoz, (2010), “o pensamento Thompsoniano é contraponto ao ceticismo epistemológico e aos relativismos ontológicos correntes, à visão relativista que nega a possibilidade do conhecimento objetivo e ao atual anti-realismo” (MÜLLER; MUNHOZ, 2010, p. 52), assim como “Thompson é incisivo ao refutar o suposto caráter culturalista de sua Obra” (MÜLLER; MORAES, 2009, p. 502).

Embora tenha criticado o positivismo, em suas versões funcionalista e estruturalista, e as abordagens ceticistas, pós-modernas e pós-estruturalistas, o que Thompson não considerou, em sua retomada de alguns pressupostos do pensamento eurocêntrico, foram a diferença colonial e a colonialidade, isto é, a maneira como o protocolo ocidental de conhecimento aborda e traduz realidades alheias.

Mesmo as categorias de experiência e cultura mobilizadas por Thompson como necessárias a uma análise materialista da história possuem a limitação eurocêntrica já indicada. Thompson não equaciona as esferas econômica e cultural no mesmo patamar. Diferente da decolonialidade, que admite o imaginário na relação entre trabalho-raça-gênero no fundamento do sistema-mundo colonial/moderno (QUIJANO, 2014), na lógica histórica há uma determinação econômica.

Para Thompson, deve-se levar a sério a autonomia dos eventos sociais e culturais, “os quais, entretanto, são causalmente condicionados por eventos econômicos” (MARTINS, 2006, p. 118). Por mais que Thompson pretenda romper com a hierarquia entre “infra” e “superestrutura”, valorizando o diálogo com a antropologia e (re)situando os limites entre as esferas econômica e cultural e, embora negue o determinismo econômico, acaba priorizando a “base ontológica, a lógica histórica [...] como determinação do campo cultural” (MÜLLER; MORAES, 2009, p. 503), mantendo a esfera das produções/trocas simbólicas (“cultura”) num âmbito secundário (embora relacional) em relação à esfera das produções/trocas materiais (“economia”). Isto é, mantém latente a separação judaico-cristã, tipicamente ocidental, entre Deus (o sagrado), o homem (o cultural) e a natureza¹² (LANDER, 2005). “Cria-se desta maneira [...] uma *fissura ontológica* entre a razão e o mundo [...] separação que não está presente em outras culturas [...]. Somente sobre a base destas separações – base de um conhecimento *descorporizado e descontextualizado* – é concebível esse tipo muito particular de conhecimento que pretende ser des-subjetivado (isto é, objetivo) e universal” (LANDER, 2005, p. 25).

Nesse sentido, a própria categoria “economia” pode ser relativamente antropologizada,

12 Embora possam ser feitas pequenas ressalvas quanto às outras três separações típicas do ocidente na lógica histórica: corpo e mente/mundo e razão, sujeito e objeto, tempo e espaço.

para ser percebida como uma dimensão intrínseca à cultura humana, revelando o aspecto cultural da experiência concreta. Thompson flerta com a antropologia, mas de maneira distante e limitada, pois embora equacione as motivações culturais (do “objeto”) e compreensivas (do “sujeito”) na lógica histórica, não admite a perspectiva analítica da antropologia, afirmando que esse diálogo deve ser mediado para evitar as contradições. “Transpor conclusões antropológicas sem os devidos ajustes compromete o exercício da análise dialética” (MÜLLER; MORAES, 2009, p.498).

É plausível admitir que, sob óticas culturais diferentes (leia-se epistemes diversas), a evidência possa vir a apresentar significados distintos e até mesmo antagônicos. E isto não seria como alterar o status ontológico do passado; seria mais como revelar novos lugares ontológicos de enunciação até então silenciados. Nesse ponto, é importante lembrar, por exemplo, que Thompson se equivocou em determinadas interpretações que fez sobre a Índia.

Conforme indica Spivak (2012), Thompson, em seu livro “*Suttee: A Historical and Philosophical Enquiry into the Hindu Rite of Widow-Burning*” (1928), repete o problema de representação característico da dominação inglesa na Índia, ou mais precisamente, característico da formação ideológica masculino-imperialista que perpassa tal dominação. Para Spivak, o autor se apropria da mulher hindu como sua para protegê-la do sistema, a partir de uma ideia de benevolência padronizada. Isto é, partindo-se de uma construção monolítica da “mulher do terceiro mundo”, o autor corrobora com a construção de uma Índia contínua e homogênea vista da perspectiva de um “homem de bom senso”, tido como a “voz transparente da humanidade razoável”. Ainda, o autor repete e reforça o erro cometido por todos os britânicos na Índia que, ao traduzirem o termo hindu *sati* (que significa “viúva” e representa o ritual de autoimolação de viúvas) para *suttee*, o ritual é transposto da esfera privada para a pública, além de indicar a relação explícita e complexa da conversão da presença britânica mercantil e comercial para uma presença territorial e administrativa. Segundo Spivak (2012), ao assumir o termo *suttee*, Thompson deixou de questionar as pretensões de expansão territorial e de gerenciamento do capital industrial que estariam por trás da “crueldade benéfica” dos britânicos na Índia, compactuando com a justificativa do imperialismo como uma missão civilizadora.

A experiência do/a historiador/a não seria também um agravante na afirmação geral a partir das particularidades da experiência do/a próprio/a historiador/a? Embora narre a partir de fontes, fatos e evidências, o/a autor/a as seleciona, aglutina e operacionaliza numa narrativa coerente (ou não).

A categoria “experiência” utilizada por Thompson apresenta as mesmas limitações, pois está diretamente ligada ao modo de produção de uma sociedade, ainda que possa operar como a “junção entre a cultura e a não-cultura, estando metade dentro do ser social, metade dentro da consciência social” (THOMPSON, 1981, p. 405). Nesse sentido, “a experiência de homens e mulheres existentes se transforma, quando mudam o modo de produção e as relações produtivas” (MÜLLER; MORAES, 2009, p. 500).

Em Thompson, a experiência surge como experiência concreta, no âmbito do “real”, e a cultura como o conjunto de usos e costumes relacionados aos sujeitos que vivenciam tal experiência (tempo-espço) e que, logo, fornece os códigos de compreensão e ação a partir de e sobre a experiência. A experiência é o concreto (acontecimento), a cultura é o simbólico/imaginário e a razão é a capacidade de compreender e de explicar a realidade – ou seja, tanto a experiência como a cultura. Segundo Thompson, “[...] é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento” (THOMPSON apud MÜLLER; MORAES, 2009, p. 501). Ainda nas palavras de Thompson

(1981), “a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (THOMPSON, 1981, p. 16)

A pergunta é: entre os homens e mulheres racionais cabem os não ocidentalizados? E se levarmos em conta as experiências de outras histórias locais a partir de suas próprias culturas (isto é, de suas próprias epistemes) e não do olhar do observador europeu (da história como disciplina)?

Thompson propõe o conceito de experiência ancorado na ontologia, porém, o desvelamento dessa experiência pelo conhecimento é apropriado por um lugar de enunciação diferente daquele no qual essa experiência ocorre. O historiador fala a partir da lógica histórica, uma lógica particular que se pretende universal (tal como o pensamento eurocêntrico), mas que, empiricamente, não é, pois: a) as histórias locais existem e possuem suas próprias formas de conhecimento (que incluem racionalidade); b) a razão não é atópica, desencarnada, universal.

Na lógica eurocêntrica, a experiência de uma cultura acaba passando pelo filtro de outra (a ocidental) para receber credenciais de conhecimento válido (embora não de verdade absoluta, na perspectiva de Thompson). Isso porque ele mantém dicotomias como entre sujeito-objeto e racional-irracional. A “razão universal” do ocidentalismo “subentendia que as ‘outras culturas’ não são elas próprias científicas, mas, em vez disso, podem ser conhecidas através das abordagens científicas da epistemologia ocidental” (MIGNOLO, 2003, p. 27-28).

Um exercício interessante é adicionarmos a dimensão “epistêmica” após a categoria “experiência”, conformando a categoria “experiência epistêmica”. Essa articulação dá outra dimensão para a lógica histórica e permite expandir seus limites heurísticos para além das fronteiras externas da modernidade/colonialidade, ou melhor, para além da diferença colonial.

Há experiências epistêmicas que simplesmente ignoram a arquitetura filosófica da ontologia, da epistemologia e da hermenêutica e, ainda assim, constroem formas de compreensão e de explicação do mundo suficientes a seus propósitos e concatenadas a seus interesses. Evidente que, quanto mais sistemática, mais profunda e sofisticada tende a ser uma “metodologia de conhecimento”. Entretanto, outras racionalidades que escapam à razão ocidental detêm potenciais explicativos muitas vezes desconhecidos e/ou ignorados pela ciência canônica com o poder de não apenas contribuir para outros entendimentos de determinada realidade, mas também para criar e praticar possibilidades de mudança e/ou transformação dessas realidades. Portanto, um potencial duplamente cognitivo e político.

Lógica histórica e interculturalidade

Para um diálogo intercultural entre decolonialidade e lógica histórica seria interessante praticar um reposicionamento dessa lógica a partir de “outras” experiências, isto é, de experiências epistêmicas distintas da ocidental, praticadas no interior das fronteiras imaginárias de outras cosmologias. Para esse reposicionamento do olhar analítico, Mignolo (2003) sugere uma gnose liminar: “Enquanto a epistemologia é uma conceitualização e reflexão sobre o conhecimento articulado em harmonia com a coesão das línguas nacionais e a formação do estado-nação, a gnose liminar constrói-se *em diálogo com* a epistemologia *a partir* de saberes que foram subalternizados nos processos imperiais coloniais” (MIGNOLO, 2003, p. 34).

Devemos estar atentos, metodologicamente, à experiência. Mas não como experiência

racional(izada), apenas, e sim como experiência de fronteiras, liminar. É importante pensar, nesse aspecto, em “experiência colonial”, observando tanto o lado dos colonizadores como o lado dos colonizados – mas não de maneira dualista ou dialética, e sim dialógica. Nessa articulação, a experiência pode continuar realizando o diálogo entre ser e consciência social, desde que o discurso oriundo a partir daí não seja uma exclusividade do ocidentalismo. Isso não invalida a ideia de que “assim como o ser é pensado o pensamento é vivido” (THOMPSON, 1981, p. 17). Apenas retira o caráter eurocêntrico do ser e da consciência, logo, da experiência e da cultura.

Essa seria uma prática intercultural de conhecimento, em que as epistemes se propõem a “pensar com” em vez de “pensar sobre”. Onde não há sujeitos e objetos, mas apenas sujeitos que estabelecem uma relação retroalimentar na composição do conhecimento. Onde o potencial de outras racionalidades contribui para expandir os limites do conhecimento, não para destruí-lo. Tal como destaca Martins (MARTINS, 2006), falando sobre Thompson: “é importante salientar que para esse autor as categorias teóricas devem ser utilizadas como meios heurísticos no processo de conhecimento e não como verdades acabadas e eternas. Ou seja, considera que as próprias categorias como produtos históricos são também provisórias e sujeitas a modificações no decorrer do tempo (MARTINS, 2006, p. 121)”.

O autor provavelmente concordaria, pois anota que “à medida que o mundo se modifica, devemos aprender a modificar nossa linguagem e nossos termos. Mas nunca deveríamos modificá-los sem razão” (THOMPSON, 1981, p. 34). Em todas as culturas humanas, a razão está presente, de um modo ou de outro, articulada aos valores e juízos morais, culturais, subjetivos. O antropocentrismo e a secularização do conhecimento levaram-nos a acreditar na possibilidade de uma ciência verdadeiramente objetiva. Hipótese já desconfirmada tanto pela psicanálise como pela física subatômica, ou seja, pela própria racionalidade científica (SILVA; NOPE; BAO, 2015). Thompson, embora não toque nas questões na psicanálise ou da nova física em *A miséria da teoria*, também rejeita o conhecimento asséptico para as humanidades. Mas mantém para as ciências “naturais”. Seria um resquício de racionalismo?

De qualquer modo, permite-nos um olhar mais abrangente, ao encontro de uma perspectiva não eurocêntrica, pela arquitetura sofisticada de sua proposta metodológica. Como o próprio autor afirma:

[...] fora dos recintos da universidade, outro tipo de produção de conhecimento se processa o tempo todo. Concordo em que nem sempre é rigoroso. Não sou indiferente aos valores intelectuais nem inconsciente da dificuldade de se chegar a eles. Mas devo lembrar a um filósofo marxista que conhecimentos se formaram, e ainda se formam, fora dos procedimentos acadêmicos. E tampouco eles têm sido, no teste da prática, desprezíveis. Ajudaram homens e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, a manter complicadas organizações sociais, **e mesmo, ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico.** [...] frente a essas **experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.** (THOMPSON, 1981, p. 17; grifos meus).

A proposta de diálogo entre as ciências sociais também é um ponto importante da lógica histórica (MÜLLER; MORAES, 2009), pois permite articular uma perspectiva mais concisa entre as disciplinas, promovendo um poder discursivo mais abrangente em sua totalidade e, logo, com mais reverberação na esfera política. Não obstante, o diálogo com

outros saberes também o é, pois permite uma articulação liminar, para além de qualquer essencialismo eurocêntrico ou etnocêntrico. De acordo com Miglievich-Ribeiro (2014), é, talvez,

[...] pelo privilégio à geopolítica do conhecimento e ao entendimento da crítica pós-colonial como uma crítica que é epistemológica e política num só tempo [...] [que se torna possível] concebê-la somando às teorias sociais, ao questionar sua arbitrária parcialidade, do que como um empreendimento a deslegitimar as ciências sociais. Quem sabe elas são ilegítimas efetivamente e a crítica pós-colonial vem devolver-lhe o compromisso com a maior clareza acerca da vida social? (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 05).

O diálogo aqui proposto necessariamente apresenta as incompatibilidades de ambas as propostas, mas também revela as suas confluências. A primeira e mais evidente é a ruptura com a neutralidade axiológica e a assunção de uma perspectiva política em articulação com a pesquisa sócio-histórica. Na medida em que conhecer é agir sobre e/ou com o que se observa, é também transformar a realidade em sintonia com renovadas propostas de conhecimento e interação com o meio no qual vivemos. Ambas as perspectivas apresentam uma faceta política e um projeto de transformação da realidade e, nesse sentido, não se limitam ao edifício metodológico: são ferramentas de luta política. Isso pode ser divisado na proposta de *history from below* Thompsoniana, também evidente na proposição de uma interculturalidade *desde abajo* (WALSH, 2012) e/ou no reconhecimento do pensamento liminar como uma enunciação desde o lado subjugado da diferença colonial, em que “o pensamento liminar é mais do que uma enunciação híbrida. É uma enunciação fraturada em situações dialógicas com a cosmologia territorial e hegemônica (isto é, ideologia, perspectiva)” (MIGNOLO, 2003, p. 11).

Ambas perspectivas tem a desigualdade social (a tese de Marx) como pressuposto básico da realidade. O deslocamento da decolonialidade está em articular também a produção de conhecimentos à esfera política, trazendo à tona a divisão internacional do trabalho intelectual. Portanto, abrange o trabalho intelectual como ferramenta de dominação, isto é, as relações entre diferentes epistemes e a epistemologia ocidental como hierárquicas (geopolítica do conhecimento), polarizada entre Norte global, produtor de teorias, e Sul global, fornecedor de “matéria prima” e reproduzidor dessas relações¹³ (CONNEL, 2012). Além disso, procura romper com essa lógica por meio do projeto de interculturalização, que envolve todas as esferas das relações sociais. É justamente a interculturalidade que, ao nosso ver, pode contribuir para expandir o potencial heurístico da lógica histórica, assim como essa lógica permite divisar os andaimes históricos da colonialidade.

Por fim, uma convergência fundamental: tanto a interculturalidade como a lógica histórica são práxis, exigem a prática e negam a teoria como prioridade disciplinar. A estratégia de tornar a interculturalidade uma categoria limitada ao âmbito discursivo e relativista é uma prática do Estado e das instituições que lhe são corolárias (WALSH, 2012). A proposta original, oriunda de movimentos indígenas, é de uma interculturalidade

13 Não em um sentido dual e essencialista, como se Norte e Sul global fossem blocos opostos e antagônicos, mas num sentido retroalimentar. Como ressalta Mignolo (2003): “Até o meio do século 20 a diferença colonial respeitava a distinção clássica entre centros e periferias. [...] Hoje emerge em toda parte, nas periferias dos centros e nos centros da periferia” (MIGNOLO, 2003, p. 09).

como algo para além do político-estatal ou do identitário, como expressão epistêmica. Interculturalizar conhecimentos! Portanto, criar canais para a interculturalização epistêmica também contempla a proposta desse texto, que aponta as convergências e divergências de duas perspectivas críticas extremamente relevantes para o olhar metodológico das ciências humanas e sociais, ciente de que a interculturalização epistêmica permite a expansão do potencial heurístico dos conhecimentos humanos.

Considerações finais

O recurso à história é imprescindível para a conformação da crítica decolonial. Seria no mínimo contrassenso negar a possibilidade do relato histórico, como uma ferramenta de conhecimento do passado, no campo dos estudos decoloniais. Como ressalta Thompson, o relato da história tem suas limitações, em que a “verdade” só pode ser conhecida dentro de certos limites e nunca definitivamente. No entanto, isso não impede que possamos conhecer o passado reconstruindo os acontecimentos pretéritos por meio do diálogo entre evidências/ fontes e pesquisador/a, ou mesmo da história oral.

Quando Thompson verbaliza em 1979 que “a teoria tem consequências!”¹⁴ possivelmente estava pensando em questões políticas. Em como os objetos da história também são seus sujeitos, nas relações entre conhecimento e poder político etc. Estaria ele pensando também naqueles/as sujeitos cujos saberes são subalternizados no regime epistêmico da razão ocidental?

Todas as culturas registram suas experiências. O relato histórico oriundo da cosmologia ocidental é fruto de complexas metodologias práticas e analíticas, de extrema relevância enquanto conhecimento. Mas não é único, universal, nem tampouco o Verdadeiro. Se há uma História, para ser legítima, ela precisa incorporar as falas da alteridade, o discurso dos “outros”, da maneira como esses outros a veem. A descolonização do mundo só estará completa quando superada a diferença colonial e as colonialidades. Disso deriva que, enquanto evitarem um diálogo mais humilde entre si e mais aberto às diferenças epistêmicas, as ciências humanas e sociais permanecerão elitizando uma forma particular de conhecimento da realidade.

No diálogo entre a lógica histórica e a perspectiva decolonial, a segunda lembra à primeira que a razão, por mais que presente em todas as culturas, é limitada e amiúde exclusivista – como no caso do ocidentalismo; por outro lado, a primeira lembra à segunda que, sem razão, podemos perder de vista as implicações dos fatos, daqueles acontecimentos que contribuem para moldar as sociedades e que, se deixarmos o espaço da razão vago, corremos o sério risco da cumplicidade com o poder dos poucos e a dominação e exploração das massas. Por tudo isso, reiteramos a necessária centralidade do diálogo “com” ou “entre” em vez de “sobre”.

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.

CASTRO-GÓMEZ, S. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CHATTERJEE, P. **La nación en tiempo heterogéneo**: y otros estudios subalternos. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

CONNEL, R. A iminente revolução na teoria social. **Revista brasileira de ciências sociais**, v.27, n.80, p. 9-20, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000300001>. Acesso em: 02 maio 2017

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e Ciências Sociais. São Paulo: CLACSO, 2005.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latino-americano. **Tabula Rasa**, n.1, p. 58-86, 2003. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-1/escobar.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.

FABIAN, J. **O tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERES JÚNIOR, J. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru: EDUSC, 2005.

GOODY, J. **O roubo da história**: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do oriente. São Paulo: Contexto, 2008.

HALL, S. The West and the rest: discourse and power. In: HALL, S. et al. (Orgs.). **Modernity**: introduction to the modern societies. Oxford: Blackwell, 1996.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC Rio/Contratempo, 2006.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e Ciências Sociais. São Paulo: CLACSO, 2005.

LE GOFF, J. História e memória. 5 ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARTINS, S. A. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.4, n.2, p. 113-126, 2006. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/as-contribuicoes-teorico-metodologicas-de-ep-thompsonpdf.html>>. Acesso em: 02 maio 2017.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. **A virada conceitual pós-colonial**: panorama, especificidades e possíveis contribuições às teorias sociais. Caxambu: ANPOCS, 2014. MG. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt40-1/9216-a-virada-conceitual-pos-colonial-panorama-especificidades-e-possiveis-contribuicoes-as-teorias-sociais/file>>. Acesso em: 02 maio 2017.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/Projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. El lado más oscuro del Renacimiento. **Universitas Humanística**, n.67, p. 162-203, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/unih/n67/n67a09.pdf>>. Acesso em: 02

maio 2017.

MLODINOW, L. **Subliminar**: como o inconsciente influencia nossas vidas. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, R. Revisitando E. P. Thompson e a “Miséria da Teoria”. **Diálogos**, v.11, n.2, p. 97-136, 2007. (Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526867007.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2017.

MÜLLER, R., MORAES, M. C. M. de. E. P. Thompson e a pesquisa em ciências sociais. **Perspectiva**, v.27, n. 2, p. 481-517, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2009v27n2p481/15290>>. Acesso em: 02 maio 2017.

MÜLLER, R., MUNHOZ, S. Edward Palmer Thompson. In: LOPES, M. A.; MUNHOZ, S. (Orgs.). **Historiadores do nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010.

NOPEs, A. **Eurocentrismo e o projeto de modernização do Brasil**: uma análise sociológica a partir da fala dos engenheiros professores da UFSC (1960-1980). 2013. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVÉ, L. Por una auténtica interculturalidad basada en el reconocimiento de la pluralidad epistemológica. In: OLIVÉ, L. et al. **Pluralismo epistemológico**. La Paz: CLACSO/CIDES-UMSA, 2009.

PAULA JÚNIOR, J. de. O colonialismo no coração da teoria crítica: a justificativa colonial em Karl Marx. **Estudos de sociologia (UFPE)**, v.2, n.16, p. 97-113, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/118>>. Acesso em: 02 maio 2017.

PESÁNTEZ, C. L. **El color de la razón**: pensamiento crítico em las Américas. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**. Eurocentrismo e Ciências Sociais. São Paulo: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, E. F. da.; NOPEs, A.; VILELA, C. O. C. Modernidade, Modernização e Educação: apontamentos sobre a categoria modernidade e possibilidades de crítica. In: ARAÚJO, J. C. S.; RIBEIRO, B. de O. L.; SOUZA, S. T. de. **Grupos escolares na modernidade mineira**: Triângulo e Alto Paranaíba. Campinas: Alínea, 2012.

SILVA, E. F.; NOPEs, A.; BAO, C. E. A engenheira, ainda uma variável incógnita, apesar de tudo! **Revista Ártemis**, v. 20, n.2, p. 92-101, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/27048>>. Acesso em: 02 maio 2017.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EdUFMG, 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento

de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **The Modern World System**. New York: Academic Press, 1974.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y (de)colonialidad**: ensayos desde Abya Yala. Quito: Ediciones Abya Yala, 2012.

Jovens e seletividade étnico racial: educação, trabalho e renda na microrregião de Toledo, PR

Luciana Vargas Netto Oliveira¹

Silvio Antônio Colognese²

Resumo: O objetivo do artigo é analisar as possíveis relações existentes entre juventude e a questão étnico-racial entre os jovens, a partir de três variáveis: educação, trabalho e renda. A pesquisa utiliza-se da abordagem quanti-qualitativa, os dados foram coletados em fontes secundárias e os sujeitos perfazem a totalidade dos jovens entre 18 e 29 anos, residentes na microrregião de Toledo (composta de 21 municípios), localizada na região Oeste do estado do Paraná, Brasil. Os resultados indicam que os jovens autodeclarados “pretos” estão em maior proporção entre os analfabetos e com Ensino fundamental incompleto; os autodeclarados “pardos” também representam quase 3 vezes menos jovens com Ensino Superior Completo. Sobre o trabalho, os jovens autodeclarados “brancos” apresentam maior proporcionalidade entre os funcionários públicos, os trabalhadores por conta própria e os empregadores. Os jovens autodeclarados “pretos” estão em maior proporção dentre os trabalhadores informais e em menor proporção entre os empregadores, assim como os autodeclarados “pardos”. Em relação à renda, os autodeclarados “brancos” apresentam maior proporcionalidade em todas as faixas de renda maiores que 2 salários mínimos por mês, ao contrário dos jovens autodeclarados “pretos” e “pardos”, que figuram em maior proporção entre os sem renda e nas menores faixas.

Palavras-chave: Juventude; Etnia; Educação;

Young people and ethnic racial selectivity: education, work and income in the microregion of Toledo, PR

Abstract: This paper's aim is to analyze the relationship between youth and the ethnic-racial background based on three variables: education, work and income. The research has a quanti-qualitative approach, the data were collected in secondary sources and the subjects are the youths' totality between 18 and 29 years old, residents in the geographic micro-region of Toledo (composed of 21 municipal districts), located in the West region of the state of Parana, Brazil. The results indicate that the self-declared “black” youths are more representative between the illiterate and in the lower levels of education; the self-declared “brown” also represent almost 3 times less youths with College education. About work conditions, the self-declared “whites” represent the majority among public workers, the autonomous workers and the entrepreneurs. The self-declared “black” and “brown” youths are more representative between the informal workers and less representative between the

1 Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (2014). Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Toledo, PR E-mail:lucianavno@uol.com.br

2 Doutor em Sociologia pela UFRGS (1997) e docente efetivo da Unioeste/Campus de Toledo, onde é professor permanente do Mestrado em Ciências Sociais

entrepreneurs. About the income, the self-declared “white” youths represent the majority in all levels of bigger salaries (from 2 minimum wages per month), in opposition to the self-declared “black” and “brown” that are the majority between the lower levels of income and the youths without wage.

Key-words: Youth; Ethnic background; Education; Work; Income.

Introdução

A importância da juventude na contemporaneidade baseia-se na constatação de que se trata de um período de construção de identidades e de definição de projetos de futuro (NOVAES, 2009). Para que essas transições sejam possíveis, o jovem, compreendido como sujeito de direitos humanos fundamentais, deve ter satisfeitas suas necessidades básicas no que diz respeito à saúde e alimentação, à moradia, à educação, ao esporte, à cultura e lazer, à profissionalização e à preparação para o ingresso no mercado de trabalho.

O reconhecimento do papel da juventude no cenário brasileiro ganhou maior visibilidade a partir dos anos 2000, ocasião em que os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre eles o Brasil, lançaram e aprovaram o Programa de Ação Mundial para a Juventude, cujo fundamento é o reconhecimento de que os jovens, assim como suas visões e aspirações, são elementos essenciais para enfrentar os desafios impostos às sociedades e às futuras gerações (ONU, 2013).

A partir dessas diretrizes e de um processo de mobilização da sociedade e do Estado brasileiros, gestou-se a proposta de uma Política Nacional de Juventude, aprovada em 2006, produto de um trabalho coletivo que envolveu ministérios, secretarias, organizações não governamentais e representantes de jovens de todo o país. Esse documento, cujo fundamento norteia-se em “gerar oportunidades e assegurar direitos”, elenca um rol de desafios para atingir essa finalidade:

[...] ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover uma vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais (BRASIL, 2009, p. 08).

No entanto, apesar da existência de tratativas internacionais sobre o tema e de recentes tentativas de políticas públicas relativas à população jovem no Brasil, esses instrumentos ainda estão em suas primeiras iniciativas e a realidade encontrada demonstra que, na vida de milhões de jovens brasileiros, coexistem as mesmas contradições presentes na sociedade. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, dos locais de moradia, das disparidades entre espaço urbano e rural, das desigualdades entre regiões do mesmo país, dentre outros fatores. Além disto, há também as desigualdades de gênero, preconceitos e discriminações em relação a etnias, à orientação sexual, ao gosto musical, aos pertencimentos associativos, religiosos, políticos e até mesmo relativos a torcidas organizadas (NOVAES, 2009).

Nesse sentido, o propósito do artigo³ é analisar as relações entre os jovens e suas

3 Produzido a partir dos resultados da Tese de Doutorado “Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de

características étnico-raciais, a partir de três variáveis selecionadas: educação, trabalho e renda. A investigação caracteriza-se por uma abordagem de análise quanti-qualitativa, com dados coletados em fontes secundárias⁴ de janeiro a dezembro de 2013 e os sujeitos da pesquisa consistem na totalidade dos jovens entre 18 e 29 anos, residentes na microrregião geográfica de Toledo, localizada na região Oeste do estado do Paraná e composta de 21 municípios. Para a amostra foram delimitados, a partir de critérios objetivos⁵, os seis municípios que apresentaram maiores índices de desenvolvimento econômico e social⁶.

Juventude e questões étnico-raciais: educação, trabalho e renda

No contexto brasileiro, a educação é considerada um direito de todos e dever do Estado e da família, conforme o art. 205, da Constituição Federal de 1988. No seu sentido mais amplo, o processo educativo não se limita ao sistema escolar - embora este seja fundamental para se atingir os objetivos de uma educação de qualidade - mas se estende aos aspectos culturais, esportivos e de lazer, acesso à informação e à educação para a cidadania. O desafio dos países e regiões é propiciar oportunidades iguais a todos para o acesso e permanência com qualidade no sistema educativo, além de oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens as mais diversas atividades em diferentes espaços que permitam o desenvolvimento pleno de suas capacidades.

Considerando sua importância, a questão do acesso e permanência de crianças, jovens e adultos em um sistema educacional de qualidade tem sido cada vez mais reconhecida como essencial pelos países de forma geral e pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No ano 2000, esses países, incluindo o Brasil, conceberam o projeto “Educação para Todos”⁷, que possui metas como, por exemplo, “Garantir o acesso igualitário de jovens e adultos à aprendizagem e habilidades para a vida”, bem como reduzir os índices de analfabetismo entre os adultos (UNESCO, 2013). Nesse aspecto, a pesquisa realizada apontou os seguintes resultados em relação à educação.

desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR.”, defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Campus de Toledo), em fevereiro de 2014. Autora: Luciana Vargas Netto Oliveira. Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese.

4 As principais fontes foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censos e PNADs disponíveis); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2004; 2013); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Secretaria Nacional de Juventude (SNJ); Secretaria de Educação do Estado do Paraná, dentre outros.

5 Os critérios foram os municípios com os melhores índices de: Produto Interno Bruto (PIB) per capita; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M); Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM); Consumo de energia elétrica; Taxa de analfabetismo entre os jovens de 20 a 29 anos (IBGE, 2010).

6 A saber: Entre Rios do Oeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Palotina, Quatro Pontes e Toledo.

7 O movimento “Educação para Todos” (EPT) constituiu-se num engajamento global visando assegurar uma educação de base e de qualidade a todas as crianças, jovens e adultos. Concebido durante o Fórum Mundial sobre a Educação (Dakar, 2000), 164 países defenderam a ideia da EPT e identificaram seis metas a serem atingidas até 2015. O movimento procura engajar não somente os governos, mas as agências de desenvolvimento, a sociedade civil e os setores privados em busca desses objetivos (UNESCO, 2013). Maiores detalhes sobre a EPT podem ser obtidos em <http://www.unesco.org/new/fr/our-priorities/education-for-all/>.

A educação formal dos jovens segundo suas características étnico-raciais

A educação, dada sua relevância para todos, contribui para a redução das desigualdades sociais e se transforma num verdadeiro canal de mobilidade social, pois pode auxiliar a combater a discriminação e a exclusão social. Neste sentido, detalha-se, a seguir, o nível de escolaridade dos jovens dos municípios que compõem a amostra da pesquisa segundo suas diferenças étnico-raciais, as quais o IBGE classifica como “cor”⁸.

Quadro 01 - Nível de escolaridade dos jovens de 18 a 29 anos da microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010

Nível escol.	Características étnico-raciais										
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Indíg.	%	Total
Analfab.	225	71,43%	29	9,21%	0	0%	55	17,46%	6	1,9%	315
E. Fund. Incompl	4.241	55,16%	469	6,1%	51	0,66%	2.914	37,9%	14	0,18%	7.689
E. Fund. Compl.	6.291	62,21%	393	3,89%	97	0,96%	3.331	32,94%	0	0%	10.112
E. Méd. Compl.	16.642	78,53%	476	2,25%	77	0,36%	3.997	18,86%	0	0%	21.192
Ens. Sup.	5.203	89,77%	73	1,26%	43	0,74%	477	8,23%	0	0%	5.796
Total	32.602	72,28%	1.440	3,19%	268	0,59%	10.774	23,89%	20	0,04%	45.104

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE - Censo 2010 (IBGE, 2013).

Para a análise do quadro, é necessário esclarecer que a sua leitura deve considerar, nas linhas horizontais, as porcentagens referentes a cada nível de escolaridade. Assim, por exemplo, em relação aos jovens analfabetos da microrregião, 71,43% são autodeclarados brancos, 9,21% pretos, nenhum amarelo, 17,47% pardos e 1,9% indígenas, e assim sucessivamente para cada nível de escolaridade.

Por outro lado, por meio da análise de cada coluna (sentido vertical), tem-se o comparativo entre o percentual de jovens dos grupos com diferentes características étnico-raciais e seu respectivo nível de escolaridade, que pode ser cotejado com a porcentagem total dos jovens de cada característica, apresentados na última linha do quadro.

Por exemplo, ao se comparar os jovens autodeclarados “brancos” (sentido vertical), tem-se, na última linha, que 72,28% do total de jovens dos municípios pesquisados a ela pertencem. Assim, enquanto esta porcentagem é equivalente em relação aos analfabetos (71,43%), ela é menor para os jovens com Ensino Fundamental incompleto (55,16%) e completo (62,21%). No sentido contrário, ela é maior para os jovens com Ensino Médio completo (78,53%) e significativamente maior para os jovens com Ensino Superior completo (quase 90%). Esses dados levam à constatação de que os jovens autodeclarados “brancos” possuem os níveis de escolaridade mais elevados do que os das demais características étnico-

⁸ O IBGE explica que, desde o primeiro Censo Demográfico realizado no Brasil, em 1872, a classificação por raças se fazia sob a forma de quatro opções de resposta: branco, preto, pardo e caboclo (índigena). Esses termos variaram ao longo dos anos em que se produziram os Censos Demográficos, sendo acrescentada a opção de cor amarela em 1940 e parda em 1950. Em 1991, foi acrescentada a opção indígena às mencionadas, que categorizam a variável “cor ou raça” no sistema de classificação étnico-racial adotado até os dias atuais no Brasil (IBGE, 2008).

raciais da microrregião, com destaque para o nível superior.

Seguindo esta linha de raciocínio, ao se observar os dados relativos aos jovens autodeclarados “pretos”, que totalizam 3,19% dos jovens dos municípios pesquisados, nota-se que os analfabetos com essas características perfazem o triplo desse total (9,21%), os com Ensino Fundamental incompleto totalizam o dobro (6,1%) e aqueles com Ensino Fundamental completo encontram-se num situação de relativo equilíbrio (3,89%). Entretanto, quando se trata dos níveis mais elevados de escolaridade, os jovens autodeclarados “pretos” encontram-se em clara desvantagem: 2,25% com Ensino Médio completo e apenas 1,26% com Ensino Superior, lembrando que a população total de jovens autodeclarados “pretos” é de 3,19%.

Os jovens autodeclarados “pardos”, cujo total é de quase 24% na microrregião, encontram-se na proporção de 17,46% entre os analfabetos, o que demonstra avanço na escolaridade, porém perfazem quase 38% daqueles com o Ensino Fundamental incompleto e quase 33% dos jovens com Ensino Fundamental completo dos municípios pesquisados. Neste caso, a situação de desvantagem étnico-racial se repete, pois quanto maiores os níveis de escolaridade, menores as proporções de jovens autodeclarados “pardos”. Assim, observa-se apenas 19% deles no nível de Ensino Médio e no Ensino Superior completo a porcentagem cai ainda mais para 8,23% do total, ou seja, um terço do total de jovens com estas características.

Ressalta-se que a presença de jovens autodeclarados como pertencentes a cor ou raça “amarela” ou “indígena” é mínima nos municípios pesquisados. Em relação aos jovens indígenas, foi registrada sua presença somente nos municípios de Marechal Cândido Rondon (M. C. Rondon) e de Palotina com 0,1% da população total de jovens de 18 a 29 anos. O nível de escolaridade desses jovens indígenas varia entre o analfabetismo e o Ensino Fundamental incompleto, refletindo a realidade educacional da maioria das nações indígenas do estado do Paraná e de todo o país.

Neste mesmo sentido, o Censo Escolar Indígena realizado em 2005 nas escolas indígenas do país apontou que havia 163.773 estudantes, sendo 30% deles concentrados na Região Norte do Brasil. A maioria deles frequentava as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, totalizando 81,72% dos estudantes indígenas e somente 18,28% encontravam-se frequentando a etapa do 5ª à 8ª/9ª séries. Por outro lado, o Ensino Médio abrigava somente 2,61% dos alunos indígenas e no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) havia 7,53% dos estudantes indígenas (GRUPIONI, 2013). Assim, os dados encontrados na microrregião são compatíveis com as estatísticas nacionais, ou seja, verifica-se o baixo nível de escolaridade das populações indígenas, refletindo-se nos jovens.

Sobre os jovens autodeclarados “amarelos”, sua presença é um pouco mais visível na microrregião, porém, representam uma minoria: Quatro Pontes (0,3%), M. C. Rondon, Palotina e Toledo (0,6% em cada município). Não foi registrado nenhum jovem analfabeto entre eles, sendo distribuídos de forma relativamente uniforme entre os níveis de escolaridade nos municípios, com exceção do município de Toledo, cujos dados indicam que, do total de jovens com nível superior completo, 1,1% são autodeclarados “amarelos”, estando acima da porcentagem geral da população classificada nesta categoria (0,59%).

Quando se particulariza os dados entre os municípios pesquisados, percebe-se que as maiores discrepâncias entre os níveis de escolaridade aparecem entre a população de jovens autodeclarada “branca”, “preta” e “parda”. Com exceção de Quatro Pontes, em que somente 1,8% dos jovens se autodeclararam “pretos”, os demais municípios possuem uma média de 3,3% da população jovem com essa característica. No entanto, em dois deles, Entre Rios

do Oeste e Maripá, 100% dos analfabetos são “pretos”, sendo esses índices de 16,7% para Palotina e de 9,7% para M. C. Rondon, muito maiores do que a média da população jovem autodeclarada “preta”, que é de 3,2%.

Deste modo, observa-se que os jovens autodeclarados “pretos” carregam desvantagens em relação aos jovens das demais características étnico-raciais, que podem ser explicadas não somente pelas históricas e difíceis condições de vida desta população em todo o Brasil, mas também pela colonização da microrregião, de origem alemã e italiana majoritariamente, o que pode ter agravado as situações de preconceito e de falta de oportunidades.

Confirmando esta constatação em relação ao nível superior completo, verifica-se que não há nenhum jovem autodeclarado “preto” com esse nível de escolaridade nos municípios de Entre Rios do Oeste, Maripá e Palotina. Os demais municípios possuem índices inferiores à média da população jovem autodeclarada “preta” com 1,6% para M. C. Rondon e Toledo. A exceção ocorre em Quatro Pontes, com 2,1% dos jovens autodeclarados “pretos” com ensino superior, enquanto o total de sua população com essas características étnico-raciais é de 1,8%.

Entre os jovens autodeclarados “pardos”, a questão do analfabetismo foi praticamente vencida em todos os municípios, não havendo registro de jovens nesta categoria, com exceção do município de Toledo, cuja situação é preocupante. Com uma população de jovens “pardos” de 28,3% do total, 48,2% dos analfabetos (quase a metade) possuem essas características étnico-raciais, ou seja, verifica-se uma concentração de analfabetos nesta população residente no município de Toledo.

Dentre os municípios que se destacam de forma positiva, tem-se Palotina, cujos níveis de escolaridade dos jovens autodeclarados “pardos” são mais elevados que os demais, principalmente relativos ao Ensino Médio. No entanto, o nível superior entre os jovens “pardos” deixa a desejar em toda a microrregião: Entre Rios e Quatro Pontes não registram nenhum jovem, Maripá 5% (população total de jovens “pardos” de 13,3%), Palotina 6,7% (total de “pardos”: 23,5%), M. C. Rondon 6,7% (total de “pardos”: 15,6%) e Toledo 9,5% (total de “pardos”: 28,3%), todos muito abaixo das porcentagens totais da população jovem autodeclarada “parda” desses municípios. Desta forma, percebe-se que os jovens com essas características étnico-raciais, juntamente com os autodeclarados “pretos”, não possuem as mesmas oportunidades de acesso à educação.

No entanto, observa-se o inverso em relação aos jovens autodeclarados “brancos” na maioria dos municípios pesquisados. Não há jovens analfabetos registrados nessa categoria nos municípios de Entre Rios, Maripá e Quatro Pontes, pois sendo os menores municípios da amostra, percebe-se avanços no grau de escolaridade apresentado pelos jovens de modo geral. Por outro lado, M. C. Rondon e Palotina apresentam grave situação de analfabetismo entre estes jovens, com índices de 85,7% e de 83,3% respectivamente, acima da média da população de jovens autodeclarados “brancos”, que é de 79,8% e de 72,3%.

No extremo oposto, observa-se que, em relação ao nível superior completo, a maioria compõe-se de jovens autodeclarados “brancos”, com 100% em Entre Rios do Oeste, 98% em Quatro Pontes, 95% em Maripá, 92,7% em Palotina, 91% em M. C. Rondon e 88% em Toledo. Verifica-se praticamente a mesma relação quando se analisa o Ensino Médio completo. Estes índices demonstram as discrepâncias entre a composição da população jovem e a distribuição dos níveis de escolaridade, demarcando uma clara vantagem aos jovens autodeclarados “brancos”, que tem conseguido galgar patamares mais elevados de escolaridade e, conseqüentemente, prepararem-se melhor para uma futura vida profissional, perpetuando uma situação de segregação étnico-racial historicamente contextualizada no

país e na região.

A relação entre trabalho e diferenças étnico-raciais entre os jovens

Conforme os dados e as informações disponibilizadas a partir do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, constata-se a seguinte situação em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho referente ao número de trabalhos⁹ que esses possuíam por ocasião da pesquisa, segundo suas características étnico-raciais.

Quadro 02 - Número declarado de trabalhos entre jovens de 18 a 29 anos residentes na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010

Quant.	Características étnico-raciais									
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Indíg.	%
Zero	6.697	69,18%	269	2,78%	88	0,91%	2.627	27,14%	0	0,00%
Um	24.478	72,86%	1.057	3,15%	145	0,43%	7.902	23,52%	14	0,04%
Dois ou mais	1.275	75,85%	87	5,18%	35	2,08%	284	16,89%	0	0,00%
Total	32.450	72,18%	1.413	3,14%	268	0,60%	10.813	24,05%	14	0,03%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos micro dados do IBGE - Censo 2010 (IBGE, 2013).

Para analisar o quadro acima, é necessário ter como perspectiva que as linhas verticais trazem os números e porcentagens de jovens conforme sua cor ou raça ante o número de trabalhos declarados, sendo que a última linha refere-se ao total de jovens e percentual conforme suas características étnico-raciais. Assim, por exemplo, os jovens autodeclarados “brancos” totalizam 72,18% nos municípios pesquisados e perfazem 69,18% dos que declararam não possuir nenhum trabalho, possuem a mesma proporcionalidade entre os que têm um trabalho e estão em maior proporção (75,85%) quando se trata de possuir dois ou mais trabalhos.

Nota-se que, em todos os municípios pesquisados, os jovens autodeclarados “pardos” sem trabalho encontram-se em maior porcentagem do que a população total de jovens com essas mesmas características (24% na média), chegando quase ao dobro em Quatro Pontes, que também apresenta quase a mesma relação entre os jovens autodeclarados “pretos”. Por outro lado, o conjunto dos municípios demonstra uma porcentagem menor de jovens autodeclarados “brancos” sem trabalho em relação à população total de jovens assim classificados. Ou seja, os jovens autodeclarados “brancos” estão inseridos em maior proporção no mercado de trabalho da microrregião quando se compara aos jovens de outras características étnico-raciais.

Confirmando esta constatação, com exceção de Entre Rios do Oeste e de Maripá, os jovens autodeclarados “brancos” também se encontram proporcionalmente em número maior quando a pesquisa se refere à inserção em um trabalho. Os demais jovens de diferentes características étnico-raciais estão representados de forma equilibrada e proporcional nessa mesma opção de resposta. Observa-se, ainda, que, em média, 76% do total de jovens da microrregião declarou possuir um trabalho, embora apenas por esses dados coletados pelo

⁹ A pesquisa do IBGE/Censo Demográfico 2010 questionou sobre o número de trabalhos que a pessoa possuía na data da entrevista, porém não detalhou se a pessoa que declarou “nenhum” (zero) estava, ou não, procurando colocação no mercado de trabalho.

IBGE não seja possível aprofundar o entendimento sobre o nível das atividades por eles realizadas, nem o grau de escolaridade ou de profissionalização exigidos, os quais serão expostos posteriormente.

O número de jovens que declarou ter dois ou mais trabalhos pesquisados é relativamente pequeno, mas demonstra a necessidade de complementação da renda ou podem caracterizar atividades exercidas em tempo parcial ou temporárias. Ressalta-se que o município de Entre Rios do Oeste apresentou um índice significativamente mais alto, de 10,7% do total de jovens. Em relação às características étnico-raciais desses jovens com dois ou mais trabalhos, observa-se que há uma porcentagem maior de autodeclarados “brancos” em todos os municípios, com exceção de M. C. Rondon, no qual se destacam os jovens autodeclarados “pardos” em maior proporção. Em relação aos jovens autodeclarados “pretos”, Toledo é o único município em que esses jovens estão em maior proporção relativa à inserção em dois ou mais trabalhos.

A seguir, procurou-se detalhar os dados relativos às diferenças de “cor ou raça” (IBGE, 2008) em relação ao tipo de trabalho realizado pelos jovens da microrregião de Toledo.

Quadro 03 - Tipo de trabalho realizado pelos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010

Tipo de trab.	Características étnico-raciais									
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Indíg.	%
Empreg. c/ CTPS ¹	17.422	71,50%	843	3,46%	101	0,41%	5.994	24,60%	8	0,03%
Militar	45	65,22%	0	0%	0	0%	24	34,78%	0	0%
Funcion. público	697	83,27%	20	2,39%	8	0,96%	112	13,38%	0	0%
Empreg. s/ CTPS	3.783	71,96%	209	3,98%	33	0,63%	1.232	23,44%	0	0%
Conta própria	3.036	78,96%	58	1,51%	37	0,96%	708	18,41%	6	0,16%
Empregador	515	88,79%	17	2,93%	0	0%	48	8,28%	0	0%
Não remun.	259	79,94%	0	0%	0	0%	65	20,06%	0	0%
Nenhum	6.697	69,18%	269	2,78%	88	0,91%	2.627	27,14%	0	0%
Total	32.454	72,18%	1.416	3,15%	267	0,59%	10.810	24,04%	14	0,03%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos micro dados do IBGE - Censo 2010 (IBGE, 2013).

Em relação aos jovens inseridos formalmente no mercado de trabalho, não se observou diferenças significativas nos municípios pesquisados no que diz respeito à proporção entre a população total de jovens classificados conforme a “cor ou raça” e sua inserção formal no trabalho. Nota-se uma pequena vantagem percentual para os jovens autodeclarados “pardos” nos municípios de Toledo e Palotina, para os jovens autodeclarados “brancos” em M. C. Rondon e Quatro Pontes e, contrariando as expectativas, pequena vantagem percentual também aos jovens autodeclarados “pretos” inseridos no mercado formal de trabalho nos municípios de Entre Rios do Oeste, M. C. Rondon, Maripá e Palotina.

Observa-se, ao contrário, diferenças significativas relativas aos funcionários públicos, pois considerada a microrregião na sua totalidade, os jovens autodeclarados “brancos” perfazem 83,27% entre os funcionários públicos, enquanto esta população é de 72,18%; esta proporção diminui em relação aos jovens autodeclarados “pretos”: 2,39% contra 3,15% do total e com relação aos jovens autodeclarados “pardos”, a desproporção é ainda maior:

13,38% numa população que perfaz 24% do total. Esses dados podem ser explicados pelos níveis de escolaridade mais elevados dos jovens autodeclarados “brancos” na microrregião, uma vez que, para ingresso no serviço público, é necessário realizar provas e concursos, o que demanda maior preparação e nível de escolaridade.

Sobre os jovens autodeclarados “amarelos”, nota-se que eles possuem proporcionalmente maior representatividade nas categorias de funcionários públicos e de pessoas que trabalham por conta própria: 0,96% cada contra 0,59% da população total de jovens da microrregião com essas características.

Em relação ao detalhamento dos dados, quase todos os municípios pesquisados apresentam uma taxa próxima aos 100% de jovens autodeclarados “brancos” no funcionalismo público, com exceção de Palotina (76,4%) e de Toledo (77,5%), onde há uma presença de jovens autodeclarados “pardos” nessa categoria: 23,6% e 16% respectivamente e nenhum jovem autodeclarado “preto”. Isso significa que os jovens das demais características étnico-raciais, por diversas razões, dentre elas um nível mais baixo de escolaridade em relação aos autodeclarados “brancos”, não obtiveram acesso ao funcionalismo público até a data da pesquisa.

Tidos como mais seguros devido à estabilidade e como mais rentáveis em relação ao nível salarial do setor privado em determinadas áreas, os empregos públicos em nível municipal, estadual ou federal somente são acessíveis, a partir da Constituição Federal de 1988, por concurso público¹⁰. O mesmo ocorre com os militares no que diz respeito ao seu ingresso na carreira por meio de concurso público, sendo 100% desses autodeclarados “brancos” em Palotina e uma média de 60% nos municípios de M. C. Rondon e Toledo. Ressalta-se que não foi encontrado, nos municípios pesquisados, nenhum jovem autodeclarado “preto” na carreira militar, porém o índice dos jovens autodeclarados “pardos” é elevado nessa área profissional nos municípios de M. C. Rondon e Toledo, com uma média de 40%, bem acima da população total de jovens com essas características étnico-raciais (24% em média).

Os dados referentes ao trabalho informal demonstram que os jovens autodeclarados “pretos” encontram-se nessa classificação em maior porcentagem em relação ao total de jovens com as mesmas características étnico-raciais na maioria dos municípios pesquisados, chegando quase ao dobro proporcionalmente, com exceção dos municípios de Palotina e de Toledo. Em relação aos jovens autodeclarados “pardos”, a mesma correlação se estabelece nos seis municípios pesquisados, pois se encontram em maior porcentagem como trabalhadores informais do que a média de jovens existentes na população com essas características, excetuando o município de Toledo que apresenta índice menor de jovens “pardos” no trabalho informal.

Em consequência, o município de Toledo é o único em que se observa uma porcentagem maior de jovens autodeclarados “brancos” no mercado informal de trabalho (71,9%) quando se compara à população total de jovens com essas características no município, que é de 68,1%. No entanto, ao se considerar a microrregião como um todo percebe-se que essa relação é equilibrada entre os jovens autodeclarados “brancos” e “pardos”, mas aponta maiores diferenças entre os jovens autodeclarados “pretos”, que estão em maior proporção em atividades laborais informais.

O trabalho por conta própria denota uma maior porcentagem de jovens autodeclarados

10 Conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, “[...] a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; [...]” (BRASIL, 1988, p. 42).

“brancos” em todos os municípios: 79% contra 72,18% da população total de jovens com essas características. Os jovens autodeclarados “pardos” perfazem um percentual de 18% nessa categoria de trabalho enquanto que o total é de 24% da população jovem. Igualmente, os jovens autodeclarados “pretos” encontram-se em porcentagem bem inferior à média da população de jovens dessa categoria em todos os municípios: são apenas 1,51% dos trabalhadores por conta própria contra 3,15% (menos do que a metade).

Esse tipo de trabalho reúne variadas possibilidades: marceneiros, pedreiros ou pintores que atuam na área de construção civil, sapateiros, costureiros, produção de alimentos para festas, pessoas que oferecem serviços, como o transporte de estudantes, por exemplo, ou trabalham como taxistas, profissionais autônomos de nível superior (médicos, dentistas, advogados, psicólogos, nutricionistas etc.). Denota-se que esse tipo de trabalho requer certas competências e habilidades no gerenciamento do próprio negócio e dos materiais utilizados para o exercício profissional, o que pode ser explicado ao se relacionar os dados de escolaridade dos jovens autodeclarados “brancos”, mais elevada no geral, com os autodeclarados “pretos” e “pardos”, concluindo, então, que esse elemento pode ser uma das possíveis explicações para a predominância dos jovens autodeclarados “brancos” em trabalhos por conta própria.

Da mesma forma, observa-se que dentre os jovens que são empregadores, caracterizados como “[...] a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado membro da unidade familiar” (IBGE, 2008, p. 04), há uma porcentagem maior de jovens autodeclarados “brancos” no total da microrregião de Toledo, com quase 89% (numa população total de 72,18%), o contrário ocorrendo com os jovens autodeclarados “pretos”: 2,93% contra 3,15% e em relação aos jovens autodeclarados “pardos”, a proporção é profundamente desigual: somente 8,28% deles trabalham como empregadores, enquanto a população de jovens com essas características na microrregião é de 24%.

Nos municípios da amostra, a porcentagem de jovens autodeclarados “brancos” que atuam como empregadores chega a 100% em Entre Rios do Oeste e Palotina. O município de Maripá, como exceção, apresenta 100% dos jovens empregadores classificados como “pardos”, assim como Quatro Pontes que os tem em 32,5%, sendo que sua população total de jovens autodeclarados “pardos” não ultrapassa 6%. Destaca-se também o caso de M. C. Rondon, com 5,8% de jovens empregadores autodeclarados “pretos”, bem acima de sua população de jovens com essas características, o único dentre os demais municípios pesquisados. Desta forma, existem particularidades entre os dados coletados que, por vezes, não podem ser explicadas conforme os dados gerais da microrregião, que envolve 21 diferentes municípios.

No que diz respeito ao trabalho não remunerado, a maioria dos jovens pertence aos autodeclarados “brancos” (80%), “pardos” (20%), não havendo indicativo de jovens autodeclarados “pretos” nessa categoria. O Censo (IBGE, 2010) define o trabalho não remunerado como ajuda a membro da unidade familiar (em atividades como: agricultura, silvicultura, pecuária, conta própria ou empregador), auxílio em instituição religiosa, beneficente ou cooperativa, ou ainda como aprendiz ou estagiário sem remuneração. Esses dados devem ser observados com preocupação, pois exercer atividades laborais sem o correspondente pagamento em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios pode levar a uma situação de dependência e não de autonomia a esses jovens.

A relação entre a renda dos jovens e suas características étnico-raciais

A partir desse panorama das formas de inserção dos jovens no mundo do trabalho, observa-se como se distribuem os níveis de renda entre os jovens da microrregião conforme suas características étnico-raciais.

Quadro 04 - Renda declarada dos jovens de 18 a 29 anos na microrregião de Toledo segundo a cor – IBGE/2010

Munic. Renda	Total dos seis municípios pesquisados									
	Branca	%	Preta	%	Amar.	%	Parda	%	Ind.	%
Sem renda	7.075	70,1%	269	2,6%	88	0,8%	2.660	26,3%	0	0%
Até 1 SM ²	5.755	70,8%	192	2,3%	54	0,6%	2.111	26%	14	0,2%
De 1,01 a 2 SM	13.398	70,3%	743	3,9%	63	0,3%	4.854	25,4%	0	0%
De 2,01 a 4 SM	4.750	79,2%	200	3,3%	38	0,6%	1.011	16,8%	0	0%
De 4,01 a 10 SM	1.412	90,4%	9	0,6%	8	0,5%	132	8,4%	0	0%
De 10,01 a 20 SM	88	75,8%	0	0%	17	14,6%	11	9,5%	0	0%
Mais de 20 SM	7	100%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	32.485	72,25%	1.413	3,14%	268	0,6%	10.779	24%	14	0,03%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos micro dados do IBGE - Censo 2010 (IBGE, 2013).

Da mesma forma com que foram analisados os quadros antecedentes, as porcentagens nas linhas verticais indicam os jovens de cada característica étnico-racial que podem ser comparadas com o total de jovens de cada uma na última linha. Assim, nota-se que, nas faixas sem renda e de até 2 SM, os jovens autodeclarados “brancos” encontram-se ligeiramente em menor porcentagem que o total de sua população: média de 70% contra 72,25%. No entanto, essa relação se inverte na faixa salarial de 2,01 a 4 SM, apresentando 79,2% dos jovens autodeclarados “brancos” e na faixa de 4,01 a 10 SM, com 90,4%, a maioria absoluta em relação aos jovens das demais características étnico-raciais. Na faixa de 10,01 a 20 SM, os jovens “brancos” representam quase 76% e no maior nível de renda eles representam a totalidade: 100%. Ou seja, não há jovens de outras características étnico-raciais na faixa de renda mais elevada.

Exatamente o contrário ocorre com os jovens autodeclarados “pardos”, pois eles estão representados em maiores proporções nas faixas sem ou de menor renda (até 2 SM): média de 26% contra 24% de sua população total. Na faixa de 2,01 a 4 SM representam quase 17%; de 4,01 a 10 SM somente 8,4%, e de 10,01 a 20 SM somam 9,5%. Na faixa mais elevada de renda não há jovens autodeclarados “pardos”. Assim, infere-se que as características étnico-raciais refletem-se nos níveis de renda dos jovens, principalmente se combinadas com os níveis de escolaridade e as condições de trabalho.

Os jovens autodeclarados “pretos” concentram-se ligeiramente em maior proporção nas faixas de renda relativas a 1,01 a 4 SM, perfazendo em média 3,6%, enquanto a porcentagem total deles é de 3,15% na região. Embora eles estejam em menor proporção nas faixas sem renda e de renda até 1 SM (2,5% em média), eles não figuram nas faixas de renda acima de 10 SM, sendo que, no nível de 4,01 a 10 SM, eles representam somente 0,6%.

Ao se considerar apenas a faixa salarial de 1,01 a 2 SM percebe-se maiores proporções

de jovens autodeclarados “pretos” (3,9%) e “pardos” (25%), enquanto que, na faixa de 10,01 a 20 SM, eles figuram com 0% e 9,5%, respectivamente. Ou seja, os jovens autodeclarados “pretos” e “pardos” são relativamente mais pobres do que os autodeclarados “brancos”. Em relação aos jovens autodeclarados “indígenas”, eles são poucos na microrregião, mas todos estão na faixa de renda de até 1 SM, não fugindo à regra da população indígena brasileira que é extremamente pobre.

Quanto aos jovens autodeclarados amarelos, eles estão proporcionalmente representados em quase todas as faixas de renda. No entanto, um fenômeno interessante ocorre numa das faixas de renda mais elevadas, de 10,01 a 20 SM, em que eles figuram em maior proporção: 14,6% contra apenas 0,6% de sua população total para os municípios pesquisados. Essa constatação pode estar relacionada com os níveis de escolaridade apresentados por eles, pois também apresentam maior proporção de jovens com Ensino Médio e Superior completos.

Considerações finais

Ao se focar a inserção dos jovens segundo suas diferentes características étnico-raciais, tem-se um quadro preocupante na microrregião de Toledo. Em relação à variável educação, verifica-se que, entre os jovens autodeclarados “pretos”, há proporcionalmente três vezes mais analfabetos e duas vezes mais pessoas com o nível de Ensino fundamental incompleto do que os jovens de outras características étnico-raciais. Por outro lado, quando se considera os níveis mais elevados de escolaridade, a situação se inverte, havendo proporcionalmente 70% menos jovens autodeclarados “pretos” com Ensino Médio completo e menos da metade deles com Ensino Superior completo.

Os jovens autodeclarados “pardos” também apresentam uma situação de desigualdade em relação aos níveis de escolaridade, pois entre eles há proporcionalmente uma vez e meia mais pessoas com Ensino Fundamental incompleto, 70% menos jovens com Ensino Médio completo e quase 3 vezes menos jovens com Ensino Superior Completo.

Quanto aos jovens autodeclarados “brancos”, ao contrário dos autodeclarados “pretos” e “pardos”, eles figuram em menor porcentagem nos níveis mais baixos de escolaridade e em maiores proporções quando se trata do Ensino Médio e Ensino Superior completos, denotando melhores condições econômicas e sociais para o prosseguimento de seus estudos.

Na variável trabalho (indicador: tipo de trabalho), os jovens autodeclarados “brancos” apresentam maior proporcionalidade entre os funcionários públicos, os trabalhadores por conta própria e os empregadores, porém, também figuram em maior proporção entre os trabalhadores não remunerados. Os jovens autodeclarados “pretos” estão em maior proporção dentre os trabalhadores informais (sem registro em CTPS) e em menor proporção entre os empregadores, assim como os autodeclarados “pardos”. Esses últimos aparecem também em menor proporção entre os funcionários públicos e em demarcada maioria entre os militares.

Sobre a renda percebida pelos jovens segundo suas características étnico-raciais, observa-se uma situação equivalente ao tipo de trabalho exercido por eles, pois os autodeclarados “brancos” apresentam maior proporcionalidade em todas as faixas de renda entre 2,01 e mais de 20 SM. Já os jovens autodeclarados “pretos” figuram em maior proporção na faixa de renda de 1,01 a 2 SM, sendo que acima de 4,01 SM a proporcionalidade é mínima e inexistente a partir de 10,01 SM. Os autodeclarados “pardos” apresentam maiores proporções em todas as faixas de renda mais baixas (sem renda até 2 SM) e aparecem proporcionalmente com menos de 1/3 nas faixas de renda acima de 4,01 SM.

Com esse panorama, percebe-se que ser jovem nesse espaço regional e não pertencer à categoria dos autodeclarados “brancos” envolve proporcionalmente mais riscos de não

conseguir alcançar níveis de escolaridade elevada, trabalhos estáveis e/ou com garantias sociais e, conseqüentemente, níveis de renda que proporcionem maior qualidade de vida.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). **Política Nacional de Juventude**. 2009. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/politica>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

GRUPIONI, L. D. B. Censo Escolar Indígena. **Povos Indígenas Brasileiros**. 2013. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/educacao-escolar-indigena/censo-escola-indigena>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

_____. **Resultados gerais do Censo 2010 (Micro dados)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2013.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses – sumário executivo**. Curitiba, IPARDES, 2004.

_____. **Perfil da microrregião geográfica de Toledo**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=434&btOk=ok>. Acesso em: 19 nov. 2013.

NOVAES, R. C. R. Prefácio. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

OLIVEIRA, L. V. N. **Juventude e desenvolvimento regional: um estudo sobre a inserção das coletividades geracionais jovens no processo de desenvolvimento da microrregião de Toledo, PR**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Toledo.

ONU. United Nations Organization. **The World Programme of Action for Youth to the Year 2000 and Beyond**. Disponível em: <<http://www.un.org/events/youth98/backinfo/ywpa2000.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2010.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural. **L'Éducation pour tous**. 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/fr/our-priorities/education-for-all/>>. Acesso em: 27 maio 2013.

(Footnotes)

1 Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

2 SM – Salário Mínimo. Ano base: 2010.

Entre a unidade e a distinção: a configuração paradoxal das relações de dominação e das relações de reciprocidade na teoria social de Simmel

Robson Rocha de Souza Junior¹

Resumo: Este estudo tem como propósito explorar a formulação simmeliana das *relações de reciprocidade* e das *relações de dominação*, por meio do apuramento do conceito central de seu pensamento, o *condicionamento recíproco* [*Wechselwirkung*], acentuando a configuração paradoxal dessas interações específicas que revelam, sob perspectivas opostas, o fundamento da interação humana, determinada, ao mesmo tempo, tanto pela propensão ao poder e à diferenciação que é própria aos indivíduos que agem numa interação; como pela tendência à harmonia e à unidade dos agrupamentos resultantes dessas interações. Ao longo do texto tentar-se-á demonstrar também que esses dois tipos de interação são homólogos, uma vez que são formas específicas de expressão de uma mesma configuração fundamental.

Palavras chave: Interação; relações de reciprocidade; relações de dominação; Georg Simmel.

Between unity and distinction: the paradoxical configuration of the relations of domination and the relations of reciprocity in Simmel's social theory

Abstract: This study aims to explore the formulation of Simmel of the *relations of reciprocity* and the *relations of domination*, through the establishment of the central concept of his thought, the *reciprocal conditioning* [*Wechselwirkung*]. We seek to accentuate the paradoxical configuration of these specific interactions that reveal, from opposing perspectives, the foundation of human interaction, determined at the same time, both the propensity to power and distinction that belongs to individuals who act in an interaction; as the tendency to harmony and unity of the groups resulting from these interactions. Throughout the text we try also demonstrate that these two types of interaction are homologous, as are specific forms of expression of the same fundamental configuration.

Keywords: Interaction; relations of reciprocity; relations of domination; Georg Simmel.

Introdução

Este estudo tem como propósito explorar a formulação simmeliana das *relações de reciprocidade* e das *relações de dominação*, por meio do apuramento do conceito central de seu

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. e-mail: robson.rocha.jr@hotmail.com

pensamento, o *condicionamento recíproco* [*Wechselwirkung*], acentuando a configuração paradoxal dessas interações específicas que revelam, sob perspectivas opostas, o fundamento da interação humana, determinada, ao mesmo tempo, tanto pela propensão ao poder e à diferenciação que é própria aos indivíduos que agem numa interação; como pela tendência à harmonia e à unidade dos agrupamentos resultantes dessas interações. Cada interação conjuga, de maneira própria e específica, estas duas determinações constitutivas, o que é fundamental para a sua configuração final, de tal forma que, pode-se dizer que em toda interação, essas duas totalidades – o indivíduo e o grupo – entram num equilíbrio mínimo, ainda que cada um destes elementos possa preponderar, certamente.

O vínculo de poder

O primeiro tipo de interação destacado, a *relação de reciprocidade*, será tratado por Simmel em um ensaio de sua *Sociologia* intitulado de “Excurso sobre a Fidelidade e a Gratidão”. Nele, sobretudo no que se refere ao tema da gratidão, Simmel pretende desvelar o cerne de todo condicionamento recíproco, já que este sentimento social revela como dois homens, por meio de uma troca de dons, estabelecem um vínculo em que um é condicionante e o outro é condicionado. Por estabelecer o enlace dos indivíduos, a gratidão é responsável também, conseqüentemente, pela possibilidade de uma vida comum e estável entre eles, na medida em que mantém o vínculo que permite o condicionamento recíproco dos indivíduos em interação mesmo depois da interação. Por isso, Simmel nos dirá que “a gratidão é um dos elos microscópicos, apesar de infinitamente tenazes, que mantém unidos os elementos da sociedade e, portanto, junta a todos eles em uma vida em comum e de forma estável” (SIMMEL, 1908, p. 598).

Isso significa que, o que menos importa nas relações de reciprocidade é a troca. Fundamental é o vínculo estabelecido nela, o que está expresso pelo sentimento de gratidão que permanece após a troca dos dons. Isso, porque, ao conceder um dom a outrem, o indivíduo está oferecendo toda a sua personalidade por meio da coisa oferecida, enquanto que, quem recebe esse dom tem toda a sua personalidade envolvida, na medida em que o vínculo estabelecido pelo dom é inquebrantável e exige uma resposta que tem de ser também uma oferta de toda a sua personalidade. Segundo Simmel, esta oferta exige “o oferecimento de toda a nossa personalidade ao outro, como por um dever de gratidão, porque a recompensa é adequada justamente a toda a sua personalidade” (SIMMEL, 1908, p. 592-593).

Além disso, é igualmente importante destacar o modo como este vínculo é estabelecido. Neste caso cumpre notar que a gratidão é um sentimento socialmente constituído que expressa a “memória moral da humanidade” (SIMMEL, 1908 p. 591) e que vincula, por meio de uma obrigação, o indivíduo que recebeu o dom ao doador, de tal modo que aquele que recebe o dom é implicado numa situação de subordinação em relação àquele que estabeleceu o vínculo por meio do dom ofertado. Este simples ato é gerador de vínculo, mas também, e fundamentalmente, se apresenta para aquele que recebe o dom como uma imposição, já que jamais é possível retribuir a altura a um dom recebido, ainda que seja uma obrigação igualmente constringente retribuir-lhe. Isso, porque, como pontua Simmel, “não podemos corresponder a um dom, pois neste palpita uma liberdade que nossa correspondência não pode possuir, precisamente por ser uma correspondência” (SIMMEL, 1908, p. 596).

Percebe-se, então, que o que Simmel visa destacar ao acentuar esse sentimento social é o cerne do *condicionamento recíproco*, na medida em que o sentimento de gratidão expressa que

o que está implicado nas relações de reciprocidade é uma vinculação de poder em que uma das partes é *condicionante* e a outra é *condicionada*. Isso nos indica que o que está em debate para Simmel, neste ensaio, é o conceito central de seu pensamento, o *condicionamento recíproco*, que é concebido como o fundamento de toda interação possível, como o vínculo que expressa e mantém uma relação de poder, uma vez que “não há, provavelmente, reciprocidade alguma em que o dado e o recebido se refiram a qualidades homogêneas, exatamente iguais” (SIMMEL, 1908, p. 593), pois “quando recebemos um favor, quando outra pessoa começa nos fazendo um favor, nunca podemos recompensá-la com um obséquio subsequente ou um favor restitutivo” (SIMMEL, 1908, p. 595).

Não obstante, se, por um lado, *as relações de reciprocidade* se caracterizam por se basearem no estabelecimento de um vínculo em que uma das partes em interação é condicionante e a outra é condicionada, por outro lado, nas *relações de dominação*, se destaca o fato de que, para ela se instituir, é indispensável que a parte dominante seja capaz de estabelecer um vínculo de cooperação com a parte dominada. Logo, se nas *relações de reciprocidade* a cooperação é clara e a imposição é discreta, neste segundo tipo de interação ocorre o inverso, já que nas *relações de dominação* impera a imposição e a cooperação é uma condição secundária para o seu estabelecimento. Este é o tema de outro ensaio de sua *Sociologia*, intitulado de “Domínio e Subordinação”, em que Simmel pretende nos demonstrar que, para o estabelecimento do domínio de uma das partes da interação sobre a outra, exige-se uma convergência de interesses entre elas, ainda que essa convergência beneficie apenas ou predominantemente a parte dominante, o que também revela, ainda que por meio de uma perspectiva distinta, o cerne daquele *condicionamento recíproco*.

Segundo seu ponto de vista, quando um sujeito exerce ou procura exercer domínio sobre outro indivíduo ele “tira satisfação do fato de que a ação ou o sofrimento do outro, sua condição positiva ou negativa, se oferece ao dominador como produto de sua vontade” (SIMMEL, 1983, p. 107). Contudo, mesmo nesse caso, não é possível estabelecer esse domínio sem “a espontaneidade e a cooperação do sujeito subordinado” (SIMMEL, 1983, p. 109), uma vez que esta dominação depende de um vínculo que ajuste as duas partes entre si. É certo que não se pode negar que “a função de um dos elementos é servir o outro” (SIMMEL, 1983, p. 110). Por outro lado, porém, é igualmente inegável que “a perfeita medida desta devoção do primeiro elemento [dominante] dependa freqüentemente das condições que o outro elemento [subordinado] estipula para o primeiro” (SIMMEL, 1983, p. 110), o que significa que a relação de dominação só se efetiva na convergência dos interesses das partes, possibilitada por este vínculo. Por isso, ainda que esse tipo de interação “mostre uma influência absoluta, de um lado, e um absoluto ser influenciado do outro” (SIMMEL, 1983, p. 112), não obstante, ela também expressa uma “troca de influências, que transforma a pura unilateralidade de domínio e subordinação numa forma *sociológica*” (SIMMEL, 1983, p. 112).

A autoridade é o exemplo mais notório dessa situação. Toda autoridade se forma por meio de uma imposição de um indivíduo ou de um grupo sobre outro. Por outro lado, porém, ela só se efetiva, de fato, na medida em que esse indivíduo aceite e reconheça a autoridade que lhe foi imposta. Sem esse reconhecimento, a autoridade não é validada e a relação de dominação simplesmente não se institui. Logo, a imposição da autoridade depende, como se vê, da cooperação do subordinado, o que Simmel confirma no seguinte trecho em que diz que “aquele que acredita na autoridade realiza, ele mesmo, a transformação. O elemento subordinado participa de um evento sociológico que exige sua cooperação voluntária. Na realidade, a própria sensação de ‘opressão’ sugere que a autonomia da parte subordinada é na verdade pressuposta e nunca inteiramente eliminada” (SIMMEL, 1983, p. 110).

Em suma, portanto, vê-se que tanto as relações de reciprocidade mais perenes estabelecem um vínculo de domínio entre as partes em permuta, assim como, por outro lado, mesmo as relações de domínio estrito e indiscriminado exigem uma cooperação entre as partes em interação. O intento central deste empreendimento é a compreensão deste caráter paradoxal das interações, expresso de forma paradigmática tanto nas *relações de reciprocidade* como nas *relações de dominação*: interações aparentemente opostas, mas também homólogas. Importante será notar como tanto as *relações de reciprocidade* como as *relações de dominação* articulam, de forma típica, a natureza distintiva dos indivíduos envolvidos e a tendência à unidade dos agrupamentos sociais resultantes desses tipos específicos de interação, ou seja, a *natureza subjetiva* dos indivíduos e a *natureza objetiva* das formas sociais resultantes da interação. Em duas palavras: a *distinção* dos indivíduos e a *unidade* dos agrupamentos sociais. É igualmente evidente, contudo, que esses dois tipos de interação articulam de modo próprio essas duas tendências que compõem qualquer interação possível, já que, enquanto nas *relações de reciprocidade* predomina a tendência à unidade dos agrupamentos, nas *relações de dominação* impera a tendência à distinção dos indivíduos dominantes.

A inter-ação e sua estruturação

Posto o problema e a distinção da formulação simmeliana, parece importante averiguar o que justifica, em seu pensamento, esse modo próprio de conceber as *relações de reciprocidade* como interações de cooperação baseadas em vínculos que impõem uma dominação de uma parte sobre a outra; e as *relações de dominação*, como interações de domínio baseada numa cooperação entre as partes. Para tanto, será fundamental analisar os fatores que ocorrem na interação: no *condicionamento recíproco* entre os indivíduos. As duas interações em debate são nada mais do que tipos específicos de interação que foram destacados porque parecem poder desvelar, de forma arquetípica, a estrutura interna e paradoxal do *condicionamento recíproco* que fundamenta toda a interação. O que nos importa, portanto, é o fundamento da interação, indicado por este *condicionamento recíproco*.

A interação, por seu lado, como o próprio sentido lato da palavra nos indica, é um conceito que designa o laço que une diversas ações num dado contexto. Este enlace, por sua vez, regula e vincula as ações. Por isso, quando dois ou mais indivíduos interagem, o que está em jogo não é apenas a relação entre eles, nem tão pouco a ação isolada de um ou de outro, mas sim o modo como cada um dos pares condiciona a ação do outro. Isso, porque, todos nós, de algum modo, temos influência, por meio de nossa ação, sobre a ação de cada um dos outros indivíduos que estão vinculados, de um modo qualquer, à nossa ação, ainda que essa influência seja apenas indireta ou potencial. Logo, seja em função das diferentes ações que podem fazer parte deste enlace, ou dos diversos tipos possíveis de laço entre os atores envolvidos, ou, enfim, dos diferentes agrupamentos resultantes do concurso continuado destas ações enlaçadas; por todos estes motivos os tipos possíveis de interação e as formas que elas assumem são as mais variadas.

Não obstante, em seu âmago, toda interação é também uma combinação daquelas duas tendências opostas e complementares: a propensão à distinção dos indivíduos e a tendência à unidade dos grupos sociais. A interação é, na verdade, o próprio funcionamento de um agrupamento, a relação entre seus membros e a atividade possível dos indivíduos. Agir é já interagir e toda ação, assim como toda interação, cumpre a necessidade do indivíduo de se distinguir, mas também serve aos fins de unidade do agrupamento em que está inserida a

interação. Posto isso, fica claro, então, que, para compreendermos aquele caráter paradoxal das interações, é necessário, anteriormente, analisar essas duas tendências opostas que sempre se conjugam numa interação.

a) *Distinção do indivíduo*: A análise específica da tendência à distinção que opera na ação individual é fundamental para uma compreensão aprofundada do sentido da interação, sobretudo de seu aspecto central, o *condicionamento recíproco*, na medida em que a ação de cada indivíduo em interação representa, nestes termos, o aspecto condicionante da interação, o que permite, inclusive, que cada indivíduo envolvido nesse enlace possa influenciar a ação dos demais indivíduos igualmente envolvidos. A base daquela tendência à distinção dos indivíduos se baseia nessa força pulsante que vibra no interior de cada individualidade. É a temporalidade da vida, neste caso, que faz da ação condicionante, aspecto que Simmel denomina de Mais-vida [*Mehr-Leben*]. Este conceito expressa o incessante processo que “é” a vida, sua temporalidade inerente e irreduzível, já que a vida é “o processo contínuo de se lançar por sobre si mesma [*Sich-über-sich-selbst-Erhebens*]” (SIMMEL, 1922, p. 16), sendo justamente este seu aspecto projetivo e excedente que a faz naturalmente condicionante. A temporalidade da vida é o fundamento da ação. Mas ela é uma força que não está apenas condicionada ao indivíduo. Muito pelo contrário. Ela o condiciona de tal forma que lhe é aberta apenas a possibilidade de dar forma a esta determinação por meio da formação de uma individualidade típica. Olli Pyyhtinen define bem esta *força* como um “*fluxo pré-individual*” (PYYHTINEN, 2010, p. 55). Esta força é a própria vida “que nunca é, mas sim sempre está se tornando [*becoming*]” (PYYHTINEN, 2010, p. 55). Ela que “não só excede, mas também produz todas as formas individuais” (PYYHTINEN, 2010, p. 55).

A vida é, em seu âmago, um fluxo incessante: sua essência é fluir e exceder qualquer determinação. Por isso, ainda que, de fato, a personalidade individual conceda limites e forma a este fluxo incessante, não obstante, ainda assim a vida não cessa de seguir seu curso ininterrupto, pois esta é sua característica fundamental. O homem é apenas o *ator* desta pulsão.

Vê-se como o modo que Simmel concebe a ação se afasta radicalmente do modo racionalista, radicado no pensamento kantiano e expresso – só para citar o caso mais substantivo – na teoria da ação weberiana, por exemplo. Simmel baseia-se aqui numa distinção fundamental que ocuparia seu pensamento desde o princípio: a oposição entre o *racionalismo* de Kant, por um lado – que se define pela expectativa de definir a ação por meio de seu *controle racional*; e o *romantismo* de Goethe, de outro – para o qual é determinante definir a ação como uma resposta a uma *situação existencial*. As diferenças norteadoras podem ser rapidamente destacadas.

Antes de tudo, as duas perspectivas de mundo [*Weltanschauungen*] representadas por ambos os pensadores partem de princípios opostos: enquanto Kant se baseia no princípio da *demarcação* [*Grenzzsetzung*], Goethe baseia sua reflexão no princípio da *unidade* [*Einheit*] ou da *unificação* [*Vereinheitlichung*] (SIMMEL, 1905). Trata-se de uma diferença básica e determinante, de tal modo que, a partir deste ponto, essas duas perspectivas de mundo se diferenciarão radicalmente.

A consequência geral mais importante entre esses princípios opostos se refere ao modo como ambos os autores concebem, a partir deles, a relação do homem com o mundo. Para Kant, é fundamental desvelar as condições de representação da experiência do mundo, o que, desde já, destaca a ideia de que mundo e homem estão separados por uma demarcação clara, de tal forma que o contato do espírito humano com o mundo natural tenha de ser mediado e estabelecido por meio de representações subjetivas forjadas de acordo com as

características transcendentais da subjetividade que apreende esse mundo natural segundo a forma estabelecida pelas categorias do intelecto – do espírito – humano e das formas transcendentais de recepção dos objetos do mundo – tempo e espaço. Trata-se, portanto, de uma relação – entre o homem e o mundo, entre o espírito e a natureza – mediada pela forma transcendental da subjetividade humana. Para Goethe, por outro lado, nosso contato com o mundo é imediato, já que o espírito – tanto o espírito dos sujeitos como o espírito objetivado – nada mais é do que um produto da natureza que deve ser concebida como uma vida em fluxo constante e eternamente criativo e transformador. A relação primordial do homem com o mundo é, então, estabelecida imediatamente pela vivência [*Erlebnis*], o que significa que – como pontua Olli Pyyhtinen a este respeito – “[A]través da *Erleben*, [que] a vida, o mais intransitivo de todos os conceitos, se coloca a si mesma em uma conexão funcional imediata com a objetividade” (PYYHTINEN, 2010, p. 56)

O mais importante para Simmel, portanto, é acentuar o fato de que a razão, em relação à vida, é um fenômeno subordinado, o que nos leva a uma série de consequências decisivas. Se a vida é o fenômeno originário da existência e se a razão, por seu lado, está subordinada à lógica deste fenômeno originário; logo, deve-se concluir que aquilo que o racionalismo propõe é apenas um modo de lidar com essa *situação originária* e não necessariamente o melhor. Isso significa que o passo que Simmel pretende estabelecer com este debate tem a direção de um *aprofundamento*. Se a tradição Ocidental acentuou a possibilidade de *controlar* o fenômeno da vida por meio da razão e, por isso, obliterou sua originariedade, o que Simmel pretende nos demonstrar é que não é a razão a essência da ação, mas sim essa situação originária, ou melhor, a *resposta* possível a esta situação. Então, se a ação se define pela resposta a essa *situação existencial*, deve-se concluir que, para se obter uma compreensão mais profunda da própria ação, é indispensável conduzir a sua análise para um nível mais aprofundado, capaz de trazer à tona o sentido e as determinações desta situação existencial. A originariedade desta situação existencial, a qual o homem precisa responder continuamente enquanto age, explicita o fato de que o homem não está sob controle de sua ação, tal como conceberiam os racionalistas. Pelo menos não sob controle completo, na medida em que toda ação nada mais é do que uma resposta a essa situação que a condiciona desde seu âmago.

Por outro lado, porém, a vida é também Mais-do-que-vida [*Mebr-als-Leben*], conceito que expressa a forma própria e irreproduzível de cada individualidade, “o ser-para-si [*Fürsichsein*] e o ser-em-si [*Insichsein*] da forma individual em seu contraste em relação à corrente contínua da vida” (SIMMEL, 1922, p. 18), o que não é capaz de interromper ou cessar o fluxo incessante que “é” a vida, mas apenas dar-lhe limites determinados. Se em seu âmago o indivíduo tem de lidar com essa força que o assalta e o impele a agir, resta-lhe, não obstante, a possibilidade de dar forma própria a essa força e assim alimentar sua tendência à distinção. É por isso, inclusive, que é importante destacar que ator e ação se confundem, na medida em que o sujeito é a própria atuação de condicionar, o que nos permite caracterizar a ação como uma *força* atuante e a individualidade como a forma própria dessa força que movimenta a ação. Ninguém melhor do que Nietzsche em a *Genealogia da Moral* que expressa essa ideia ao nos dizer que “não existe ‘ser’ por traz do fazer, do atuar, do devir: ‘o agente’ é uma ficção acrescentada à ação – a ação é tudo” (NIETZSCHE, 1988, p. 43).

Logo, o sujeito não tem controle de sua ação, já que sua ação é uma resposta a uma determinação que lhe invade e lhe exige essa resposta. Essa determinação é uma pulsão da vida que carece da ação individual para se produzir como espírito objetivado. Ocorre que, apenas quando o ator assume a propriedade [*Eigenheit*] de sua individualidade, que se refere ao fato de que sua ação tem o fim de produzir o espírito objetivado, a vida se torna produtiva,

o que só é possível por meio da afirmação da irreprodutível [*Einzigkeit*] diferenciação desta individualidade, de seu espírito subjetivo, em relação às demais. A individualidade institui a imanência da vida no mundo e lhe abre a possibilidade de ser produtiva, de produzir as objetivações espirituais que dão forma ao mundo, uma vez que permite seu acesso no mundo, o que significa que a vida carece da individualidade assumida com propriedade para alcançar seu *télos*, que é tornar-se espírito objetivado.

Esta forma de conceber a individualidade está baseada na distinção e na desigualdade inerente entre as individualidades. Seu valor não é conferido pelo valor genérico da razão, mas sim por uma idiossincrasia absoluta, assumida numa forma individual absolutamente particular a cada indivíduo. Segundo esta perspectiva, “cada pessoa é conclamada a realizar seu próprio, ou melhor, seu mais próprio protótipo” (SIMMEL, 1971, p. 224), de assumir com propriedade a tarefa de formar uma individualidade própria e irreproduzível, o que só é possível na medida em que “cada indivíduo encontra o sentido de sua vida na sua diferença em relação a todos os outros, na unicidade pessoal de sua natureza e de sua atividade” (SIMMEL, 1971, p. 224).

Contudo, como a formação de cada individualidade não está apenas em função do próprio indivíduo, mas também dos vínculos estabelecidos com outros indivíduos, estes que – por serem também *forças* atuantes – condicionam a formação dessa individualidade; então esta análise deverá nos evidenciar tanto a característica que faz da ação uma *força condicionante* como também a característica que a faz uma *força* aberta aos *condicionamentos* de seus pares em interação. Ocorre que é por meio deste mútuo condicionamento que cada uma das individualidades em interação se constitui, pois é justamente por meio destes vínculos que o ator pode se diferenciar dos demais atores e afirmar a sua individualidade própria. É a partir da interação, portanto, que uma individualidade pode se diferenciar e afirmar a forma própria e irreproduzível da força que o impele a agir. Logo, como toda interação se baseia num nexos que une as ações e articula seu potencial causal, na medida em que ela é a *Wechsel* – a *reciprocidade* – da *Wirkung* – do *condicionamento* – de cada individualidade em interação, fica claro, então, que, por um lado, a interação carece dessa causalidade inerente à força da ação de cada indivíduo para se efetivar; mas, por outro, entrelaça cada uma dessas ações individuais por meio de sua funcionalidade e assim possibilita que cada uma das individualidades ganhe forma própria e irreproduzível. Toda interação seria, portanto, uma *relação de forças*, em que todos os indivíduos são atuantes uns em relação aos outros, mas também potencialmente condicionados à influência de cada um deles.

b) A unidade do grupo: O resultado da reciprocidade da ação, do processamento particular de cada interação, é a formação de agrupamentos sociais que são unidades abertas e mutáveis que organizam a ação e a interação humana. Por isso, além do aspecto condicionante da interação – a ação – é igualmente fundamental determinar o seu resultado, aquela unidade formal que dá forma a um grupo, uma vez que há “uma sociedade em toda parte onde os homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira” (SIMMEL, 1983, p. 48). Como fora comentado rapidamente, a unidade grupal formada das interações, uma vez consolidada, se impõe às próprias interações que precisam responder à tendência do grupo de manter e de favorecer a sua unidade em detrimento da tendência dos indivíduos de se distinguir. Se, como indivíduos, cada membro do grupo se sente uma totalidade irreproduzível e própria, para o grupo ele é apenas uma de suas partes, servindo para seu funcionamento harmônico.

O concurso das interações resulta numa cristalização em formas relativamente estáveis de vida em comum, estas que serão tanto mais estáveis quanto mais frequente e duradouro for

o concurso dessas interações. A articulação sistemática de uma série de interações resulta na formação de um grupo social (contexto intra-grupal), ou em vínculos entre grupos sociais já existentes (contexto inter-grupal), o que, na verdade, expressa o equilíbrio interno de diversas interações e nos permite definir qualquer agrupamento humano como uma *correlação de forças*.

Assim, como todo agrupamento – seja ele formado por pessoas ou por grupos já constituídos – surge em função destas interações e como toda interação enlaça a temporalidade inerente e condicionante dos indivíduos, então todo agrupamento assim formado deverá ser uma articulação dinâmica, já que está em função tanto do condicionamento possível de cada indivíduo em interação quanto dos diversos arranjos ou correlações possíveis que podem sobrevir da reciprocidade desses condicionamentos. Isso, pois, como nos afirma Simmel, “Para um olhar que penetrasse no fundo das coisas, todo fenômeno que parecesse constituir, acima dos indivíduos, alguma unidade nova e independente, se resolveria nas ações recíprocas permutadas pelos indivíduos” (SIMMEL, 1983, p. 49). Por consequência, Simmel se vê frente à necessidade de se valer de uma verbalização do étimo *Gesellschaft*, que em alemão significa *sociedade*, para expressar a ideia que ele faz de um agrupamento como uma totalidade aberta e mutável que se constitui das mais diversas formas possíveis. Segundo seu ponto de vista, o conceito *Vergesellschaftung* expressa melhor a natureza de um grupo, o que pode ser traduzido para o português por meio do neologismo *sociação* e que pode ser definido como “a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual realizam seus interesses” (SIMMEL, 1983, p. 60).

No que se refere à pesquisa proposta neste empreendimento, a análise da formação dos grupos é importante por dois motivos. Primeiro, porque, ainda que sua constituição se deva à articulação e à conformação das interações em seu ínterim, não obstante, uma vez consolidados, essas estruturas condicionam as próprias interações, uma vez que a tendência à unidade dos agrupamentos motiva as interações de seu ínterim. Isso ocorre porque esses agrupamentos expressam uma articulação das interações, o que permite a eles a cristalização como uma rede, ao vinculá-las numa unidade formal. Por isso, o modo como os diversos vínculos que o compõem se constituíram, assim como o número de interações e de indivíduos que este grupo abarca, entre outros fatores, são fundamentais para compreendermos as diversas interações que ocorrem e podem ocorrer neste grupo. Importante aqui é notar que as interações que compõem um agrupamento estão essencialmente vinculadas a ele, de tal forma que toda relação entre indivíduos no seio deste grupo depende de sua lógica instituída historicamente, lógica esta que pretende manter o equilíbrio dos condicionamentos dos indivíduos que competem nestas mesmas interações. Na verdade, deve-se considerar inclusive a possibilidade de que, talvez, só se possa compreender a lógica interna das interações, caso elas estejam referidas ao seu contexto grupal, o que significa que toda interação, toda *relação de forças*, só tem significado real na medida em que está vinculada a uma *correlação de forças* historicamente constituída.

Além disso, é igualmente importante sua análise porque não há apenas interações entre indivíduos que, uma vez articuladas, se conformam em grupos específicos. Também é possível conceber a interação entre grupos, assim como a interação entre indivíduos de grupos distintos, ou de subgrupos distintos dentro de um grupo. Sendo assim, só será possível compreender como esses tipos distintos de interação são possíveis se, e somente se, compreendermos previamente como esses agrupamentos se constituem, já que sua formação é decisiva para determinar o modo como estes grupos e seus elementos se abrem ou se fecham para as mais variadas possibilidades de interação. Importante, nesse caso, é notar que as diversas interações possíveis que dois grupos podem estabelecer entre si

dependem da formação de cada um desses grupos e dos interesses distintos que cada grupo tem ao adentrar ou ser forçado a adentrar numa interação, assim como, por fim, do equilíbrio possível que estes grupos em interação podem estabelecer ao se vincularem. Por outro lado, porém, esse tipo de interação responde à mesma lógica das relações pessoais, na medida em que também aqui os vínculos instituídos deverão estabelecer relações de poder, de domínio e de subordinação, mesmo quando entre esses grupos impere a mais perene solidariedade. Não obstante, mesmo as relações de dominação entre grupos têm de estar baseadas no estabelecimento de um vínculo entre eles.

Considerações finais

Em suma, pode-se dizer que toda interação é uma *relação de forças*, na medida em que a ação “é” uma *força* em atuação e a interação aquilo que possibilita a articulação de uma gama de ações concorrentes. Como resultado, toda *relação de forças*, articulada como deve estar a outras *relações de forças*, contribui para a constituição de uma *correlação de forças* que expressa o agrupamento formado por uma série de interações coordenadas entre si que, uma vez constituído, organiza e controla as *relações de forças* que o constituíram. Logo, a compreensão plena de uma interação, seja ela do tipo que for, depende do apuramento destes três níveis de análise – a distinção dos indivíduos, a unidade do grupo e a interação em atividade –, assim como da compreensão de sua articulação real.

A configuração paradoxal desses dois tipos específicos de interação destacadas no início do artigo – as *relações de dominação* e as *relações de reciprocidade* – depende do modo como as forças atuantes em contextos determinados estão articuladas. Nas *relações de reciprocidade*, a tendência à unidade dos agrupamentos é predominante, mas não o suficiente para sufocar a tendência à distinção dos indivíduos, estes que, mesmo em relações de harmonia, não serão capazes de se desvencilhar de sua propensão natural de afirmar sua personalidade e se distinguir dos demais. O contrário ocorre nas *relações de dominação*, pois ainda que sua característica determinante seja o destacamento de um indivíduo ou um grupo deles com a finalidade da dominação de outros, não obstante, nenhuma relação desse tipo se institui sem um mínimo de cooperação entre as partes, o que significa que nelas a tendência à unidade dos agrupamentos também é convergente com a propensão à distinção dos indivíduos.

Na verdade, elas só são interações homólogas porque a natureza humana é uma só, ainda que ela se desdobre nas mais variadas formas.

Referências

NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PYYHTINEN, O. **Simmel and “the social”**. London: Palgrave Macmillan, 2010.

SIMMEL, G. **Kant und Goethe: zur Geschichte der modernen Weltanschauungen**. Berlin: Bard, Marquardt & Co, 1905.

_____. **Lebensanschauung: vier metaphysische Kapitel**. München und Leipzig: Berlin: Duncker & Humblot, 1922.

_____. **On individuality and social forms**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

_____. Simmel. In: MORAES FILHO, E. (Org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Soziologie**: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908.

Ocupar territórios imaginários: a narrativa ficcional de Olívio Jekupé¹

Paulo Victor Albertoni Lisboa²

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a noção de literatura nativa, a partir das narrativas ficcionais infantojuvenis de Olívio Jekupé, escritor Guarani. Com uma produção literária contemporânea que versa sobre trânsitos sucessivos entre a aldeia e a cidade, a casa e a escola, entre mundos e modos de conhecimento, Olívio Jekupé inscreve em sua literatura o imaginário Guarani das “andanças” (*-gnata*, “andar” ou “viajar”), do qual são exemplos a busca pela terra sem mal e a caminhada dos gêmeos Sol e Lua, matéria de ficcionalização. O diálogo entre crítica literária e etnologia desdobra, portanto, um lugar produtivo para a compreensão da escrita intermediária de Olívio Jekupé, que anuncia a prerrogativa para os múltiplos deslocamentos: a existência da *tekoa*, a produção e reprodução da vida Guarani.

Palavras-chave: nativa ficcional; escrita intermediária; Guarani; Olívio Jekupé.

Occupy Imaginary Territories: the fictional narrative of Olívio Jekupé

Abstract: This paper aims to discuss the native literature concept through the Olívio Jekupé’s children’s and youth fictional narratives. The author’s contemporary literature deals with successive transits between the village and the city, house and school, worlds and ways of knowledge, Olívio Jekupé inserts in his literature the guarani imagination theme the “journey” (*-gnata*, “walking” or “travelling”), from which are examples the searching for the land with no evil and the walking of the twins Sun and Moon. The dialogue between literary criticism and ethnology unfolds, therefore, a productive place of comprehension about Olívio Jekupé’s intermediate writing, which announces the multiple displacements: the *tekoa* existence, the production and reproduction of guarani people’s life.

Keywords: native literature; fiction; intermediate writing; Guarani; Olívio Jekupé.

Literatura nativa

Olívio Zeferino da Silva, nascido em 1965, em Nova Itacolomi (PR), teve, desde muito cedo, na figura de sua mãe e de sua avó, o aprendizado da situação indígena no país e o conhecimento de sua família Guarani. Apenas mais tarde, com o acúmulo de relações com outros povos indígenas, e de suas sucessivas empreitadas na graduação em filosofia, primeiro na PUC-PR e depois na USP, ambas sem conclusão, Olívio Zeferino da Silva aproximou-se das aldeias Guarani Mbyá da região metropolitana de São Paulo (SP). Foi nessa ocasião

1 O presente artigo foi originalmente apresentado no V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais na Unioeste – Toledo/Paraná, em 2016, e agora publicado a convite da Revista Tempo da Ciência, junto aos demais trabalhos apresentados no simpósio e autorizados pelos autores.

2 Doutorando em Antropologia Social – UNICAMP. E-mail: pauloalbertonilisboa@gmail.com

em que conheceu sua esposa Maria Kerexu, e fora convidado a participar do *nhemongarai*, “batismo da almas”, quando recebeu o nome Tupã Jekupé.

Embora Jekupé tenha começado a escrever literatura por volta de 1984, sua atividade literária dependeria de meios independentes e do financiamento do próprio autor. Esse cenário sofreria uma profunda alteração quando impulsionado pelas experiências em educação escolar diferenciada, tal qual definida pelo Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998), e a formação de professores indígenas e produção de materiais escolares, proposta pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001). Posteriormente, a lei nº 11.645/2008 definiu, ainda, a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileiras e indígenas, a nível fundamental e médio.

Esse contexto promoveu o interesse de editoras brasileiras por obras produzidas por escritores indígenas. Mais do que isso, o contexto foi propício também para a criação do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas (NEARIN), em parceria com a Fundação Nacional do Livro Infantojuvenil (FNLIJ), no ano de 2004. Nesse encontro foram definidas muitas das orientações editoriais para a literatura indígena, enquadrada na categoria editorial de “literatura infantojuvenil”. Se por um lado a afinidade do NEARIN com a FNLIJ instituiu um lugar de publicização da atividade literária de escritores indígenas no Brasil, por outro lado, não foram ampliadas as categorias editoriais para a literatura indígena, e, em longo prazo, isso pode ter significado a infantilização dessa produção literária.

Como ficou caracterizado acima, trata-se da emergência de uma literatura com uma dupla recepção. Os escritores indígenas, impulsionados pela categoria editorial de “literatura infantojuvenil” e pela legislação vigente, encontraram condições propícias para a publicização de textos literários. O público leitor indígena e não indígena mobilizam distintos recursos culturais para a sua interação com a obra de Jekupé.

Em se tratando da literatura infantil, a produção literária de Jekupé passou a incidir no campo marcado por uma aproximação com a escola, motivada por um ideário relativo à instrução e à alfabetização escolares. Os personagens são, frequentemente, retratados em situações de aprendizagem, com um livro, ouvindo histórias e dialogando com os mais velhos e amigos. Como é sabido, também a cultura popular ganhou lugar de ficcionalização na literatura infantil, por exemplo, por meio do recurso à fala coloquial e a condição coletiva da transmissão de saberes.

Mas, esse cenário conta também com literaturas reacionárias, como a “epopeia bandeirante”, responsável por indicar, segundo as autoras Lajolo e Zilberman (1999), caboclos e índios como representantes de um país primitivo, tais como *O gigante de botas* (1941), *O espírito do sol* (1946), *Coração de onça* (1951), *Cem noites tapuias* (1976), de Ofélia e Narbal Fontes.

A literatura nativa de Jekupé participa das convenções da literatura infantil, mas elabora uma participação dissidente, ao romper não apenas com a perspectiva bandeirista indicada acima, como também por se afastar da retórica nacionalista, na qual tem lugar importante a figuração do índio. O termo “nativa”, que caracteriza a literatura do escritor Guarani, expressa o sentimento de dissidência com relação à sociedade nacional e anuncia que a sua origem não está determinada pela literatura brasileira. Ela deriva, em realidade, da experiência social dos povos originários, em particular dos Guarani.

Caracterização da produção literária de Olívio Jekupé

Em 1999, Olívio Jekupé publica pela primeira vez uma obra sua. Intitulada *500 anos de angústia* (JEKUPÉ, 1999), a obra contém poemas que – muitos deles em primeira pessoa, sendo narrativas de violências da vida na cidade – inaugurariam a sua produção literária dedicada ao “entre”, um lugar de enunciação de intermediários culturais. Após a publicação de *500 anos de angústia* (JEKUPÉ, 1999), apenas *Xerekó arandu* (JEKUPÉ, 2002a) retoma, por meio de relatos e contos, o tema das aflições de uma pessoa indígena na cidade.

Depois disso, houve uma tendência à ficção infantojuvenil, como *Iarandu, o cão falante* (JEKUPÉ, 2002a), *O saci verdadeiro* (JEKUPÉ, 2002b), *Ajuda do saci* (JEKUPÉ, 2006) e *Tekoa*: conhecendo uma aldeia indígena (JEKUPÉ, 2011). Encontramos também *Verá: o contador de histórias* (JEKUPÉ, 2003b) que, embora seja uma ficção, faz referência à performance e às narrativas orais do personagem Verá; Junto a *A mulher que virou urutau* (JEKUPÉ; KEREXU, 2011) e *As queixadas e outros contos guaranis* (JEKUPÉ, 2013), a obra reúne problemas de ordem da autoria coletiva e individual, porque a mera transposição de narrativas orais para a escrita não implica, necessariamente, a constituição do Autor.

Como dizem Almeida e Queiroz (2004):

Quem afinal, é o autor do conto oral? Fala-se em autoria coletiva, ou autor legião, na medida em que os textos são passados anonimamente de uma geração a outra, ainda que cada contador lhes acrescente seu estilo (dicção?) pessoal e as marcas de seu contexto sociocultural. O contador, portanto, figura sempre como intérprete, e a função da autoria é atribuída a abstrações como a tradição, a coletividade, o povo, não se cogitando a identificação de um autor individual (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004, p. 148).

Deixarei de lado a discussão sobre a tensão entre a autoria coletiva e a autoria individual, adotando como foco dessa apresentação as narrativas ficcionais de autoria do escritor Guarani. É na relação entre o fictício e o imaginário que emerge os sentidos da literatura que pretendemos investigar. Se a interpretação do leitor é a atividade que coloca o texto em ação e faz interagir o texto com o imaginário, nosso exercício aqui será de fazer o texto interagir com imaginários relativos a distintas culturas, a do leitor “branco” ou “não indígena” (*jurua*) e a do leitor Guarani.

Trânsitos culturais e ficção de movimento

Embora exista uma extensa bibliografia dedicada ao estudo dos trânsitos culturais, o propósito aqui é indicar, sumariamente, a maneira pela qual a leitura conjunta de algumas das obras de Olívio Jekupé apontam para o trânsito cultural em duas instâncias, a da ação das personagens e a da imaginação dos seus leitores. Aqui encontramos a expressão do trânsito cultural na ficcionalidade do texto e na recepção, ou seja, a inscrição narrativa dos trânsitos no texto e o trânsito do texto entre leituras culturais distintas.

Em *Tekoa* (JEKUPÉ, 2011), visualizamos a narrativa de um menino *jurua* chamado Carlos, que, motivado por sua professora, pede ao seu pai para ir conhecer uma aldeia indígena. No seu período de férias escolares, Carlos desloca-se da cidade de São Paulo até a aldeia Guarani para solicitar ao cacique a autorização para a sua permanência por vinte

dias. Ao final das férias despendidas junto a Mirim, o menino *juruá* havia passado por uma profunda mudança de pensamento e percepção sobre a sua própria vida.

Vinte dias se passaram. Conheci todos os índios que moravam na aldeia Tekoa. Nesse período, aprendi uma infinidade de coisas. Para saciar minha curiosidade interminável consultei Mirim inúmeras vezes. Aprendi a acender uma fogueira, fritar paková verde, assar pão na brasa, usar arco e flecha, fazer armadilhas para caçar animais e apanhar aves, identificar espécies de árvores que fornecem remédios. Percebi que tal conhecimento jamais me abandonaria, porque tinha se convertido em sabedoria [...]

- Espero nunca esquecer esses dias incríveis que dividi com você e com todos por aqui. Costumo passar as férias escolares em lugares diferentes todos os anos. Mas nenhum foi tão legal quanto a Tekoa!

Mirim sorriu satisfeito. Ainda arrematei:

- Ficarei feliz se você for passar um tempo na minha casa também. Quando quiser saber como é a vida na cidade grande, basta me chamar (JEKUPÉ, 2011, p. 26).

Em *Ajuda do Saci* (JEKUPÉ, 2006), ocorre o inverso da obra anterior. Vera desloca-se da aldeia Guarani até a cidade, com o intuito de iniciar seus estudos na escola dos brancos e utilizar esses conhecimentos para defender o seu povo. No entanto, a percepção de Vera sobre a vida que as crianças *juruá* levavam na cidade o fazia sentir saudade da vida na aldeia.

Os *kunumi* correram todos ao seu encontro para saber coisas da cidade. Vera sentou-se com eles embaixo de uma árvore e falou sobre os costumes dos meninos da cidade. Contou que passam muito tempo sentados em frente a aparelhos, assistindo programas de televisão ou jogando videogames (...)

- Eles não brincam fora de casa? - perguntou um menino, curioso.

- Quem mora nos prédios cercados sim, mas quem mora em casa não pode brincar na rua. As ruas são movimentadas e perigosas. Além disso, as crianças têm muitos compromissos. Vão para as aulas de inglês, de natação, de karatê. Eu acho que os pais arrumam coisas para eles fazerem porque não têm tempo de ficar com eles. Por falar nisso, que tal nadar no rio e depois brincar de caçar? Sinto falta de correr e brincar ao ar livre (JEKUPÉ, 2006, p. 13).

A narrativa se desenvolve com a caracterização da cidade como lugar de cerceamento da brincadeira e do movimento, em oposição à liberdade vivida na aldeia. Em um determinado dia, Vera é atropelada por um carro e fica sem o movimento das pernas. Ainda no hospital, recebe a notícia de que não poderá mais andar, motivo de muita tristeza de seus pais e dos seus tutores na cidade. Contrariado, Vera volta à aldeia, onde seu pai pede a Kamba'i que cure o menino. O pedido do pai de Vera se realiza e o menino volta a andar na aldeia. O atropelamento de Vera é análogo ao atropelamento da aldeia pela cidade. De maneira inversa, a *tekoa* (lugar de produção e reprodução da vida Guarani) é o lugar de restituição do trânsito, do movimento. A literatura de Jekupé apresenta a mobilidade como elemento fundante da *tekoa*.

Em *Iarandu o cão falante* (JEKUPÉ, 2002c), a escola está presente na vida da aldeia Guarani e Vera opera o trânsito entre a sua casa e a escola, ambas localizadas na aldeia, mas pertencentes a modos de conhecimento distintos. Na sua casa, a sua mãe é a responsável por ensinar histórias orais. Já na escola, a professora condensa em sua figura os conhecimentos

dos *jurua* (“os brancos” e “não indígenas”). Mas vai ser o personagem Irandu, o cão falante, aquele responsável por afirmar a dinâmica da cultura em relação às práticas de leitura e escrita escolares. Em uma das vezes em que Popyguá volta a sua casa depois da aula, ele ouve vozes em sua casa e descobre pertencerem ao seu cachorro, Irandu. O cachorro pede a Popyguá para trazer mais livros da escola, porque estava desejoso de conhecer melhor a cultura dos *jurua*. Mantido em segredo, quanto mais estudava, mais inteligente ficava Irandu.

Em *O saci verdadeiro* (JEKUPÉ, 2002b), o trânsito também se expressa entre a aldeia e a escola. O menino Guarani que acompanhava as aulas com a professora *jurua* viu-se descontente com o modo como era contada a história do Saci, conhecido como Kamba’i pelo personagem. A história conhecida na escola contrastava com a história aprendida com sua mãe. Aqui fica evidente o conflito entre os modos de conhecimento oral e escrito, traduzido pela oposição entre a aldeia e a escola.

De repente a professora pegou o livro e mostrou a capa, que tinha o desenho do Saci-Pererê. Karáí sentava na frente e pôde ver muito bem. Assustou-se e ficou espantado [...]

Karáí, só ouvia, espantado com tudo o que escutava. Sua mãe falava bem dele e dizia tudo ao contrário do que ouviu da professora [...]

Quando a professora terminou, os alunos ficaram fazendo mais perguntas e ela respondia todas. Só o Karáí é que não fez nenhuma pergunta (JEKUPÉ, 2002b, p. 30).

É desse mundo, ao qual pertence a mãe de Karáí, que *Verá: o contador de histórias* (JEKUPÉ, 2003b) nos apresenta as suas performances narrativas. Trata-se de uma narrativa ficcional, com referências à oratura Guarani, colocada em ação pela performance do personagem Verá, em situações cotidianas. Essa obra encontra-se comprometida com o propósito de comunicar a vivacidade da oratura, uma escrita que comunica a oralidade Guarani. “Os meninos ficaram impressionados com mais essa história. - É uma história muito bonita! - disse um deles. - Sim, vou contar para todos os parentes indígenas que eu conhecer! E quem sabe, um dia, eu me torne um contador de histórias num programa de rádio [...]” (JEKUPÉ, 2003b, p. 42).

Do imaginário mitológico Guarani

Como vimos até aqui, a *tekoa* é representada como condição de deslocamentos, não como unidade autorreferenciada sob o signo da fixidez. Os temas da busca pela terra sem mal e a caminhada dos gêmeos Sol e Lua para encontrar sua mãe e seu pai são referenciais míticos que conferem relevo ao movimento, matéria de ficcionalização da literatura nativa de Olívio Jekupé.

No que diz respeito à busca pela terra sem mal, algumas versões de narrativas e cantos Guarani atribuem às situações adversas o motivo da caminhada em busca de um lugar onde o modo de vida, *nbandereko*, pudesse ser, plenamente, vivido. Esse aspecto encontra lugar na produção literária do escritor Guarani, que, como observamos acima, busca meios para a defesa dos povos originários e a afirmação da *tekoa*. Esse movimento para fora, mesmo por meio da literatura, é constitutivo do *fazer diferir* da produção da vida Guarani.

De maneira correlata, o movimento das personagens da literatura de Olívio Jekupé caminham também movidos pela ideia de recuperação produtiva de elementos capturados,

ora divindades e ora narrativas, e que devem ser restabelecidos no seu devido lugar. É o que se passa com o personagem Karaí, em *O saci verdadeiro* (JEKUPÉ, 2002b), quando diz a sua mãe que buscará aprender a escrever para contar as suas histórias, porque a versão *jurua* (“dos brancos” e “não indígenas”) não as contemplam. Esse movimento de procura, que inclui situações de risco, é análogo à caminhada dos gêmeos Sol e Lua para encontrar sua mãe, ambos objetos de sucessivas capturas. Disso podemos depreender, conforme leituras das obras de Jekupé, que a ordem cosmológica é produzida também com a mobilidade.

O tema dos atravessamentos de fronteiras, dos trânsitos e das circulações aproxima a condição de Jekupé à condição do espírito Jeupié, presente em *A fala sagrada* (CLASTRES, 1990). Antes da disjunção das terras e do fim do convívio dos humanos com as divindades, a sua vida era conjunta e viviam na abundância. No entanto, Jeupié, que era humano, teria transgredido a regra que conferia distinção às divindades; ao constituir relação amorosa com sua tia, Jeupié praticou o incesto, que era uma interdição.

Embora isso tenha desencadeado a disjunção das terras e a separação de humanos e divindades em distintos domínios de existência, Jeupié havia agido como um deus. Diante da condição ambígua do transgressor, as divindades mantiveram Jeupié junto aos deuses, evitando a sua ida à terra com os demais humanos. A condição de estar “entre mundos” aproxima, portanto, Jeupié e Jekupé.

Do imaginário não indígena

Um caso ilustrativo da leitura não indígena trata-se da interpretação dos personagens que são animais falantes, como é o caso da obra *Iarandu, o cão falante* (JEKUPÉ, 2002c). Sabe-se que, no pensamento ameríndio, é muito recorrente a narrativa de que nos tempos antigos os animais falavam, e que teriam perdido a sua capacidade de fala com a especiação originada por acontecimentos disjuntivos. No entanto, no que diz respeito à literatura infantil, a interpretação a respeito dos animais falantes é muito distinta.

Do ponto de vista da literatura infantil, as narrativas de animais falantes são classificadas como “lendas”, “fábulas” ou “folclore”, narrativas de eventos “fantásticos” e irreais. Essa interpretação contrasta com o reconhecimento ameríndio da intencionalidade e da capacidade comunicativa de animais, ou antes revela um conflito ontológico entre as diferentes leituras da literatura de Olívio Jekupé.

Ao permitir a interpretação *jurua* dos movimentos realizados pelas personagens Guarani, Jekupé obriga o leitor a avaliar a relação que as pessoas indígenas estabelecem com a sociedade nacional. Um leitor pouco familiarizado com a situação fundiária dos povos indígenas no Brasil, poderia situar os trânsitos entre a aldeia e a cidade como expressão da integração dos índios à sociedade nacional. Nesse sentido, é mérito da literatura de Olívio Jekupé antever esse julgamento e apresentar ao leitor *jurua*, na figura de Verá, de *Ajuda do Saci* (JEKUPÉ, 2006), e Karaí, de *O saci verdadeiro* (JEKUPÉ, 2002b), a coexistência, às vezes conflitante, de modos distintos de conhecimento. Mais do que isso, a literatura de Jekupé convida o “não indígena” à *tekoa* para fazer diferir – evento vivido pelo personagem Carlos, em *Tekoa* (JEKUPÉ, 2011); ao invés do sufocamento das tradições indígenas – “sob o asfalto quente da cidade” (JEKUPÉ, 2011, p. 27) –, a *tekoa* agencia movimentos.

Essa leitura *jurua* pode situar os deslocamentos Guarani como fruto das injunções produzidas na relação com a sociedade nacional. No entanto, mesmo que a leitura esteja sujeita a ambiguidades, ela não se deixa levar pela interpretação integracionista. Como

dissemos anteriormente, as personagens fazem, quase sempre, alusão à *tekoa* como condição dos deslocamentos bem-sucedidos. Prova dessa leitura é a narrativa do personagem Vera, que, ao ser atropelado na cidade, teve sua vida colocada em risco e perdeu o movimento das pernas. Embora a medicina *jurua* o tenha mantido vivo, não foi capaz de devolver ao personagem o movimento que lhe era próprio. Apenas na *tekoa* sua mobilidade foi recuperada mediante a cura xamânica.

Fazer diferir, a ocupação literária

Se optamos acima pela exposição das leituras em duas seções, não foi porque elas se opõem de maneira dualista. Ao contrário disso, as duas (ou mais!) leituras deslizam uma sobre a outra, imagem própria de uma literatura de movimento e que realiza trânsitos culturais também na interação do leitor com o texto literário. A literatura nativa de Olívio Jekupé visualiza uma dupla interlocução sujeita a ambiguidades, contradições e conflitos ontológicos.

Muito embora a *literatura nativa* de Olívio Jekupé sofra restrições diversas, seja aquela promovida pela classificação editorial, ou a produzida pela articulação entre o Núcleo de Artistas e Escritores Indígenas e a Fundação Nacional do Livro Infantojuvenil, ela inscreve, ainda assim, uma dissidência singular entorno dos sentidos atribuídos à literatura indígena. Ao invés da interpretação fundacionista da escrita quanto à atividade literária, a ficção de Olívio Jekupé ativa o imaginário da oralidade como independente e produtora de singularidades do processo literário.

Se não podemos examinar, precisamente, os leitores da literatura de Olívio Jekupé, podemos, por outro lado, encontrar nos seus textos indícios da expectativa de interação com a sua obra. No que diz respeito aos modos de conhecimentos através dos quais a obra do escritor Guarani transita, podemos afirmar que a escrita literária de Jekupé constitui-se enquanto um conectivo, que ora contradiz, ora acrescenta ou complementa uma oratura. A ficção de Jekupé aposta no tensionamento, comunicando algo nada trivial.

Trata-se, portanto, de uma contraofensiva análoga à ocupação de terras. Aqui o propósito é a ocupação de territórios imaginários, a descolonização do imaginário *jurua* sobre os Guarani e demais povos indígenas no Brasil. *Como se* no interior do território literário, em um movimento de ocupação, o escritor reivindicasse determinadas condições de enunciação Guarani.

Há, nesse sentido, uma intertextualidade a ser investigada, traçada em dissidência com a literatura bandeirista. A narrativa do atropelamento de Verá, que faz alusão ao atropelamento das terras indígenas, colhe do cerceamento da vida indígena no país para ativar o imaginário das construções de estradas que, paradoxalmente, funcionam como um entrave para os múltiplos deslocamentos, produzindo sujeitos incapazes de movimento. Carlos, em *Tekoá* (JEKUPÉ; OLÍVIO, 2011), formula esse paradoxo de uma maneira particular, ao dizer que os Guarani estão próximos da cidade de São Paulo, ocupando um lugar de fácil acesso e tão pouco visitado. Mais do que uma simples defesa da visita a uma terra indígena, Carlos sugere um lugar de visita no imaginário. Seu retrato das tradições indígenas escondidas pelo asfalto (JEKUPÉ, 2011) corrobora a interpretação do atropelamento de Verá (JEKUPÉ, 2003). Com o propósito de correr mais rápido, os *jurua* se movimentam muito pouco.

A literatura de Olívio Jekupé é, certamente, encontro intempestivo. Uma literatura comprometida com a pluralidade dos mundos e com a possibilidade de transitarmos entre eles e nos fazermos diferir, sempre. A literatura nativa de Olívio Jekupé realiza, então, o *-guata* (“caminhar”, “viajar”), que promove caminhos e se protege do enclausuramento da identidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. I.; QUEIROZ, S. **Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação.
- Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jan. 2001. S. 1.
- CLASTRES, P. **A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani**. (Trad. Nícia Adan Bonatti). Campinas: Papirus, 1990.
- JEKUPÉ, O. **500 anos de angústia**. Publicação independente, São Paulo: 1999.
- _____. **Ajuda do Saci**. São Paulo: DCL, 2006.
- _____. **Iarandu, o cão falante**. São Paulo: Peirópolis, 2002c.
- _____. **O Saci verdadeiro**. Londrina: EDUEL, 2002b.
- _____. (Org.). **As Queixadas e outros contos Guarani**. São Paulo: FTD, 2013.
- _____. **Tekoa: conhecendo uma aldeia indígena**. São Paulo: Global, 2011.
- _____. **Verá: o contador de histórias**. São Paulo: Peirópolis, 2003.
- _____. **Xerekó Arandu: a morte de Kretã**. São Paulo: Palavra de Índio, 2002a.
- JEKUPÉ, O.; KEREXU, M. **A mulher que virou urutau**. São Paulo: Panda Books, 2011.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. São Paulo: Ática, 1999.

O julgamento espetáculo de Adolf Eichmann

Aline Xavier ¹
Desirée Soares ²
Beatriz Wey ³

Resumo: O julgamento do nazista Eichmann não foi o primeiro e nem será o último em que as garantias jurídicas, bem como a parcialidade do trabalho dos operadores do direito, estão ausentes. O predomínio da judicialização da política revela elementos extrajudiciais, marcados pela imprevisibilidade e garantidos por acordos assegurados pelo segredo de justiça. Como todo julgamento ocorre por meio de um rito, os elementos políticos dificilmente são identificados, exceto quando os destacamos e interpretamos seus significados e significantes. Dentre os principais aspectos, nos deparamos com a composição do julgamento; o lugar ocupado pelo réu; os crimes pelos quais foi acusado; o advogado de defesa; a disposição do público e demais fatores que tornam todo julgamento politizado em um julgamento teatralizado.

Palavras-chave: Eichmann, teatralidade, Corte Distrital de Jerusalém, Hannah Arendt.

The Judgment Spectacle by Adolf Eichmann

Abstract: The trial of Nazi Eichmann was not the first nor will be the last one in which legal guarantees as well as partiality of jurists work are absent. The predominance of politics judicialization reveals extra-judicial elements, marked by unpredictability and guaranteed by agreements secured by judicial secrecy. As any trial takes place through a rite, the political elements are hardly identified, except when we highlight them and interpret their meanings and significant. Among the main issues, we face the composition of the trial; the place occupied by the defendant; the crimes for which he was accused; the defense lawyer; the role played by the audience and other factors that make all politicized trial in a dramatized trial.

Key-words: Eichmann, drama, Jerusalem's Court, Hannah Arendt.

INTRODUÇÃO

No dia 11 de Abril de 1961, iniciava-se, em Jerusalém, o julgamento de Otto Adolf Eichmann, ex-tenente coronel das SS responsável pela emigração forçada e pelo transporte milhares de judeus durante o regime nazista alemão. Seu julgamento foi o segundo maior julgamento de nazistas, depois dos Tribunais de Nuremberg. Eichmann foi sequestrado no dia 11 de Maio de 1960, na rua de sua casa, localizada no bairro de San Fernando, subúrbio de Buenos Aires. O nazista vivia desde 1950 na Argentina sob um passaporte falso fornecido em Gênova, Itália, por um monge franciscano (MUCZNIK, 2017).

Agentes do *Mossad*, o serviço secreto israelense, após receberem uma denúncia de sua localização, foram acionados pelo primeiro ministro Ben-Gurion para investigarem “Ricardo Klement” por cerca de dois anos, até que tivessem evidências suficientes para capturá-lo.

1 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro .

2 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

3 Doutora em Ciência Política pelo antigo IUPERJ. professora adjunta III da universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, E-mail: beatriz.wey@gmail.com

Eichmann passou cerca de dez dias preso em um quarto, numa casa alugada pelos agentes e foi coagido a assinar uma declaração em que concordava ser levado a Israel para ser julgado por um tribunal israelense.

Em Jerusalém, Eichmann foi examinado por peritos que atestaram sua “normalidade”. Arendt (2010) vê o acusado em toda sua mediocridade: “Um arrivista de pouca inteligência, uma nulidade pronta a obedecer a qualquer voz imperativa, um funcionário incapaz de discriminação moral – em suma, um homem sem consistência própria [...]” (ARENDR, 2010, p. 01).

Este artigo visa fazer uma análise do julgamento de Otto Adolf Eichmann, condenado à pena de morte por enforcamento em 31 de maio de 1962. Para esse fim, atentaremos para uma bibliografia específica, buscando elencar fatores importantes na compreensão do julgamento do nazista. Tais fatores visam elucidar a teatralidade da corte do julgamento de Eichmann tendo como base a visão de Hannah Arendt (2010)⁴, porém identificando outros elementos essenciais que, direta ou indiretamente, influenciam no resultado do processo de um criminoso, como o papel da mídia de produzir uma “diabolização”⁵ da imagem do acusado; o conceito de atos de estado; as acusações contra Eichmann e seu acesso à justiça.

Teatralidade

“Atestado de normalidade”

Michael Foucault (2004), em sua obra *Vigiar e Punir*, verifica que, com o passar dos anos, a supressão do espetáculo punitivo – ou seja, o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado a fogo, exposto vivo ou morto dado como espetáculo em praça pública – dos tempos medievais deu lugar a uma nova forma de julgamento penal que não mais tem o corpo como alvo principal da repressão, mas a “alma” do acusado, que neste artigo entendemos por consciência.

O autor afirma que, desde a Idade Média, eram três as condições que permitiam estabelecer um julgamento como verdade bem fundada: (1) estabelecer a verdade de um crime, (2) determinar seu autor e (3) aplicar-lhe uma sanção legal. O julgamento penal que temos nos nossos dias, no entanto, insere uma nova condição que pretende não apenas conhecer a infração, o responsável e aplicar a lei, mas compreender, dentre outros fatores, o significado do crime e o processo causal que levou o acusado a cometê-lo.

Foucault (2004) analisa ainda os efeitos da nova retenção do acusado, observando que um exército de técnicos entra para substituir a figura do carrasco e fracionar o poder legal de punir do juiz. São esses: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos e os educadores.

Aos psiquiatras cabe dizer se o indivíduo é “perigoso”, se apresenta um risco para a sociedade e como proteger-se dele (FOUCAULT, 2004). Hannah Arendt (2010) considera esses profissionais como “peritos da alma”, uma vez que seu trabalho é, dentre outros, avaliar a consciência do acusado. A estes também cabe atestar a “normalidade”, como fizeram com Eichmann:

4 A obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, da cientista política Hannah Arendt, é o resultado de seu trabalho no processo de Eichmann em Jerusalém, em que atuou como jornalista correspondente da revista norte-americana *The New Yorker*.

5 Termo utilizado por Garapon em: **O juiz e a democracia, O guardião das promessas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

Meia dúzia de psiquiatras haviam atestado sua ‘normalidade’ – ‘pelo menos, mais normal do que eu fiquei depois de examiná-lo’ teria exclamado um deles, enquanto outros consideraram seu perfil psicológico, sua atitude quanto a esposa e filhos, mãe e pai, irmãos, irmãs e amigos, ‘não apenas normal, mas inteiramente desejável’– e, por último, o sacerdote que o visitou regularmente na prisão depois que a Suprema Corte terminou de ouvir seu apelo tranquilizou a todos declarando que Eichmann era ‘um homem de ideias muito positivas’ (ARENDDT, 2010, p. 37).

Embora atestado como “normal” e sem qualquer grau de periculosidade a oferecer, Eichmann, um homem de carne e osso, um burocrata que alegava apenas ter seguido ordens de um sistema legal, encontrava-se atrás de uma cabine de vidro blindada, cercado por dois guardas do início ao fim de cada sessão do julgamento, como nos mostra a figura 1⁶.

No trecho abaixo, uma breve descrição do acusado:

A justiça insiste na importância de Adolf Eichmann, filho de Karl Adolf Eichmann, aquele homem dentro da cabine de vidro construída para sua proteção: altura mediana, magro, meia-idade, quase calvo, dentes tortos e olhos míopes, que ao longo de todo o julgamento fica esticando o pescoço para olhar o banco de testemunhas [...], que tenta desesperadamente, e quase sempre consegue, manter o autocontrole, apesar do tique nervoso que lhe retorce a boca [...] (ARENDDT, 2010, p. 15).

Podemos fazer uma comparação da posição de Eichmann no julgamento com a dos presos da figura 2, retirada da obra de Foucault (2004). Trata-se de uma conferência sobre os males do alcoolismo no auditório da prisão de Fresnes, na França, na qual os presos encontram-se cada qual isolado em sua própria cabine de madeira, com uma pequena abertura retangular na altura de suas cabeças, para que assistam à palestra sem que possam se movimentar, ou seja, sem oferecer qualquer risco e vigiados a todo o momento.

Eichmann passou cerca de sete meses aguardando seu juízo, enquanto era interrogado e frequentemente visitado por peritos. Isolado em uma cela individual, na prisão de Ramleh, cerca da capital Tel Aviv, o acusado teve toda sua rotina vigiada por policiais (WALLESTEIN, 1962). As figuras 3 e 4⁷ a seguir mostram Eichmann no jardim da prisão e em sua cela, respectivamente.

6 Imagem retiradas do endereço online do Centro de Memória do Holocausto. (*Yad Vashem*).

7 Imagens retiradas do endereço online do Centro de Memória do Holocausto (*Yad Vashem*).

Figura 1 – Eichmann em seu julgamento



FONTE: *Yad Vashem*

Figura 2 - Presos em julgamento



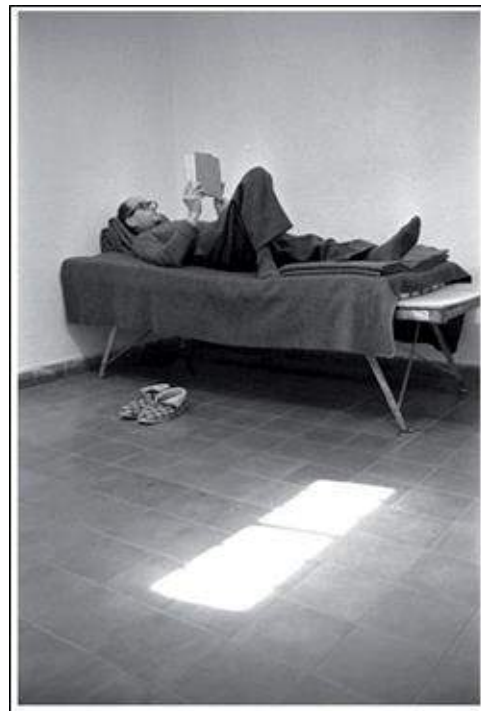
FONTE: FOUCAULT, 2004

Figura 3 – Eichmann no jardim da prisão



FONTE: *Yad Vashem*

Figura 4 – Eichmann em sua cela



FONTE: *Yad Vashem*

O novo lugar do espetáculo: da morte-suplício⁸ ao julgamento público

De acordo com Foucault (2004), a punição pouco a pouco deixou de ser uma cena, especialmente pelos efeitos negativos de selvageria que produzia: “[...] acostumando os espectadores a uma ferocidade de que todos queriam vê-los afastados, mostrando-lhes a frequência dos crimes, fazendo o carrasco se parecer com criminoso, os juízes aos assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e admiração” (FOUCAULT, 2004, p. 13)

Por essa razão, a justiça não mais assume a parte da violência que está ligada ao seu exercício. É no julgamento público (e não na execução da pena) que o escândalo e a luz são partilhados, pois “[...] é a própria condenação que marcará o delinquente com sinal negativo e unívoco: publicidade, portanto, dos debates e da sentença [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 13)

Uma possível relação entre a “publicidade nos debates e na sentença”, a que se refere Foucault (2004), e a tarefa que a imprensa buscou desempenhar durante as sessões do tribunal israelense pode ser traçada aqui. As centenas de jornalistas que fizeram a cobertura do julgamento espetáculo de Eichmann cuidaram de conferir o aspecto público necessário ao processo jurídico moderno descrito na obra de Foucault (2004). A imprensa levou a opinião pública a formar uma imagem do acusado que buscamos esclarecer na sequência deste artigo.

O julgamento espetáculo

O prédio do tribunal em Jerusalém tinha aspecto de uma fortaleza. Centenas de policiais controlavam as entradas e saídas de todas as pessoas, especialmente dos 500 jornalistas que fizeram a cobertura do julgamento. Somente para este fim foi montada uma sala com telégrafos e telefones (GESSAT, 2017), como mostram as figuras 5 e 6⁹ abaixo.

Figura 5 – Tribunal em Jerusalém



FONTE: *Yad Vashem*

Figura 6 – Tribunal em Jerusalém



FONTE: *Yad Vashem*

8 O termo “morte-suplício”, comum nas execuções da Idade Média, é esclarecido por Foucault como a morte que produz uma quantidade de sofrimento que se pode apreciar, comparar e hierarquizar, que correlaciona o tipo de sofrimento físico à gravidade do crime cometido (FOUCAULT, 2004).

9 Imagens retiradas do endereço online do Centro de Memória do Holocausto (*Yad Vashem*).

Elucidando tais elementos, Hannah Arendt (2010) descreve como a composição do julgamento se assemelhava a um espetáculo de teatro. O julgamento de Eichmann foi exibido pela televisão, e segundo Arendt (2010)¹⁰, os objetos estavam dispostos a fim de formar uma composição perfeita do “palco” montado em que ocorreria um dos maiores espetáculos de magnitude histórica. Tal disposição dos objetos relembra o teatro italiano, o qual tem no palco cênico o principal elemento, sobre-elevado diante de uma única plateia (RODRIGUES, 2017). Essa é a tipologia de teatro mais clássica da cultura ocidental e a semelhança entre o palco italiano e o “espetáculo” do julgamento de Eichmann, pode ser confirmada também pela passividade com que a plateia se dispôs diante da cena do julgamento.

Como Hannah Arendt (2010) relata, nem mesmo o presidente do júri Moshe Landau conseguiu impedir que o julgamento se assemelhasse a um espetáculo, pois tinha-se um palco diante de uma plateia com vários elementos que formam uma composição perfeita de peça de teatro. Vejamos: “[O palco contava] com o esplêndido grito do meirinho no começo de cada sessão produzindo o efeito de uma cortina que sobe. Quem planejou este auditório da recém-construída Beth Ha’am, Casa do Povo [...] tinha em mente um teatro completo, como se fosse de orquestra e sua galeria, com prosênio e palco, e portas laterais para a entrada dos atores” (ARENDRT, 2010, p. 14-15).

Por meio do trabalho publicado de André Latorre¹¹ e Eliana Malanga¹² acerca da história da cenografia ocidental, podemos ainda comparar a composição do palco italiano com a do auditório da Casa do Povo. Antigamente, os primeiros teatros romanos tinham construção em madeira e eram feitos principalmente para festivais, porém, mais tarde, sua estrutura ganhou nova forma, sendo composto por um semicírculo que separa a passagem entre o palco e o auditório. Assim, segundo eles: “Com o passar do tempo, o gosto romano foi sendo colocado na arquitetura destes prédios. Na arquitetura romana, estes teatros eram feitos a partir de um semicírculo perfeito, que desembocava logo no limite onde se iniciava o espaço da cena. Com isso fechava-se a passagem entre o palco e o auditório” (LATORRE; MALANGA, 2013, p. 9).

Adiante, segue abaixo a comparação das imagens dos diferentes cenários pelos quais podemos enfatizar tal semelhança abordada anteriormente: trata-se dos tipos de cenários em Roma (Figura 7); do esboço da estrutura do julgamento de Eichmann (Figura 8); e da fotografia tirada do julgamento de Eichmann na Corte Distrital de Jerusalém (Figura 9). Vejamos:

Figura 7 – Tipos de cenários em Roma



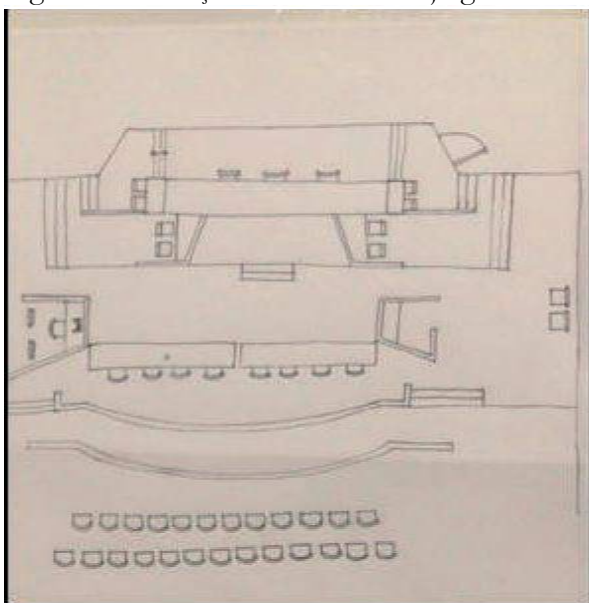
Fonte: DEL NERO, 2009.

10 Em sua obra, Arendt apresenta o cenário como uma espécie de palco, comparando o julgamento a uma espécie de peça de teatro ou espetáculo. (ARENDRT, 2010).

11 André Latorre é diretor de teatro, pós-graduado em Artes Cênicas pela Faculdade Paulista de Artes, onde é professor do curso de teatro.

12 A Profa. Dra. Eliana Branco Malanga orientou este trabalho, originalmente apresentado como monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Artes Cênicas.

Figura 8 - Esboço da estrutura do julgamento de Eichmann



FONTE: Raquel Cavalcante¹³

Figura 9 - Fotografia do julgamento de Eichmann



Fonte: *Yad Vashem*

A plateia, que devia representar o mundo todo, iria assistir, portanto, “a um espetáculo tão sensacional quanto os julgamentos de Nuremberg, só que dessa vez a tragédia do judaísmo como um todo constituiria a preocupação central” (ARENDDT, 2010, p.16). Segundo Hannah Arendt (2010), o espetáculo que Ben-Gurion, primeiro ministro de Israel naquele momento, esperava, de fato ocorreu, e as lições em que ele acreditava que deveriam ser ensinadas foram dadas ao mundo inteiro. Apesar dos habitantes da Alemanha não se incomodarem com assassinos soltos, “se a opinião pública mundial [...] teimava e exigia que aqueles indivíduos fossem punidos, eles estavam inteiramente dispostos a agir, pelo menos até certo ponto”

13 Raquel Cavalcante da Silva é graduanda em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi convidada para nos auxiliar traçando um esboço do que seria a vista de cima do Tribunal de Jerusalém, de modo a contribuir para a comparação da *Corte* com o palco italiano.

(ARENDDT, 2010, p. 27).

Os juízes, segundo Garapon (2001) em *O juiz e a Democracia*, tornam-se celebridades, não por seus méritos, mas pelas personalidades que puseram sob investigação. Assim, recebendo esse papel, muitas vezes são tentados a aproveitar desse poder. No caso do julgamento de Eichmann, apesar do juiz Mosche Landau ter procurado evitar o aspecto teatral, a cada fala dos promotores ou do advogado de Eichmann (Dr. Servatius), ficava mais evidente o caráter teatral do julgamento. Por mais que eles evitassem os refletores, ali estavam eles, sentados no alto da plataforma, na frente da plateia “como se estivessem no palco para atuar numa peça” (ARENDDT, 2010, p. 16).

Contudo, o acusado, encubado em uma cabine de vidro, revelou-se ser o oposto de tudo aquilo que esperavam e de toda a imagem de monstro propagada. Não era um simples conhecedor de suas falhas e de sua maldade, era antes, uma “vítima” nesse processo, “um indivíduo no banco dos réus, uma pessoa de carne e osso” (ARENDDT, 2010, p. 31).

Eichmann, segundo Hannah Arendt (2010), não estava sendo julgado somente pelos crimes que cometera, mas sim por todo o massacre ocorrido contra os judeus. Essa sobrecarga fica evidente quando a autora expõe o papel central das organizações judaicas¹⁴ no holocausto e a simpatia por parte dos nacionalistas árabes à Solução Final, além dos contatos diários entre organizações judaicas e a burocracia nazista.

Assim, toda a centralidade do processo de acusação de Eichmann girou em torno da história que compôs a trilha da estrada manchada de sangue que o povo judeu percorreu. Para Arendt (2010), a tentativa deliberada de contar apenas o lado judeu da história no julgamento distorcia a verdade. Um aspecto fundamental elucidado por Garapon (2001) que influi diretamente nos resultados de um processo é o papel da mídia que, no caso de Eichmann, exerceu uma forte presença, pelo fato do julgamento ter sido transmitido ao vivo em rede televisiva. Segundo ele:

[A mídia, principalmente a TV] desmonta a própria base da instituição judiciária, abalando a organização ritual do processo, seu iniciar através do próprio procedimento. Ela pretende oferecer uma representação mais fiel da realidade do que as ilusões processuais. Trata-se, portanto, de uma concorrência para a realização da democracia. A mídia desperta a ilusão da democracia direta, quer dizer, o sonho de um acesso à verdade, livre de qualquer mediação (GARAPON, 2001, p. 75).

Garapon (2001) utiliza dos escritos de Durkheim para assinalar a principal finalidade da justiça: corrigir uma perturbação causada à consciência coletiva e “interromper o ciclo da vingança pelo espetáculo catártico de uma violência deliberada e legítima. Para tal correção, isso requer reconhecimento da autoridade da justiça, precisamente aquela que a mídia lhe rouba. Com isso, ela ameaça mergulhar todos nós no inferno Kafkiano¹⁵ do processo

14 Arendt, ao longo de sua obra, apresenta o papel que as organizações judaicas desempenharam na contribuição ao sistema nazista. Ela cita como exemplo a organização judaica que se transformou no núcleo do Exército Israelense denominada “O homem do Haganah” com a qual Eichmann teve contato quando recebeu um convite de visitar a Palestina (ARENDDT, 2010).

15 A literatura kafkiana percorre, de forma atemporal, as inquietações dos homens frente ao complexo sistema social e jurídico. Josef K, a personagem da obra de Kafka é parte constitutiva de uma engrenagem da qual desconhece seu sentido e, sobretudo, a maneira como deve estabelecer um elo de comunicação plausível. Nesse sentido, a incomunicabilidade em Kafka é uma categoria que pertence ao cotidiano, que leva a oposição de caracteres; daí a razão

perpétuo” (GARAPON, 2001, p. 83).

Essa análise nos leva a fazer os seguintes questionamentos: deveria, então, as sessões serem filmadas? Será que o fato de o julgamento de Eichmann ter sido transmitido pela TV influenciou na decisão do juiz e em sua pena de morte? Garapon (2001) aponta duas versões a fim de responder esses questionamentos.

Na primeira versão temos os defensores do sim – de que as câmeras devem entrar nas salas de audiência, como o Canal de TV dos EUA (Court TV) – os quais acreditam que essa medida invoca a transparência, a publicidade como condição de um processo justo. Contudo, Garapon (2001) acredita que as câmeras não deveriam entrar nas salas de audiência, pois isso leva a uma lógica de espetáculo estranho à justiça.

Segundo ele, “a imagem deve estar a serviço da democracia, não a democracia a serviço da imagem” (GARAPON, 2001, p. 89).

Assim, uma vez que o julgamento é transmitido, ele invoca a emoção, e a emoção retarda a compreensão dos fatos. Conforme Garapon (2001), o processo focaliza necessariamente a atenção sobre uma só pessoa, o acusado, o que pode decorrer na “diabolização” da imagem do réu, como no caso de Eichmann. Ainda segundo ele: “Indivíduos são transfigurados em demônios. Ora, o nazismo não foi um feito de monstros. Era todo um sistema, toda uma burocracia, uma estrutura estatal composta de gente ‘comum’ que trabalhava pacientemente para a realização da Proposta Final, apoiando-se no aparelho de um grande Estado moderno” (LANZMANN, 1993 apud GARAPON, 2001, p. 90-91)

Porém, apesar de toda a complexidade do sistema nazista e de Eichmann ter sido julgado não somente pelos crimes que cometera e sim por todo o regime, como Arendt (2010) defende, essa era a única casa da justiça que teria inegavelmente a tarefa de estabelecer o veredicto final, independente de toda a teatralidade e do caráter de espetáculo que o julgamento viesse ter.

Acusações contra Eichmann

De acordo com Hannah Arendt (2010), Eichmann fora objeto de cinco acusações pela Corte Distrital de Jerusalém, dentre as quais: crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (ARENDR, 2010).

Os julgamentos ocorridos em Nuremberg foram citados pela corte de Jerusalém como um precedente válido (ARENDR, 2010) e podemos observar que as acusações contra Eichmann também foram levantadas contra os 22 réus de Nuremberg¹⁶.

De acordo com os juristas Tatiane Silva (SILVA, 2014) e Marcos Zocoler (ZOCOLER, 2013), os seguintes atos, ou qualquer um deles, são crimes sob a jurisdição do Tribunal de Nuremberg aos quais foi atribuída responsabilidade individual:

Crime de conspiração e atos deliberados de agressão: especificamente, executar planos

de sentir-se um criminoso que observa um crime que não cometeu. Por isso sugestiona o leitor a pensar no desaparecimento dos vínculos e no descrédito das convenções, ao mesmo tempo em que se empenha na criação de novas raízes, seja como um esforço para livrar-se de um crime (CALASSO, 2006) ou para atingir as portas de um inatingível castelo para o qual foi contratado como um prestador de serviço (KAFKA, 1997). Aqui sugerimos que Eichmann se assemelha a Josef K, por ser uma pequena peça de um sistema muito maior (a máquina burocrática do Terceiro Reich), alegando que não cometera crime algum.

16 Informações retiradas do endereço online do Memorial do Holocausto. Disponível em: < <https://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007722>> . Acesso em: 29 ago. 2016.

destinados a tomar o poder e instituir um regime totalitário;

Crimes contra a paz: especificamente, planejar, preparar, iniciar ou mover uma guerra de agressão, ou uma guerra em violação a tratados, acordos ou compromissos internacionais, ou participar de um plano ou conspiração comum para a consumação de qualquer um dos atos anteriores;

Crimes de guerra: especificamente, violação de leis ou costumes de guerra. Tais violações incluirão, mas não se limitarão a: assassinato, maus-tratos ou deportação para trabalho escravo, ou para qualquer outro propósito, de população civil de ou em território ocupado, assassinato ou maus-tratos de prisioneiros de guerra ou pessoas ao mar, assassinato de reféns, pilhagem de propriedade pública ou privada, destruição frívola de cidades, vilas ou aldeias, ou devastação não justificada por necessidade militar;

Crimes contra a humanidade: especificamente, assassinato, extermínio, escravidão, deportação e outros atos desumanos cometidos contra qualquer população civil, antes ou durante a guerra; ou perseguições, por motivos políticos, raciais ou religiosos, a fim de executar, ou em conexão com, qualquer crime de competência deste Tribunal, em violação, ou não, das leis domésticas dos países onde perpetrados.

Conforme complementam os juristas: líderes, organizadores, instigadores e cúmplices participantes na formulação ou execução de um plano ou conspiração comum para cometer qualquer um dos crimes supramencionados são responsáveis por todos os atos levados a cabo por qualquer pessoa que tenha executado tal plano.

Os artigos 7º e 8º do Tribunal de Nuremberg, adotados pela corte de Jerusalém, desmantelaram a defesa do advogado de Eichmann, Dr. Robert Servatius. Vejamos:

Art. 7º. A posição oficial dos réus, seja como Chefes de Estado ou oficiais responsáveis nos departamentos governamentais, não será considerada como isenção de responsabilidade ou atenuante.

Art. 8º. O fato de o réu ter agido em cumprimento a ordem de seu governo ou de seu superior não o eximirá da responsabilidade, mas poderá ser considerado atenuante se o Tribunal entender que tal será justo (ZOCOLER, 2013, p. 01)

Nas palavras do então primeiro ministro de Israel, Ben-Gurion: “Não é um indivíduo que está no banco dos réus neste processo histórico, não é apenas o regime nazista, mas o antissemitismo ao longo de toda sua história” (ARENDDT, 2010, p. 30).

Atos de Estado x Atos executados por ordens superiores

São muitos os questionamentos produzidos sobre o julgamento de nazistas no período pós-1945, que perpassam temas do campo jurídico, político e filosófico. Uma das implicações consiste em estabelecer a conduta jurídica mais adequada para categorizar atos de réus inseridos em um aparelho que combinava hierarquia militar e burocracia estatal, ou seja, diferenciar quem meramente seguia ordens (e se estes podem ser imputados) dos que foram responsáveis diretos pelos atos criminosos.

De acordo com Hannah Arendt (2010), o advogado de defesa de Eichmann poderia argumentar que os atos do acusado foram “atos cometidos por ordens superiores” (ARENDDT, 2010, p. 313), porém escolheu fazer uso dos “atos de Estado”, o que não foi aceito pela Corte Distrital de Jerusalém.

Atos de Estado, ou atos unilaterais de Estado, conforme definição do jurista Sebastião José Roque (2012), constituem declaração de vontade de um só Estado, criando para ele obrigações. Corresponde ao ato unilateral que, no plano interno, é chamado de “declaração unilateral de vontade”, porém produz efeitos perante outros Estados.

Classicamente, em torno do conceito de “atos de Estado”, conforme os juristas Maico Boeno e Heraldo Montarroyos (2017), se argumenta que um Soberano não tem direito de julgar outro Soberano. Entretanto, do ponto de vista prático (no Tribunal de Nuremberg, por exemplo) esse conceito teve de ser descartado porque senão nem mesmo Hitler, se vivo estivesse, poderia ser julgado, uma vez que este, enquanto chefe de Estado, também estaria abaixo da Constituição do Estado alemão.

Em se tratando de soberania, Miguel Reale (1960), no clássico *Teoria do Direito e do Estado*, define: “Soberania é o poder que tem uma nação de organizar-se juridicamente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões nos limites dos fins éticos de convivência” (REALE, 1960, p. 127). Nesse sentido, a *razão de ser* do Estado é assegurar o bom convívio, a defesa, a ordem e o progresso, responsabilizando-se pelas leis vigentes, não sendo, portanto, submisso às legislações estrangeiras. Encontramos um grande problema no conceito clássico de soberania: dentro desta visão, tanto o Tribunal de Nuremberg como qualquer Tribunal Penal Internacional não teria o direito de julgar as ações de um Estado soberano, pois são constituídos por outros Estados soberanos.

Outro conceito reavaliado por Arendt (2010) diz respeito aos “atos executados por ordens superiores”. Na condição desse conceito formalista, é ilegal violar os cânones e as imposições do sistema vigente, ou seja, o cidadão deveria obedecer tacitamente às obrigações do regime nazista. No tópico seguinte deste artigo procuramos oferecer possíveis explicações para as limitações e dificuldades da defesa do acusado.

Defesa do acusado

Robert Servatius nasceu em Colônia, na Alemanha, em 31 de Outubro de 1894. Na Primeira Guerra Mundial, ele serviu como oficial de artilharia, e durante a Segunda Guerra voltou para o serviço militar, chegando ao posto de Major. Ele nunca foi um membro do partido nazista, e não esteve ligado a qualquer dos crimes praticados por nazistas. Nos julgamentos de Nuremberg, ele serviu como um advogado de defesa criminal. São casos notáveis a defesa dos nazistas Fritz Sauckel (executado), Karl Brandt (executado) e Paul Pleiger (condenado a 15 anos de prisão) em Nuremberg, e de Adolf Eichmann em Jerusalém (DINNER; GROSS; WEISS, 2006).

Um número de advogados foi oferecido pelo governo israelense para a defesa de Eichmann, porém este escolheu o Dr. Servatius. Como resultado, a lei israelense teve de ser alterada para permitir que isso ocorresse, pois até esse momento, os advogados estrangeiros não tinham direito à audiência nos tribunais israelenses. A alteração foi feita, habilitando somente aqueles que enfrentavam uma carga de capital a serem representados por um advogado não israelense.

Antes de ser nomeado para defender Eichmann, o *Mossad* investigou a história de Servatius, mas não encontrou nada, o que muito incomodou a eles. Embora contratado por Eichmann, Servatius foi pago pelo governo de Israel, seguindo um precedente estabelecido em Nuremberg¹⁷. Ele foi ajudado na defesa de Eichmann por Dieter Wechtenbruch.

¹⁷ Nesta pesquisa não foram encontrados registros de um aparato legal que regia a Corte Distrital de Jerusalém. A partir da leitura de Arendt, compreende-se que todo o julgamento de

A curiosa opção de Eichmann por Dr. Servatius, conhecidas as sentenças de seus clientes nazistas no Tribunal de Nuremberg, nos leva a refletir sobre as condições dessa possível escolha. Para Arendt (2010), Eichmann havia encontrado significado para sua vida medíocre dentro do movimento nazista: “De uma vida rotineira, sem significado ou consequência, o vento o tinha soprado [...] para dentro de um Movimento sempre em marcha [Partido Nazista] e no qual alguém como ele – já fracassado aos olhos de sua classe social, de sua família [...] podia começar de novo e ainda construir uma carreira” (ARENDDT, 2010, p. 45).

Eichmann, de fato, construiu uma carreira e demonstrou sua capacidade de organização e de planejamento nos cargos que assumira dentro da estrutura burocrática do Terceiro Reich. A todo o momento alegava em seu favor que nunca assassinara um judeu sequer, porém, assume que seu trabalho tornara o destino destes mais ágil de ser executado sempre que tinha oportunidade. Como nos mostra o trecho: “Eichmann afirmou mais de uma vez que seu talento organizacional, a coordenação das evacuações e deportações obtidas por seu departamento, havia de fato ajudado suas vítimas, havia facilitado seu destino” (ARENDDT, 2010, p. 45).

Destacamos aqui outro aspecto da personalidade de Eichmann, elucidado por Arendt (2010): ele desejava contar vantagens sempre que fosse bem sucedido em alguma tarefa dentro da SS: afirmava que a autoria do plano de emigração forçada dos judeus austríacos era exclusivamente sua, quando, na visão da autora, ele apenas seguia ordens específicas de Heydrich¹⁸. Declarava ainda ter “inventado” o sistema de guetos de Theresienstadt para categorias privilegiadas de judeus e concebido a ideia de despachar judeus europeus para Madagascar, ambas “ideias” já levantadas por Heydrich em outros momentos (ARENDDT, 2010).

O comportamento de Eichmann na Corte de Jerusalém denunciava o pleno conhecimento que tinha de seu destino, muito antes de ser julgado. Algo que transparece esta constatação se dá quando é acusado de envolvimento em assuntos em que o posto ocupado por ele não lhe concedia autoridade de participar (como no caso da ordem para o exército fuzilar judeus sérvios em 1941) ao que responde interrogando se o Tribunal não tinha elementos o suficiente para condená-lo (ARENDDT, 2010).

Também não é preciso muito para admitir a improvável absolvição do acusado, dada a constituição de uma Corte exclusiva para o julgamento do ex-oficial nazista e todas as questões envolvidas na Operação *Mossad* (de sequestro de Eichmann). A absolvição de apenas dois dos 22 nazistas julgados em Nuremberg é mais um exemplo de tal improbabilidade.

Eichmann tornara-se um perito na questão judaica e participar de um gigantesco projeto de Estado como aquele representaria para ele uma enorme conquista, possivelmente a maior de sua vida, o que não fazia questão de negar. Outro aspecto que nos chama atenção são os desencontros e, por vezes, contradições, nas afirmações do advogado de defesa e seu cliente, como quando Servatius declara que Eichmann seria culpado apenas perante Deus, sendo que o acusado nunca confirmara tal afirmação e nem mesmo compartilhava da fé em um “Deus” (ARENDDT, 2010). Em outro momento, Eichmann desaprova abertamente a atitude de seu advogado em pular alguns documentos para apressar a chamada de testemunhas para

Eichmann foi amparado pelo conjunto jurídico estabelecido no Tribunal de Nuremberg e na Lei dos Nazistas e Colaboradores dos Nazistas de 1950 (ARENDDT, 2010). Esta alteração na lei israelense teria sido, portanto, a mudança significativa em relação à Nuremberg.

18 Reinhard Heydrich foi um oficial alemão, chefe do Serviço de Segurança do Reich (SD) e responsável pela Gestapo (Polícia Secreta). Foi um dos principais arquitetos da Solução Final. Para melhores informações vide: GERWARTH, 2013.

depor e faz questão de retornar aos documentos e alongar suas respostas a perguntas simples levantadas pela Corte, atrasando as sessões do julgamento¹⁹.

A opção por Servatius, nessas circunstâncias, leva-nos a crer que o acusado não apenas previa, mas até mesmo apetecia o mesmo destino dos nazistas e colaboradores do sistema nazista, entrando para a história do Terceiro Reich a todo custo. No julgamento espetáculo, Eichmann era a personagem principal, que dava sentido e articulação para todo o espetáculo. Suas falas, inúmeros clichês ensaiados, tinham o tom de descaso com todo o processo do julgamento. Sua expressão facial plácida, indiferente às acusações de crimes da pior espécie, denunciava a aceitação da sentença²⁰.

Isso nos leva a questionar: qual é o sentido para tamanha morosidade com que respondia às perguntas dos juízes? Tendo plena ciência de seu fim, porque retardar todo aquele procedimento exaustivo? Eichmann manifestou sua vontade de permanecer no centro de todo um espetáculo por mais tempo, de protagonizar a peça de sua própria vida, apegando-se aos momentos de fama, às luzes, à audiência, ao aparato de câmeras de TV, microfones e jornalistas que transcreviam suas falas. Teria ele outra oportunidade de se tornar uma personalidade mundialmente conhecida por seus feitos? Então que este momento durasse uma eternidade.

Considerações finais

Maquiavel (1973) afirmou que os homens trilham quase sempre estradas já percorridas, em parte pela natureza humana ser imutável (volúvel, competitiva e individualista), a mesma em todos os tempos e lugares; e pelo fato de o passado revelar situações de conflito e instabilidade que contribuem para compreendermos o presente. Acreditando no quanto este entendimento é verdadeiro, aqui recuperamos dados fundamentais sobre o julgamento de Adolf Eichmann para deixar ao leitor um convite à reflexão da história do século XX e sua relação com os dias atuais. Quantos julgamentos não apresentam as mesmas características do julgamento de Eichmann? Quantos réus são levados a se defenderem mesmo sabendo que o seu destino já foi traçado? Como saber o momento exato em que o jurídico é permeado pelo político e vice-versa?

Em grande parte, os elementos que compuseram o julgamento de Eichmann fizeram com que o processo jurídico se assemelhasse a um rito de magnitude histórica. Sem a iluminação desses elementos, em conjunto com lentes observadoras da política e do teatro, identificar essa relação torna-se um curso árduo.

Em linhas gerais, este artigo buscou analisar o julgamento do nazista trazendo os pormenores do aspecto teatral assinalado por Hannah Arendt (2010), acrescido de uma leitura crítica do papel da mídia na transformação das personagens em cena, e de uma leitura política das escolhas e comportamentos do acusado e sua relação com a defesa ao longo das sessões do tribunal.

Compartilhamos aqui da visão de que, no julgamento-espetáculo, Eichmann desempenhara um papel central no sistema nazista, carregando o fardo de todo o sofrimento

19 Informações retiradas do endereço online da Agência Telegráfica Judaica. Disponível em: <<http://www.jta.org/1961/06/30/archive/eichmann-shows-temper-against-servatius-court-orders-shorter-answers>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

20 Para mais informações, assista “*Adolf Eichmann- Biography*”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zc8SjK8bqRM>>. Acesso em: 09 set. 2016.

do povo judeu. No entanto, essa visão não deve ser confundida com a (des)culpa do acusado ou com o tratamento do mesmo como vítima de um processo histórico, sobretudo quando se sabe que alguns membros dos esquadrões de extermínio abandonaram seus postos sem sofrer maiores consequências²¹.

Finalizamos este trabalho de pesquisa compreendendo que, em matéria da Corte Distrital de Jerusalém, da operação de sequestro de Eichmann e de sua condenação como um todo, muitos pontos permanecem carentes de esquadramento. É por isso que nossa investigação não se encerra neste artigo, pelo contrário: aqui se inicia um exercício de escrutínio da história do século XX que cremos ser indispensável a todo aquele que deseja conhecer, descobrir e revisitar fontes, enfim, escrever sobre o presente.

Referências

ARENDDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.**

(Trad. José Rubens Siqueira). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOENO, M. R. de S.; MONTARROYOS, H. E. **O Risco da Massificação Administrativa na Burocracia Moderna: Uma Advertência Histórica de Hannah Arendt.** 2017

Disponível em:

<<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=86>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

CALASSO, R. **K.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1977.

DINER, D.; GROSS, R.; WEISS, Y. **Jüdische Geschichte als Allgemeine Geschichte.** Berlin: Editora Urheberrechtlich Geschütztes, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões.** 29. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

GARAPON, A. **O juiz e a democracia, o guardião das promessas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

GERWARTH, R. **O carrasco de Hitler.** Rio de Janeiro: Cultrix, 2013.

GESSAT, R. **1961: O Julgamento de Adolf Eichmann.** 2017. Disponível em:

<<http://www.dw.com/pt-br/1961-julgamento-de-adolf-eichmann/a-785685>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

21 Arendt afirma que Eichmann estaria faltando com a verdade ao afirmar que sua única alternativa era o suicídio, uma vez que os membros dos esquadrões de extermínio podiam abandonar seus postos sem grandes consequências. Além disso, nos documentos de Nuremberg, não se encontrou nenhum caso de membro da SS que tenha sofrido pena de morte por se recusar a participar de uma execução (ARENDDT, 2010).

KAFKA, F. **O Processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LATORRE, A.; MALANGA, E.; Cenografia: uma história em construção. **Arte Revista**, v.1, n.1, p. 1-25, 2013.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Atena, 1973.

MUCZNIK, E. **Ich Bin Adolf Eichmann**. 2017. Disponível em: <http://www.yadvashem.org/yv/es/education/articles/article_mucznic4.asp>. Acesso em: 11 jun. 2017.

REALE, M. **Teoria do Direito e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Martins, 1960.

RODRIGUES, E. Tipologias de Teatro. In: RODRIGUES, E. (Org.). **Apostila de Teatro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0154/00_aup0154_bases/Apostila_de_Teatro.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.

ROQUE, S. J. É preciso dar importância aos tratados internacionais, mormente os de natureza econômica. **Âmbito Jurídico** [online], v.15, n.100, 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1155>. Acesso em: 19 jul. 2016.

SILVA, T. F. O julgamento de Nuremberg e sua relação com os direitos fundamentais e com o direito internacional: uma análise necessária. **Revista do Laboratório de Estudos da UNESP**, n.13, /Marília, edição 13, maio/2014. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/levs/article/view/3746/2824>> Acesso em 29 de ago. 2016.

WALLESTEIN, A. **Yo Vi Ahorcar a Eichmann**. Madri: El Mundo, 1962.

ZOCOLER, M. R. O Tribunal Militar Internacional para a Alemanha – Tribunal de Nuremberg: seu caráter de exceção e o princípio da legalidade. **Revista Jus Navigandi** [online], v.18, n.3766, 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25599>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

Aportes foucaultianos para uma etnografia da empresa moral do bullying no contexto contemporâneo brasileiro

Juliane Bazzo¹

Resumo: No esforço de empreender uma reflexão antropológica acerca da empresa moral do *bullying* na contemporaneidade brasileira, minha tese de doutorado em andamento situa-o enquanto um “dispositivo” num sentido foucaultiano. *Bullying* designa em língua inglesa o ato decorrente do substantivo *bully*, que significa algo próximo a “brigão” ou “valentão” em português. Construto científico dos anos 70, cuja autoria é atribuída ao psicólogo e pesquisador sueco Dan Olweus, o *bullying* vem se alastrando mundialmente desde então, na função de nomear e de combater agressões cotidianas intimidatórias e repetitivas, especialmente entre pares nos ambientes escolares. Sob essa luz, o estudo alicerça-se na tríade fundamental ao pensamento foucaultiano – “campos de saber”, “tipos de normatividade” e “formas de subjetividade” – para a análise de múltiplas experiências que têm definido o *bullying* como um gênero de violência difusa na atualidade brasileira, numa diversidade de contextos, dentre eles, o educacional, o estatal, o científico, o midiático e o mercadológico.

Palavras-chave: *Bullying*; Empresa moral; Etnografia; Michel Foucault;

Foucauldian contributions to an ethnography of the moral enterprise of bullying in the Brazilian contemporary context

Abstract: In an effort to realize an anthropological reflection about the moral development of bullying in Brazilian contemporary context, my doctoral thesis in progress has comprehended it as a “device” in Foucault’s sense. Bullying means in English the act resulting from the substantive “bully”, which means something close to “brigão” or “valentão” in Portuguese. Scientific construct from the 70’s, whose authorship is attributed to the psychologist and Swedish researcher Dan Olweus, bullying has been spreading globally to name and to combat the intimidation and the repetitive daily aggression, especially among peers in school environments. In this light, the study is founded on the fundamental triad to Foucault’s thought – “fields of knowledge”, “types of normativity” and “forms of subjectivity” – for the analysis of multiple experiences that have defined bullying as a type of violence diffuse in Brazil today, in a variety of contexts, including the education, the State, the science, the media and the marketing.

Key words: Bullying; Moral development; Ethnography; Michel Foucault;

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: bazzojuliane@gmail.com

Introdução

Bullying designa, em língua inglesa, o ato decorrente do substantivo *bully*, que significa algo próximo a “brigão” ou “valentão” em português. Construto científico dos anos 70, cuja autoria é atribuída ao sueco Dan Olweus, professor de psicologia da Universidade de Bergen (Noruega), o *bullying* vem se alastrando mundialmente desde então, na função de nomear a agressão cotidiana intimidatória e repetitiva entre pares nos ambientes escolares. No Brasil, o termo experimenta enorme popularização a partir de meados dos anos 2000. A essa altura, já havia transcendido, aqui e internacionalmente, a aplicação ao universo educacional, bem como ganhado uma nova e moderna faceta, a de *cyberbullying* (OLWEUS, 2006 [1993]; ROLIM, 2008)².

Conforme explica Olweus (2006 [1993]), o caminho para a popularização do conceito de *bullying* trilhou-se a partir de um “evento crítico” (DAS, 1995) sediado na Noruega em 1982: o suicídio de três adolescentes, ocorrido, segundo apurado, por perseguições de colegas no ambiente escolar. Isso motivou o governo norueguês a criar uma campanha nacional antiviolência, subsidiada pelos estudos de Olweus acerca do chamado *mobbing*, palavra escandinava cujo contexto, adaptado ao idioma inglês, desembocou no termo *bullying*.

Em artigo recente sobre o estado da arte dos estudos científicos em torno do construto por ele criado, Olweus (2013) relata que a noção de *bullying* primeiro espalhou-se pela Escandinávia e depois, em fins dos anos 80, disseminou-se pela Europa e também alcançou a Austrália. Nos Estados Unidos, entretanto, o conceito tornou-se temática de grande notoriedade acadêmica apenas no início do século XXI. Apesar do referido intervalo temporal em relação ao *boom* da pesquisa europeia, a discussão estadunidense acerca do *bullying* recebeu impulso diferencial em virtude do ataque armado de dois estudantes à *Columbine High School* (Colorado) em 1999, ocorrido, segundo o entendimento mediatizado, por sucessivas situações de humilhação e exclusão sofridas na escola (Oliveira-Menegotto *et al.*, 2013)³.

Esse acontecimento, também um “evento crítico” (Das, 1995), teve um homólogo no cenário brasileiro: o chamado “Massacre de Realengo”, ocorrido em 2011, na Escola Municipal Tasso da Silveira, situada no citado bairro da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Nessa ocasião, um ex-aluno, sob a justificativa de dar uma palestra, adentrou a instituição e matou a tiros mais de uma dezena de estudantes, motivado, conforme a opinião pública, pelo *bullying* sofrido em trajetória escolar (VEJA, 2011). À época, a leitura midiática desse incidente ocorreu basicamente subsidiada pelos elementos que cercaram o referido ataque armado ao colégio estadunidense.

Considerado esse panorama, o estudo de doutorado em antropologia social que respalda este artigo objetiva contemplar a etnografia de múltiplas experiências – nos contextos científico, estatal, educacional, midiático e mercadológico – que têm definido o *bullying* como um gênero de violência difusa no contexto brasileiro.

A imersão etnográfica nesses espaços almeja compreender e problematizar a atuação

2 A pesquisa antropológica na temática tem demonstrado que, atualmente, fala-se, por exemplo, em *bullying* étnico-racial, *bullying* homofóbico, *bullying* corporativo, *bullying* esportivo, *bullying* familiar e *bullying* político, especialmente na cobertura midiática, mas também em matérias do legislativo no Brasil.

3 Para uma análise crítica desse episódio, ver ‘Tiros em Columbine’ (2002). Nesse documentário, o diretor Michael Moore posiciona o cenário de disponibilidade indiscriminada de armas nos Estados Unidos – e não um quadro de suposto *bullying* sofrido pelos assassinos – enquanto pano de fundo causador do ataque armado à escola no Colorado.

dos “empreendedores morais” (BECKER, 2008 [1963]), que constituem indivíduos, instituições, iniciativas e documentos responsáveis hoje por delimitar a prevenção e o combate em torno de posturas condenatórias classificadas como *bullying*. Tal enfoque integra a “teoria interacionista do desvio”, a qual posiciona a criação de regramentos como um “drama complexo”, com desenvolvimento no tempo e implicação de uma rede cooperativa de atores, cujos interesses muitas vezes divergem.

A exemplo do que efetuam Fassin e Rechtman (2009) diante da emergência mundial da noção de “trauma”, pautados pela obra de M. Foucault, quer-se demarcar com a investigação de doutoramento a “economia moral” em meio a qual o *bullying* desponta no cenário brasileiro. Nessa lógica, o *bullying* é mais que um construto científico a nomear um tipo de agressão; situa-se como uma categoria que comunica relações hoje diferenciadas diante da violência, do sofrimento, da memória e da reparação.

Sob esse status, o *bullying* fala do “espírito” do tempo presente: de suas preocupações, valores e expectativas, na mesma medida em que municia os indivíduos a verbalizar a violência do cotidiano. Logo, o *bullying* traz consigo um “novo vocabulário” que desencadeia “efeitos performativos” sobre a realidade. Esses impactos ultrapassam os propósitos científicos pensados para o termo e revelam a “inteligência social dos atores”, que exploram no dia a dia sua “dimensão tática”. Esses autores conclamam, assim, a uma “antropologia do senso comum”, deveras oportuna para problematizar o *bullying*. Envolve uma prática etnográfica que não naturaliza categorias do dia a dia e sim traz à tona como são construídas e usadas; como não só descrevem, mas transformam a realidade; como direcionam holofotes a certos elementos ordinários e extraordinários em detrimento de outros (FASSIN; RECHTMAN, 2009).

Nesse contexto, o trabalho de campo para a construção do trabalho desenvolveu-se em duas frentes: *in loco* e documental. A pesquisa *in loco* deu-se em cidades de diferentes portes: na capital gaúcha, Porto Alegre, bem como nos municípios de Canela e Gramado, na região serrana do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), área de residência da pesquisadora. Essa frente de pesquisa contemplou entrevistas com cientistas, políticos e ativistas envolvidos com a temática do *bullying*, bem como o acompanhamento de eventos por eles encabeçados na capital do Estado. Em paralelo a isso, ocorreram observações e entrevistas com funcionários, professores e estudantes, de diferentes níveis de ensino, em duas instituições educacionais, uma pública e outra privada, voltadas a camadas médias da população dos citados municípios serranos.

A frente documental, por sua vez, tem abrangido como materiais de análise etnográfica artigos e estudos científicos; proposições legais e programas de intervenção estatal; conteúdo midiático oriundo de fontes diversas, oficiais ou não; além de produtos e serviços gerados em torno da questão do *bullying*, como manuais informativos, obras de autoajuda, livros e jogos infantis, cartilhas educativas, cursos, palestras e consultorias especializadas, dentre outros.

O bullying enquanto dispositivo

No esforço de pensar acerca da empresa moral do *bullying* na contemporaneidade brasileira, a pesquisa em questão o situa enquanto um “dispositivo” num sentido foucaultiano. Conforme rememora Agamben (2005), essa acepção surge na obra de Foucault quando este se volta a pensar acerca do “governo dos homens” ou da “governamentalidade”, cuja realização se problematiza a partir do crescimento demográfico mundial. No entanto, embora

largamente empregada pelo filósofo, a ideia de dispositivo não chegou a receber dele uma definição circunscrita. Nesse sentido, Agamben efetua um trabalho de síntese, ao afirmar que “dispositivo” diz respeito a um conjunto de práticas, conhecimentos, técnicas, discursos, instituições, dentre outros elementos, voltados ao gerenciamento de populações de uma forma entendida como mais útil e adequada.

Um dispositivo somente se mostra capaz de governar se estiver localizado em um relação de poder específica; se for reconhecido como um saber legítimo – científico, no caso das sociedades ocidentais e se produzir abundantes “processos de subjetivação”. Do contrário, o que há é um “mero exercício de violência”. Explica o autor que “os dispositivos visam (...) a [*sic*] criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua ‘liberdade’ enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento” (AGAMBEN, 2005, p. 15). Nessa lógica, a lista de dispositivos possíveis revela-se vasta. Escolas e fábricas operam como dispositivos, mas também computadores, telefones celulares e construtos acadêmicos, como o *bullying*.

Em reflexão sobre as contribuições foucaultianas em torno dessa mesma ideia, Deleuze (1996) compara a empreitada de compreender um dispositivo à ação de cartografar: significa “caminhar por terras desconhecidas”, com o intuito de desembaraçar componentes, identificar vieses inovadores, bem como o potencial de transformação de cada um desses aparatos, tendo em vista sua não universalidade. Para montar o quebra-cabeças de um dispositivo, é preciso identificar, segundo o autor, três espécies de “linhas”: de “visibilidade” e “enunciação”; de “forças” e de “subjetivação”. Para Deleuze, cada um desses tipos de “curvas” corresponde, respectivamente, a um dos elementos da tríade fundamental ao pensamento de Foucault (1984): “campos de saber”, “tipos de normatividade” e “formas de subjetividade”.

Analisar a noção de *bullying* como um “dispositivo” sob a luz desse trio significa, na esteira de Foucault (1984), considerá-la como uma “experiência historicamente singular”, que inclui “... a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos...” desse construto. Trata-se, dessa forma, de um esquema analítico que permite dar cabo à proposta da tese em questão, que é de compreender e problematizar a atuação dos “empreendedores morais” (BECKER, 2008 [1963]) do *bullying* no cenário brasileiro urbano contemporâneo, a partir de uma etnografia multissituada.

Dispositivos não são, em essência, genuínos ou falaciosos, mas sim permeados por “jogos de verdade” que, segundo Foucault (1984), refletem disputas de poder orientadas para resultados. Com isso em mente, a exemplo do que faz esse pensador diante de seus temas de estudo – o crime, a loucura, a sexualidade –, cabe aqui perscrutar a “preocupação moral” que cerca hoje as práticas tipificadas como *bullying*. Práticas estas indubitavelmente nada novas, no passado entendidas como brincadeiras ou como coisas de certa idade, mas que, hoje, se situam em outro patamar devido ao respaldo desse construto científico. Conforme esclarece o pensador, o olhar investigativo nessa direção precisa se deslocar de uma tautologia de “interdições” para as “problematizações morais”, pois estas últimas é que efetivamente contemplam os meios pelos quais os indivíduos constroem suas condutas éticas, bem como implementam ações em torno dos dispositivos.

Um artefato psi

Sob tal ótica, há que se asseverar que o *bullying* integra um conjunto específico de

dispositivos, chamados por Rose (2011) de “artefatos *psi*”. Calcado nos debates foucaultianos e deleuzianos, o autor esclarece que o vocábulo *psi* diz respeito a “modos de pensar e agir” delimitados no Ocidente, especialmente de meados do século XIX em diante, pelas psicociências e suas disciplinas (psicologia, psicanálise, psiquiatria etc.). Ele explica que os “saberes *psi*” foram centrais na “constituição do nosso atual regime do *self*”, alicerçado nos princípios de individualidade, de identidade, de autonomia, de liberdade e de satisfação. Dessa forma, o indivíduo contemporâneo posiciona-se enquanto “criatura psicológica” não em virtude de uma dada natureza interior, mas sim “por causa das formas pelas quais, em tantos lugares e práticas, os vetores *psi* acabaram atravessando e ligando essas maquinações” (ROSE, 2011, p. 257).

Segundo Rose (2011.), embora todos os *experts* das humanidades tenham exercido alguma influência na formatação do modelo de *self* contemporâneo, os especialistas *psi* alcançaram certa prerrogativa nesse meio, posto se voltarem à compreensão dos “determinantes da conduta humana”. Em virtude disso, os conhecimentos advindos desse campo conseguiram expressiva permeabilidade nas práticas de outros profissionais, dentre eles, professores, jornalistas e legisladores. Assim, para além do universo acadêmico, verifica-se hoje, em outros contextos, uma permanente circulação de “psicologias da vida cotidiana”, as quais desempenham um papel muito mais subjetivador que as instâncias religiosas e políticas o faziam no passado. Logo, a legitimidade social de dispositivos oriundos da *expertise* psicológica não se alicerça estritamente em fundamentações científicas e técnicas; sustenta-se, prioritariamente, em um conteúdo capaz de adquirir feições “éticas” e de assim ser traduzido, por uma variedade de agentes, na forma de “guias” de aconselhamentos para o bem viver.

Rose (2011) argumenta que os governos democráticos modernos abraçaram por premissa o trato com indivíduos “intimados a governar a si mesmos como sujeitos de liberdade e de responsabilidade” (ROSE, 2011, p. 26). Nesse sentido, os dispositivos psicocientíficos e o modelo de *self* determinado por eles elevaram-se como deveras favoráveis à administração de territórios e populações por uma via de subjetividade, dentro do propósito civilizatório de manejar alteridades, evitar conflitos e promover pacificação social nas democracias. Contemporaneamente, o *bullying*, enquanto artefato *psi*, opera dentro dessa mesma lógica.

Os prismas de pura conspiração ou de mera coincidência, previne o autor, não se colocam como os mais oportunos para pensar sobre tais articulações entre conhecimentos psicocientíficos e iniciativas estatais de governo. Para ele, faz-se necessário conferir “lugar de direito na história” tanto às associações deliberadas quanto àquelas formatadas pela casualidade. Afirma Rose (2011) que essas aproximações aspiraram “... à virtude tanto quanto ao lucro; seus interesses são geralmente o bem-estar público e a felicidade pessoal tanto quanto o progresso privado” (ROSE, 2011, p. 147).

Consequência desse cenário, segundo Rose, reside no fato de, atualmente, recair sobremaneira aos profissionais das psicociências a “ingrata imposição” de uma responsabilidade prerrogativa por receituários que controlem riscos, previnam condutas inadequadas, evitem eventos desastrosos e, desse modo, assegurem a segurança comunitária. Assim, o autor convoca a uma reflexão mais profunda sobre vantagens e malefícios desse modelo de sociabilidade. Diz ele: “embora nossa cultura do *self* confira aos humanos [...] todos os tipos de direitos e privilégios, ela também [...] impõe fardos” (ROSE, 2011, p. 14).

Justamente pela existência desses melindres é que se considerou imprescindível, no âmbito do trabalho de campo que subsidiou a tese de doutorado em questão, tomar por interlocutores psicólogos dedicados a investigações sobre *bullying*. Na dupla condição de pesquisadores e sujeitos de pesquisa, esses profissionais relataram, de forma generosa,

desafios, dilemas, avanços e lacunas em seu campo de atuação, seja no estudo científico, seja na prática clínica, em meio à popularização de saberes em torno do *bullying* na atualidade. Esse diálogo, certamente, propiciou matizar a análise empreendida, livrando-a de maniqueísmos apressados, comprometedores da assertividade reflexiva.

Nesse escopo, ao antropólogo, não cabe asseverar se dispositivos *psi* são bons ou maus em essência. Nem tampouco, conforme postula Rose (2011), é frutífero apoiar-se na ideia de que existe uma subjetividade a ser recapturada de uma “opressão social”. Pois, segundo argumenta o autor, o “[p]oder (...) trabalha através, e não contra, a subjetividade” (ROSE, 2011, p. 211). A tarefa da disciplina reside sim em problematizar, pela via do potencial etnográfico, as diversas e profundas ambiguidades que perpassam as relações entre política, ciência e seres humanos. Controvérsias estas muitas vezes não abrangidas pelos registros oficiais e com implicações sobre ideais democráticos tão caros na contemporaneidade, como a equidade e a liberdade. Trata-se justamente da empreitada a que o presente artigo se volta com relação ao *bullying*.

Um dispositivo psi num cenário neoliberal

Nessa intenção, seguindo a esteira de Rose (2011), faz-se ainda necessário posicionar o *bullying* como um dispositivo *psi* cuja operacionalização toma maiores proporções num cenário de capitalismo avançado e de propulsão do neoliberalismo no Ocidente do século XX. Tal “mentalidade de governo” toma corpo não apenas em reformas de cunho político-econômico, mas também na esfera da cultura organizacional e no entendimento acerca das responsabilidades dos cidadãos. É nesse contexto que segmentos políticos mundiais tanto de direita quanto de esquerda passam a concordar, a partir dos anos 80, que o Estado de bem-estar social seria demasiado burocrático, patriarcal, ineficaz na contenção de desigualdades socioeconômicas, bem como não assegurado de direitos e de liberdades individuais.

Como solução, em espaços antes administrados por aparelhos estatais, incentiva-se a emergência de organizações e de pessoas “empreendedoras”, isso nas empresas, nas escolas, nas famílias, entre outras instituições, de modo a estimular a inovação, a eficiência, a competitividade e a meritocracia. Nesse quadro, no qual as pessoas devem ser “empresárias delas mesmas”, a autoajuda toma lugar central e, junto dela, os dispositivos *psi*. Isso graças à notável capacidade deles de se transmutar em artefatos não só otimamente subjetivadores, mas também em produtos altamente vendáveis, na busca por uma melhor qualidade de vida. Logo, a subjetividade alcança “valor político” ainda mais intensificado, a partir de um “leque de mecanismos indiretos que podem traduzir as metas de autoridades políticas, sociais e econômicas em escolhas e compromissos dos indivíduos” (ROSE, 2011, p. 230).

Wacquant (2007) posiciona os Estados Unidos como “laboratório vivo do futuro neoliberal” na “era da ideologia hegemônica do mercado”, país cujas iniciativas nesse sentido vêm exercendo impactos reformistas sobre outras nações, inclusas as da América Latina. Ao descentralizar a administração econômica, urbana, educacional, da saúde, entre outros setores essenciais, o governo estadunidense vem se apoiando numa “*doxa* penal” e em “políticas punitivas”, como forma de articular liberalização de mercados, competitividade aberta em empresas e nas escolas, depauperação de empregos e de direitos trabalhistas, aumento dos níveis de pobreza, entre outros fenômenos decorrentes.

Tal estratégia não se pauta *stricto sensu* na elevação dos índices de criminalidade, posto que estes têm demonstrado estabilidade no país, mas se coloca como mecanismo de

gerenciamento de “comportamentos desviantes” e de “territórios indóceis” diante do atual *status quo* nacional. O apoio a essa espécie de medida advém dos mais diversos estratos sociais nos Estados Unidos, por intermédio da dispersão de um “discurso alarmista” – mediado não só pelas autoridades públicas, mas também por supostos especialistas em violência e pela grande imprensa –, o qual mistura equivocadamente insegurança real com sensação de insegurança, seja ela de integridade física, estabilidade profissional ou de prestígio social.

Sob um véu criminológico, que prescinde de contextualização sociológica, o referido discurso advoga que a violência decorre da falta de moralidade e responsabilidade dos próprios criminosos. Assim sendo, eles devem ser punidos com veemência legal, independentemente da natureza da infração, seja ela um homicídio, um assalto, uma pichação, um motim ou um conflito escolar. No caso específico dos espaços de ensino, Wacquant argumenta que “... a encenação da violência escolar permite aos gerentes de Estado evitar o confronto com a desvalorização profissional e (...) [com a] crescente submissão do sistema de ensino à lógica da competição e aos imperativos da ‘cultura de resultados’ importada do meio empresarial” (WACQUANT, 2007, p. 71)

Para Wacquant (2007), o robusto incremento do sistema prisional estadunidense situa-se como o reflexo mais claro dessa “onda punitiva”, que se volta sobretudo aos segmentos empobrecidos e despossuídos da população. Esse fortalecimento do aparato carcerário se lastreia pela operação de uma diversidade de “políticas de tolerância zero”, que estabelecem “novos tipos sociais”, como o “predador sexual” ou o “imigrante terrorista”, por exemplo. Sob essa ótica, os inimigos centrais da segurança seriam esses “tipos” e não um Estado inteiramente precarizado e irresponsável. Tais políticas entram em ação numa variedade de frentes e, dentre elas, vêm procurando combater uma conjecturada “epidemia de violências escolares”.

Conforme observa Porter (2013), o *bullying* tem sido objeto privilegiado de “políticas de tolerância zero” nas instituições de ensino norte-americanas. De acordo com essa autora, há um “*turning point*” que desencadeia essas iniciativas: o ataque armado em 1999 dos dois estudantes à *Columbine High School*, no Estado do Colorado, supostamente motivado, como dito, por sucessivas intimidações por eles sofridas na escola, segundo uma opinião pública mediatizada. Desde então, os investimentos dos Estados Unidos no sentido de mitigar o *bullying* vêm sendo vultosos e na mesma medida alardeados, daí sua fama planetária, fortemente sentida no Brasil.

A despeito de reconhecer a gravidade do ataque à *Columbine*, Porter (2013) se situa entre as raras educadoras a assumir uma postura dissidente perante as mundialmente prestigiadas investidas estadunidenses em torno do *bullying*. Segundo ela, as “políticas de tolerância zero” à violência nas escolas desconsideram as fases do desenvolvimento psíquico infanto-juvenil, as animosidades típicas entre pares para cada faixa etária e os universos sociais onde se inserem as crianças e jovens objetos das intervenções.

Considerações finais

Diante desse panorama, entende-se que o *bullying* enquanto dispositivo *psi* ganha potência insigne em tempos de neoliberalismo, posto coadunar-se a princípios caros a esse modelo de governo. Primeiramente, por propiciar a delimitação de um “novo tipo social” (WACQUANT, 2007) a ser monitorado: o *bully*, o sujeito “brigão” ou “valentão” nos ambientes de ensino. Em segundo lugar, por permitir conectar a prevenção e o combate

da violência à necessidade de lapidação da moral e da responsabilidade do *bully* enquanto indivíduo circunscrito ao universo escolar, em detrimento da problematização de contexturas político-sociológicas, que incluem o encolhimento de estruturas estatais em prol do avanço de mercados. E, num terceiro plano, por possuir uma plasticidade para situar sob um mesmo patamar uma enorme gama de ofensas, especialmente as de ordem não física, perpetradas nos espaços educacionais, de maneira prejudicial a abordagens e intervenções mais refinadas nessa direção.

Entretanto, preconiza Rose (2014)⁴, tão somente atestar que certos fenômenos ganham propulsão num cenário neoliberal perfaz um reducionismo analítico. Tal constatação não deve atuar como explicação em si mesma e sim operar como ponto de partida para um pensar contextual e, portanto, mais rico em conhecimento sobre essas articulações. A advertência do autor, logo, tem orientado o exame do caso brasileiro, ainda em desenvolvimento, no que tange às conexões entre *bullying*, políticas neoliberais em nações terceiro mundistas, históricas e profundas desigualdades, além da não menos importante agência dos atores em torno de dispositivos como o construto científico em discussão.

Referências

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n.5, p. 9-16, 2005.
- BECKER, H. **Outsiders**: estudo de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].
- DAS, V. **Critical events**: an anthropological perspective on contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, G. (Org.). **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996.
- FASSIN, D.; RECHTMAN, R. **The empire of trauma**: an inquiry into the condition of victimhood. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. O *bullying* escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Revista Psicologia: teoria e prática**, n.2, v.15, p. 203-215, 2013.
- OLWEUS, D. **Bullying at school**. Malden: Balckwell Publishing, 2006 [1993].
- _____. School bullying: development and some important challenges. **Annual Review of Clinical Psychology**, n. 9, p. 751-780, 2013.
- PORTER, S. E. **Bully Nation**: why America's approach to childhood aggression is bad for everyone. St. Paul: Paragon House, 2013.

4 Debate sobre práticas de governo e ciências da/na vida. Palestra proferida em aula aberta do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

ROLIM, M. **Bullying**: o pesadelo da escola. Um estudo de caso e notas sobre o que fazer. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

VEJA. **Atirador de Realengo sofria *bullying* no colégio, diz ex-colega**. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/atirador-de-realengo-sofria-bullying-no-colegio-afirmam-colegas>>. Acesso em: 08 abr. 2011.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed., Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Foucault and the Kamasutra, de Sanjay K. Gautam

Geraldo Magella Neres¹
Vania Sandeleia Vaz da Silva²

GAUTAM, S. K. **Foucault and the Kamasutra**: The Courtesan, the Dandy, and the Birth of Ars Erotica as Theater in India. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

Acabou de ser publicado pela editora da Universidade de Chicago, em meados do ano passado, um livro com um título bastante instigante, que, à primeira vista, parece querer aproximar temáticas aparentemente afastadas. O livro de Sanjay K. Gautam, intitulado *Foucault and the Kamasutra*, desafia a opinião dominante ao justapor o nome do famoso filósofo francês ao ícone máximo da literatura indiana sobre o prazer erótico-sexual³. Não que a obra de Foucault - e, por extensão, o seu próprio comportamento e modo de vida - seja avessa à polêmica, chegando mesmo a causar certa perplexidade entre parcelas do público leitor não especializado.

Todavia, essa estranheza tem outra origem, resultando mais da associação desse livro, que desde a primeira tradução para uma língua ocidental⁴ foi imediatamente vinculado à pornografia vulgar, a um dos autores mais influentes atualmente no contexto das humanidades (crítica literária, história, ciências sociais etc.). O inusitado do título decorre exatamente dessa situação insólita, pois, ao associar Foucault ao *Kamasutra*, Gautam resgata o livro atribuído à Mallanaga Vatsyayana do pântano da obscenidade pornográfica, para onde fora relegado pela comunidade de leitores ocidentais, para restituí-lo ao cânone da literatura clássica indiana escrita em sânscrito, tornando-o um objeto digno da investigação acadêmica⁵.

O autor em questão é professor associado de história da Universidade do Colorado (Campus de Boulder), dedicando-se ao campo de pesquisa que, nas universidades americanas, é denominado de *Asian Studies*. Os *Asian Studies* ou *Estudos Asiáticos* combinam aspectos da sociologia, história, antropologia cultural e diversas outras disciplinas das ciências sociais para investigar as sociedades tradicionais e contemporâneas do oriente. No caso específico do autor, seus interesses delimitam-se no tempo, mas ampliam-se quanto às temáticas: cronologicamente, suas pesquisas voltam-se principalmente para o período antigo da história social indiana e do Sul da Ásia (Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka etc.); contudo, seu escopo se dilata, abrangendo também a guerra, as questões de gênero, a sexualidade e o erotismo. Por

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unioeste, Campus de Toledo/PR (geraldomagellaneres@yahoo.com.br).

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unioeste, campus de Toledo/PR (vaniasandeleiavazdasilva@yahoo.com.br).

3 Na antiga Índia, o corpo especializado de literatura dedicado ao prazer sexual era denominado de *Kamashastra*. O *Kamasutra* é a obra mais importante e emblemática dessa tradição literária.

4 A primeira tradução do *Kamasutra* para o inglês é atribuída a Richard Burton, mas hoje sabemos que ela foi feita majoritariamente por Foster Fitzgerald Arbuthnot, cabendo ao primeiro a revisão e a readequação do texto para o público inglês (DONIGER; KAKAR, 2003, p. 1).

5 Existem pouquíssimos estudos acadêmicos sobre o *Kamasutra*. Dentre os mais importantes destacamos: McConnachie, James. **The book of love**. New York: Metropolitan Books, 2008; a *Introdução* à nova tradução feita por Doniger e Kakar, In: Doniger, Wendy; Kakar, Sudhir. **Kamasutra**. New York: Oxford University Press, 2003; e, mais recentemente, Doniger, Wendy. **Redeeming the Kamasutra**. New York: Oxford University Press, 2016.

isso o seu interesse em transformar o *Kamasutra* em objeto de investigação acadêmica.

Segundo as palavras do próprio autor, *Foucault and the Kamasutra* visa fornecer “(...) uma exploração histórica sobre a natureza e as origens da *ars erotica*, ou da arte erótica, como teatro, no *Kamasutra*, a partir de um engajamento crítico com o trabalho de Michel Foucault sobre a história da sexualidade” (GAUTAM, 2016, p. 1). Ou seja, trata-se de uma investigação sobre o *Kamasutra*, mas, ao mesmo tempo, de uma sistematização dos conceitos foucaultianos de prazer e de *ars erotica*, elementos fundamentais de sua história da sexualidade, mas deixados sem o acabamento definitivo⁶. Com efeito, ao utilizar o arsenal teórico e metodológico foucaultiano, notadamente a oposição heurística entre *ars erotica* e *scientia sexualis* proposta por Foucault no primeiro volume de sua *História da sexualidade*⁷, Sanjay Gautam fornece uma importante contribuição não só aos estudos sobre o pensamento do filósofo francês, mas, principalmente, inaugura um novo e criativo filão epistemológico para a interpretação do *Kamasutra*.

Os argumentos desenvolvidos pelo autor se distribuem em sete capítulos. No primeiro capítulo “Foucault e a noção de *Ars Erotica*: prazer como dessubjetivação”, ao retomar os escritos de Foucault sobre a sexualidade, o autor explora os seus *insights* sobre *ars erotica* e prazer, noções que serão utilizadas em sua investigação posterior do *Kamasutra*. Essa análise relaciona e contrapõe a concepção foucaultiana de prazer como ‘dessubjetivação’ ou desconstrução do ego/identidade, própria das experiências de êxtase estético e sexual, com os conceitos centrais de ‘verdade’ e de ‘identidade’, imanentes ao conceito de *scientia sexualis* ocidental.

Enfim, o mais importante a destacar, é que esse primeiro capítulo busca sistematizar uma noção de prazer que Foucault não chegou a definir precisamente, permanecendo fragmentária e dispersa, aparecendo em sua obra (livros e entrevistas) mais como algo implícito do que explícito. E, talvez, exatamente por isso, esse seja o momento mais crítico do livro, pois comporta muitos elementos de inferência e de recomposição conceitual. Contudo, não chega a comprometer o quadro teórico composto pelo autor, já que a sua reconstrução dessas noções está visceralmente fundamentada numa leitura fidedigna e escrupulosa da obra de Michel Foucault. No final, o que transparece é um contraste heurístico entre as duas concepções: a *ars erotica* como uma tradição discursiva oriental fundada na legalidade e autonomia do prazer erótico-sexual e a *scientia sexualis* como uma tradição discursiva ocidental fundada na subordinação do prazer erótico-sexual à legalidade da busca da ‘verdade’ e da ‘identidade’. Esse primeiro capítulo fundamenta toda a estrutura teórico-conceitual que será empregada na leitura do *Kamasutra*.

No segundo capítulo, “Prazer e patriarcado: o discurso do *Darma* e a figura da esposa”, o autor situa o discurso da *ars erotica* no contexto histórico e discursivo de dois desenvolvimentos extremos da cultura indiana: a hegemonização do discurso do prazer erótico-sexual pelo discurso da lei bramânica (defensora do sistema de castas) e a subordinação das mulheres ao poder patriarcal. A tese forte do autor é a de que a origem do discurso erótico (e, por

6 Em função da diversidade de interesses de pesquisa, Foucault acaba abandonando os conceitos de prazer e *ars erotica* sem o devido desenvolvimento. De modo que seus comentários sobre esses temas - sem dúvida, centrais para sua história da sexualidade - são, em sua maioria, breves e fragmentários.

7 No livro *História da sexualidade – a vontade de saber* (vol. I), Foucault reivindica uma distinção fundamental entre *scientia sexualis* e *ars erotica* como elemento central de sua almejada história da sexualidade (FOUCAULT, 2015, p. 59-83). Contudo, a partir do segundo volume, esse *approach* comparativo é modificado, sendo progressivamente abandonado pela preocupação com o ‘cuidado de si’.

extensão, da própria tradição discursiva indiana da *ars erotica*), tal como transparece no *Kamasutra*, deve ser compreendida como uma resposta contra-hegemônica à difusão dos ideais patriarcais e à sujeição das mulheres no ambiente familiar. Nesse sentido, o autor acusa o *Mānava Dharmasāstra* ou *Leis de Manu* de ser o veiculador de um discurso de poder fundado na construção de uma nova subjetividade, aquela da esposa submissa e servil ao marido. Então, o surgimento do *Kamasutra* poderia ser compreendido como um movimento discursivo de defesa da legalidade e da autonomia do prazer erótico-sexual diante da ofensiva do discurso da lei bramânica.

Já no capítulo terceiro, “A cortesã e o nascimento da *Ars Erotica* como teatro”, o autor investiga a influência da cortesã sobre a conformação da *ars erotica* como teatro, tal qual expressa no *Kamasutra*. A sua exposição se desdobra em dois planos principais: primeiro, situa a cortesã num contexto exterior ao círculo de castas e de identidade patriarcal, como uma figura livre da imposição dos papéis exigidos pelo patriarcado; depois, por meio da exploração dos textos antigos, constrói uma apresentação convincente da cortesã como a artífice principal do processo de constituição do discurso do erotismo como teatro do amor. Em franca oposição ao discurso bramânico, centrado na difusão da subjetividade da figura da esposa, o *Kamasutra* constrói um discurso alternativo, centrado na figura da cortesã. Fora

do arranjo de castas e avessa à subjetividade de esposa imposta pela lei bramânica, a cortesã pôde moldar a matriz do discurso da *ars erotica*, fundado na autonomia das mulheres e na legitimidade do prazer erótico-sexual. É nesse momento que o autor problematiza a escolha dos termos *nāyaka* (ator) e *nāyika* (atriz) utilizados no *Kamasutra* para nomear os parceiros envolvidos no jogo amoroso. Por que isso se deu? Por que não nomeá-los simplesmente por amante e amada? Qual a relação entre teatro e erotismo na Índia antiga? Por que o *Kamasutra* não justifica essa escolha, aceitando-a como evidente?

O capítulo quarto, “A cortesã e a origem do *Nātyasastra*: da *Ars Erotica* à *Ars Theatrica*” dedica-se a destacar a afinidade consanguínea entre o *Nātyasastra* e o *Kamasutra*⁸. O *Nātyasastra*, texto fundador da tradição do teatro na Índia antiga, foi escrito um século antes, servindo de modelo e parâmetro para a composição do *Kamasutra*. As perguntas colocadas no capítulo anterior começam, enfim, a ser respondidas. A continuidade entre teatro e erotismo na Índia antiga decorre de sua origem comum centrada em torno da tríade composta pela cortesã, pelo dândi-consorte (*Vaisika*) e pelo dândi-guru (*Vita*). Evidentemente que a ordem cronológica é inversa: o discurso sobre o teatro, surgido um século antes, fornece o paradigma para a construção do discurso sobre o erotismo.

Os paralelismos confirmando isso são muitos, como aponta o autor, mas o mais importante deles talvez seja a semelhança entre a noção de *rasa* ou prazer estético no *Nātyasastra* e a noção de prazer erótico-sexual no *Kamasutra*, ambos compreendidos como um processo de suspensão da consciência vígil ou de dessubjetivação. Essa legitimação anterior da busca do prazer estético fornecida pelo *Nātyasastra* permitiu, um século depois, sob a ameaça de hegemonia da lei bramânica, que se constituísse uma tradição de discurso fundada na legitimidade do prazer erótico-sexual. Por outro lado, sob a influência do teatro, a expressão sexual transforma-se no exercício do teatro do amor. Por isso a ligação umbilical entre teatro e erotismo existente na cultura da Índia antiga.

Em seguida, no capítulo quinto, “O dândi-guru e o nascimento dos discursos sobre o

8 Apesar de controverso, as datas mais aceitas para a composição das duas obras é a seguinte: o *Nātyasastra* ou tratado sobre o teatro foi composto por volta do século II d.C. e o *Kamasutra* ou tratado sobre o prazer erótico-sexual foi composto um século depois, por volta do século III d.C.

erotismo e sobre o teatro”, o autor investiga a construção dos discursos típicos da *ars erotica* e da *ars theatrica* por meio da mediação da figura histórica do *Vita* ou dândi-guru. O *Vita* é apresentado como um personagem fundamental da cultura indiana antiga, pois foi por meio dele que o conjunto de práticas erótico-sexuais e teatrais amplamente difundidas na tradição oral transformou-se em temas de reflexão intelectual.

Ou seja, a partir da observação meticulosa das práticas e das relações estabelecidas entre a cortesã e o dândi-consorte, o *Vita* ou dândi-guru codificou a tradição de discurso tanto da *ars erotica* quanto da *ars theatrica*. Mesmo sendo a figura central da tríade, ao redor da qual o dândi-consorte e o dândi-guru gravitavam, a cortesã não legou nenhum tratado sequer sobre o erotismo ou sobre o teatro. Essa função coube ao dândi-guru. Para sustentar suas afirmações o autor utiliza uma das fontes histórico-literárias mais importantes da Índia antiga, denominadas em seu conjunto de *Catubbanis*. Esse é o arquivo (para utilizar a linguagem foucaultiana) que permite a reconstrução do processo de afirmação dos discursos sobre o erotismo e sobre o teatro, centrados na figura da cortesã, mas codificados pelo dândi-guru.

No capítulo sexto, “O dândi-urbano e a visão de cidade baseada na arte”, dedicado à figura do *nagaraka* ou dândi-urbano, Gautam esclarece como essa figura emblemática condensa em si toda a visão estética e artística de cidade apresentada no *Kamasutra*. Nesse sentido, o *nagaraka* representa a reconfiguração do dândi-consorte, agora plasmado na figura universal do habitante da cidade, dotado de posses e movido pela busca da fruição estética da vida. Essa reconfiguração opera segundo uma desterritorialização da ação local do dândi-consorte e de sua posterior reterritorialização, agora numa escala mais ampla, abarcando o contexto maior da cidade. É assim que o *Kamasutra* difunde uma pedagogia pública de convívio urbano baseada inteiramente na busca do prazer estético e erótico-sexual.

Finalmente, o capítulo sétimo, “Foucault e o Kamasutra: rupturas” conclui a obra de Sanjay Gautam por meio de um exame crítico da virada teórica de Michel Foucault, ocorrida nos anos finais de sua vida, quando abandona completamente o conceito de *ars erotica* em proveito dos conceitos de ‘verdade’ e de ‘cuidado de si’, alçados agora ao centro de suas preocupações investigativas. O próprio título do capítulo é revelador da ruptura operada na obra de Foucault. Os conceitos de prazer e de *ars erotica*, anunciados peremptoriamente nos primeiros anos de seu trabalho sobre a história da sexualidade, não resistiram ao seu contato com a filosofia grega. A partir de então, esse novo arquivo ocupará as preocupações do filósofo francês em seus últimos anos de vida.

Referências

DONIGER, Wendy, KAKAR, Sudhir. **Kamasutra**. New York: Oxford University Press, 2003.

DONIGER, Wendy. **Redeeming the Kamasutra**. New York: Oxford University Press, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade – a vontade de saber**. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

GAUTAM, S. K. **Foucault and the Kamasutra: The Courtesan, the Dandy, and the Birth of Ars Erotica as Theater in India**. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

McCONNACHIE, James. **The book of love**. New York: Metropolitan Books, 2008.

Resenha do livro: “O que amar quer dizer”, de Mathieu Lindon

*Flavia Bruno*¹

LINDON, M. **O que amar quer dizer?** (Trad. Marília Garcia), São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Uma homenagem é um gesto de grandeza. Quando um pensador é homenageado, a grandeza se faz multiplicar, posto que um pensador, se for digno deste nome, é alguém que ativamente trouxe ao mundo a mais bela das experiências: a experiência de pensar; quando o homenageado é Michel Foucault, uma alegria íntima invade todos aqueles que leram suas obras e que perceberam, como diz Deleuze, que com elas “algo de novo, de profundamente novo, nasceu na filosofia”.

Mathieu Lindon cumpre essa tarefa em sua obra “O que amar quer dizer”, em que relata os seis anos de próxima e intensa convivência com o renomado filósofo francês. Pelo título que ele dá à sua obra, vê-se claramente, de saída, que não se trata simplesmente de um relato biográfico, mas antes de uma homenagem que ganha a mais alta dimensão, pois que implica dizer: homenagem Foucault, em razão de que com ele compreendi o que amar quer dizer.

Ora, quando se retrata uma relação de amizade com um intelectual é esperado ouvir que, com ele ou a partir dele, conceitos foram explicados, questões foram problematizadas, teorias desenvolvidas; pode-se ainda esperar observações sobre os espaços acadêmicos, sobre as predileções literárias ou como se dava o seu ritmo de trabalho; se pessoalmente o pensador tiver as qualidades ditas virtuosas, esse tipo de homenagem com frequência suscita comoventes histórias de favores, gentilezas e benevolência. Mas Lindon não faz essa narrativa; nada disso está presente no livro. Quase pode-se dizer que o leitor chega a ficar frustrado quando a curiosidade sobre a vida intelectual ou mesmo a vida privada do filósofo não é satisfeita.

O objetivo do autor é mostrar que o seu encontro com Foucault lhe salvou a vida, e lhe ensinou o que amar quer dizer. Diz ele a propósito do tempo de convivência entre os dois, que se estendeu até à morte do filósofo: “Hoje me dou conta de aquele período foi responsável por mudar a minha vida, foi a bifurcação que me fez abandonar um destino que me conduzia ao abismo” (LINDON, 2014, p. 14). Daí o título do livro que é escrito em 2011, portanto, 27 anos após a morte de Foucault (“é preciso tempo para compreender o que amar quer dizer” (LINDON, 2014, p. 15)). Por meio desse encontro que foi pra ele uma “bondade ativa”, Lindon pode construir uma nova existência: menos dramática e mais serena.

Agradecido pelo que recebeu, encantado com o que viveu, o autor encontra na escrita o único meio adequado de compartilhar com aqueles que, mesmo a distância, também puderam ser alvos dessa bondade ativa e, também de certa forma, ter a vida modificada por ser um leitor de Michel Foucault. Diz ele: “Sou vagamente grato a Michel, não sei exatamente por quê, talvez por uma vida melhor. A gratidão é um sentimento suave demais para se guardar: é preciso desvencilhar-se dele, e um livro é o único meio honroso de fazê-lo, o único

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. professora adjunta da Faculdade de São Bento, professora adjunto da Sociedade Brasileira de Instrução / Universidade Cândido Mendes E-mail: profabruno@gmail.com

comprometedor” (LINDON, 2014, p. 14).

Ainda assim, Lindon expressa a sua dúvida, sua insegurança sobre o sucesso de sua empreitada e chega a se perguntar sobre a eficácia da homenagem em um livro sobre Foucault, “ele, a quem seus próprios livros prestam mil vezes mais homenagem do que outras pessoas seriam capazes de fazer” (LINDON, 2014, p. 22-23).

Sim, todos os que sabem a importância de um pensador como Michel Foucault concordam com suas homenagens e se entusiasmam com elas. Mais do que isso, se entusiasmam com a gratidão do outro que é também, a seu modo, a expressão de sua própria gratidão. Mas este livro não é uma defesa de seu pensamento ou uma forma de eternizá-lo na memória. É um livro sobre o amor, sobre um sentido próprio, particular do amor.

Numa primeira leitura, parece que a repetição dos relatos, quase todos de experiências com ácido lisérgico no apartamento da Rue de Vaugirard, impede de encontrar a beleza da promessa inicial do livro. Onde estão os diálogos definitivos? Onde estão os acontecimentos impactantes? Não se encontram. Lindon não relata nenhum grande acontecimento, nenhuma frase espetacular; na verdade, nem mesmo há uma história para contar. Por exemplo: o autor diz que em relação a qualquer coisa pedia a Foucault conselhos (LINDON, 2014, p. 84). Então, o leitor fica esperando ouvir alguns desses conselhos, fica esperando que alguns desses momentos sejam descritos, mas não é o que acontece.

Ou seja, a obra de Lindon não trata o amor como um acontecimento ruidoso, que remeta a muitos dias, muitas conversas, muitos episódios, mas permite pensá-lo como um acontecimento silencioso que desconstrói o que você é para te propiciar um outro mundo. Tudo isso vem discretamente e aqueles que estão envolvidos nem se dão conta do que está acontecendo. Quando o sujeito se dá conta, sua vida já ganhou tanto em intensidade, em grandeza, em dimensão, que se é tirado de uma banalidade previsível, de um destino fatalmente abissal e um embrutecimento cede lugar a uma estranha felicidade.

Haveria algo mais bonito a se viver? Experimentar não uma conservação dos seus afetos, mas antes um aperfeiçoamento deles (LINDON, 2014, p. 183), ou ainda e mais do que isso, melhor do que isso, desenvolver uma estrutura necessária para lidar com afetos que ainda estão por vir (LINDON, 2014, p. 197). Dito de outro modo, o amor é “quando alguém enriquece infinitamente sua existência” (LINDON, 2014, p. 24).

Claro, esta beleza não pode mesmo ser expressa. Ela é da ordem das intensidades e não da extensão. Logo, não há como demonstrá-la, apenas sugerir-la, pontuá-la, torná-la visível o mínimo possível, o suficiente para ser perscrutada. É aqui que a linguagem falha. Há um cansaço próprio da linguagem que não pode dizer o que é esta força que atravessa e modifica uma existência. A linguagem é insuficiente e quase só a repetição da mesma cena pode ser dita, quase só há lugar para a tautologia.

Ocorre a perversão da lógica assim como ocorre a perversão do tempo. Diz Lindon: “Todos os dias espero os momentos em que ele surge em mim e me reconforta apenas com a sua existência passada” (LINDON, 2014, p. 221). O amor está fora do tempo, fora dos dias, mas, paradoxalmente, ele invade todos os instantes da existência, incluindo os instantes futuros.

No Fedro, Platão diz que o amor é um tipo de loucura: “aquele que é possuído pela loucura é encontrado um alívio diante dos males do presente” (LINDON, 2014, p. 47), uma forma de salvação, portanto. Eis o sentido da assertiva: “compreendi que ele foi o amigo que me salvou a vida” (LINDON, 2014, p. 190).

O amor, tal como é apresentado por Lindon, setorna uma força contramuldepreciações do mundo (a realidade, a moral, os laços paternos, os valores comuns), depreciações estas

que o teriam capturado para uma outra vida. Antes do encontro com Foucault foram os livros que lhe protegeram, ainda que lhe perturbassem de forma doentia (LINDON, 2014, p. 13). Ele encontrava refúgio nos livros pois estes lhe davam um outro universo, à parte do mundo real. Um outro possível, tão necessário para sair dos constrangimentos da existência mais comum. O encontro com Foucault expulsa as reatividades e se torna o lugar de uma afirmação, capaz de substituir as forças enfraquecedoras, algo como uma recusa definitiva de tristeza.

O amor assim experimentado passa a ser um ímpeto vital, um movimento em direção à beleza; uma proteção contra o mundanismo ou mesmo um resgate desse mundo. De certo modo, a lição de Platão, a lição maior da Filosofia. Lindon não era filósofo e conta nem mesmo assistir aos cursos de Foucault (suas aulas no College de France eram abertas ao público, mas ele tinha a impressão que Foucault não gostaria que ele as frequentasse (LINDON, 2014, p. 121)). O que a filosofia dá desde sempre é, de certo modo, encontrado por Lindon por meio do amor. O amor e a filosofia (é Platão quem assim os aproxima) teriam a função de apartar o homem da opinião e da vulgaridade, para ser impulsionado rumo ao gozo da beleza.

O estudo da filosofia é sempre um convite à renovação deste ímpeto vital, à descortinação de novos mundos, de novas experiências, de uma nova vida mesmo. Uma ascese, de todo modo, posto que, por meio da beleza, ou por meio de sua sede de beleza, eleva o sujeito. É a experiência que perdura toda uma vida. Lindon se inquieta com essa duração. Pergunta ele: “quando o amor dura, ainda é amor? No momento em que finalmente se tornou o que há de melhor neste mundo?” (LINDON, 2014, p. 22).

Este sentido do amor, revelado pela obra de Michel Lindon, o coloca na condição de ultrapassar o que há de intolerável no mundo. Quer dizer, ele, assim pensado, é uma força encoberta que reage ao intolerável, permitindo ao sujeito não ser capturado por suas circunstâncias, suas misérias, suas angústias profundas, suas pequenas mortes cotidianas. Em razão disso, ele se torna absolutamente decisivo para uma vida. Que alegria saber que algo tão grandioso e mesmo inesperado pode nos atravessar, exercer em nós, de modo eficaz, um modo de resistir, de escapar e nos levar a novos agenciamentos.

Assim, o encontro com Michel Foucault não é um encontro qualquer. Sua amizade com Lindon se inscreve numa dimensão singular e sua perda provoca uma dor inefável. Neste sentido, sua falta não se limita a seus amigos, alunos ou leitores. Como diz Lindon, “se Michel me faz falta, julgo que também faça a milhões de pessoas, quer elas saibam, quer não, pois sua voz e sua inteligência teriam sido eficazes contra mil degradações do mundo” (LINDON, 2014, p. 193-194).

Referências

LINDON, M. **O que amar quer dizer?** (Trad. Marília Garcia), São Paulo: Cosac Naify, 2014.